



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

LUZITANIA VILAS BOAS BELARMINO

**AS MULHERES DE CLASSE MÉDIA DE LONDRINA/PR E A
DUPLA JORNADA DE TRABALHO:
MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS**

Londrina
2008

LUZITANIA VILAS BOAS BELARMINO

**AS MULHERES DE CLASSE MÉDIA DE LONDRINA/PR E A
DUPLA JORNADA DE TRABALHO:
MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Ciências Sociais, da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Prof^a Dr^a Ana Maria Chiarotti de Almeida

Londrina
2008

**Catálogo na publicação elaborada pela Divisão de Processos Técnicos da
Biblioteca Central da Universidade Estadual de Londrina.**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

B426m Belarmino, Luzitania Vilas Boas.

As mulheres de classe média de Londrina/PR e a dupla jornada de trabalho :
mudanças e permanências / Luzitania Vilas Boas Belarmino. – Londrina,
2008.

138 f.

Orientador: Ana Maria Chiarotti de Almeida.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de
Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação
em Ciências Sociais, 2008.

Inclui bibliografia.

1. Trabalho feminino – Teses. 2. Relações de gênero – Teses. 3. Mulheres –
Condições sociais – Teses. I. Almeida, Ana Maria Chiarotti de. II. Univer-
sidade Estadual de Londrina. Centro de Letras e Ciências Humanas. Programa
de Pós-Graduação em Ciências Sociais. III. Título.

CDU 396

LUZITANIA VILAS BOAS BELARMINO

**AS MULHERES DE CLASSE MÉDIA DE LONDRINA/PR E A DUPLA
JORNADA DE TRABALHO: MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Ciências sociais, da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Prof^a Dr^a Ana Maria Chiarotti de Almeida

COMISSÃO EXAMINADORA

PROF^a DR^a Ana Maria C. de Almeida
Universidade Estadual de Londrina

PROF^a DR^a Ileizi L. F. Silva
Universidade Estadual de Londrina

PROF^a DR^a Maria R. Clivati Capelo
Universidade do Oeste Paulista –
UNOESTE. Presidente Prudente

Londrina, 26 de setembro de 2009

DEDICATÓRIA

**Agradecer é muito pouco...dedico à
você esta conquista.**

**Ao meu marido Luiz minha inspiração e
co-autor de minha vida!**

**Às minhas filhas Daniela e Mariana que
farejam fatos e afetos, desenvolvendo
instintos contidos somente na essência
da alma feminina.**

AGRADECIMENTOS

Agradecer com palavras todo o apoio, incentivo e amor que recebi no decorrer dessa dissertação torna-se o momento mais difícil, porém a sensação de chegada é muito agradável.

Primeiramente agradeço a Deus, por ter me dado força e coragem para enfrentar a tempo e contratempo os desafios.

Faço questão de agradecer de maneira especial a pessoa que mais efetivamente esteve comigo em cada etapa dessa dissertação, a minha orientadora Prof^a Dr^a Ana Maria C. de Almeida, pela decisão em aceitar a orientar-me ensinando que para enfrentar desafios “é só começar!” Sua postura ética diante do trabalho acadêmico como a dedicação, disciplina e ordem possibilitaram que meu tempo interno fluísse. Assim ajudou-me a construir cada linha desta dissertação, emprestando seus “fios” para que eu pudesse tecer esta, especialmente, por me ensinar a “cortar as palavras” e dizer tudo! Obrigada pela sua dedicação, pelo seu carinho e por acreditar...!

Ao meu marido Luiz, sou especialmente grata, a vitória deste título de mestre devo à você que indiscutivelmente foi quem mais me incentivou no alcance desse objetivo, ninguém acompanhou como você essa travessia, vigilante, incansável, em comovente gesto de companherismo e amor. Através desse alicerce proporcionado recebi apoio, incentivo e a paz que precisava para que não me perdesse no meio dessa jornada. Obrigada, por cuidar com tanto zelo e amor de nossas filhas enquanto eu me dedicava à pesquisa e, especialmente, por acreditar que eu daria a volta por cima! Eu amo você!

Às minhas filhas Daniela e Mariana, pelas quais vejo a “face de Deus”, quero fazer um agradecimento mais que carinhoso, foram vocês que suportaram por muitas vezes todas as dificuldades e crises que atravesei no decorrer dessa dissertação. Obrigada por cobrarem todos os compromissos que eu tinha com vocês, atitude esta que rejuvenesceu enormemente meu mundo afetivo. E

por todos os lindos desenhos de corações e estrelas que pregavam na parede do escritório para que eu não esquecesse que me esperavam. Minhas princesas eu amo vocês. Obrigada pela compreensão!

Aos meus primeiros “Mestres”, Maria e Joaquim, meus pais e porto seguro para onde eu sempre posso voltar quando as coisas não vão bem. Obrigada mãe pela grande mulher que você é e por levar seu empenho pela vida e família ao limite. Entre os seus ensinamentos os mais importantes estão o sentido do amor e a perseverança feroz frente às dificuldades. Seu exemplo de “fortaleza” e “raça” foram os alicerces que me fizeram vencer. Obrigada, mãe! À meu pai que no momento oportuno dessa dissertação disse – “Minha filha, faça o que precisa ser feito!” Foi uma ordem amorosa cravada como orientação para minha vida. Suas sábias palavras me ajudaram a vencer. Obrigada, pai! Sou eternamente grata, pelo amor e amparo que me proporcionaram. Amo imensamente vocês dois!

À 3 grandes amores, meus irmãos. À Céia, meu “anjo protetor”, sinto amor e gratidão ao pensar em você, especialmente, quando suas mãos, em certos momentos, substituíram as minhas, nos cuidados das minhas filhas. À você Celma seu amor foi como uma luz-guia pelas trilhas por onde passei. Imagino o quanto está orgulhosa da minha chegada! À você Robson, agradeço pela torcida silenciosa, mas sempre presente. Obrigada, amo imensamente vocês!

Aos meus sobrinhos. À Thais, pelo carinho naquele período que ajudou liberando-me para à pesquisa. Ao Marco Antônio, meu pequeno incentivador. Ao Alison, meu admirador. E ao Rafael, que me fazia sorrir ao me chamar “Tia Filósofa”. Obrigada meus amores, vocês enriquecem minha existência!

Às minhas grandes amigas, à Jocimara, que se fez porto seguro nas horas mais difíceis, fazendo-me acreditar que existem anjos na Terra que nos protegem e iluminam. À Zulmara grande admiradora e incentivadora de meus estudos, seu o amor e estímulo foram ferramentas dessa vitória. À Cláudia, com quem aprendi a buscar primeiro em Deus a coragem e direcionamento. Sua amizade de tão grande fez-se tudo. À Sandra que chamou carinhosamente essa dissertação de “nossa filhinha”. À Nilcéia por se fazer presente com palavras de esperança.

Obrigada, amigas queridas, por compartilharem cada etapa dessa dissertação comigo. Amo imensamente vocês!

À minha avó Mariazinha suas sábias palavras, ditas ou não, emanam de ti, quais estrelas-guia. Obrigada, amo você!

À meu querido Tio Jacob meu “inspirador dos livros”. Obrigada pelo carinho!

Gostaria de fazer um agradecimento especial à Profª Drª Maria José de Rezende, pelo carinho e estímulo expressos em atos e palavras e por sempre ter acreditado no meu potencial. Obrigada!

Meu agradecimento especial também, ao Profº. Drº. Ronaldo Baltar, que em alguns momentos pontuais atuou como retaguarda e apoio, mostrando que sempre torceu por mim. Obrigada!

À Profª. Drª. Regina Clivati você não sabe mas fiquei muito feliz de tê-la em minha banca (agora sabe). Agradeço por me fazer repensar dizendo: - Aonde você quer chegar? - Suas contribuições só qualificaram esta dissertação. Obrigada!

À Profª. Raimunda de B. Batista à mim foi uma lisonja sua presença alegre em minha banca. Agradeço também pelo empréstimo do material e a generosidade com que leu e interagiu com meu texto. Obrigada!

Agradeço alguns amigos queridos que já percorrem nas entrelinhas, cujas palavras, gestos e silêncios foram valiosos no meu percurso. Hoje é com o coração que os abraço: Bel, Denise, Fátima, Suelen e Victor. Todos vocês foram indispensáveis em algum momento. Obrigada queridos amigos!

À Lucimara, minha secretária, por ter assumido com carinho a direção de minha casa liberando meu tempo para a pesquisa. Obrigada!

À Durva, secretária do programa de pós graduação pela solidariedade naquele momento difícil...!. Obrigada!

À Clarice que conheci no Mestrado que tive o prazer de dividir o horizonte de uma estrada comum. Agradeço os momentos especiais compartilhados. Obrigada!

À minha psicóloga Ana M. Addor, que me recebeu de braços abertos quando meus nervos estavam “à flor da pele”, vai aqui meu agradecimento pelo progresso que tenho sentido desde que nos conhecemos. Obrigada!

À Fátima, da Casa do Pioneiro pela revisão do texto e formatação, especialmente, pelo carinho. Obrigada.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), agradeço pela bolsa concedida que proporcionou tranquilidade para dedicar-me integralmente à pesquisa.

Por último, mas não menos importante às mulheres que dispuseram seu tempo, seus valores, sua intimidade, à devassa da pesquisadora – e embora permaneçam anônimas sob as designações de categorias, sujeitos, entrevistadas -, constituem, de fato, “a carne e o sangue” desta dissertação.

“Não, nem a pergunta eu soubera fazer. No entanto, a resposta se impunha a mim desde que eu nascera. Fora por causa da resposta contínua que eu, em caminho inverso, fora obrigada a buscar a que pergunta ela correspondia.”

Clarice Lispector

BELARMINO, Luzitânia Vilas Boas. **As mulheres de classe média de Londrina/PR e a dupla jornada de trabalho: mudanças e permanências.** 2008. 138 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2008.

RESUMO

O presente trabalho analisa as mudanças e permanências nos valores, comportamentos e papéis das mulheres de classe média, moradoras de Londrina, cidade de médio porte, localizada no Norte do Paraná. Com base em pesquisa qualitativa, analisam-se depoimentos de seis mulheres casadas, com idade entre 35 e 50 anos, que exercem uma atividade profissional concomitante com as várias atividades domésticas, configurando a dupla jornada de trabalho na contemporaneidade. As análises indicam que essas mulheres de classe média, apesar de valorizarem a vida profissional, continuam a desempenhar e assumir as tarefas domésticas (cuidado com os filhos, com o marido, cozinhar, passar, entre outras) mesmo que conte com a ajuda de outras mulheres, a exemplo das empregadas domésticas. Foi possível observar que justificam o exercício da dupla jornada através do *'habitus'* incorporado pelo processo de socialização de suas famílias de origem e que se apóia em valores estabelecidos pela ordem patriarcal, ainda presentes na moderna sociedade brasileira. Os valores e comportamentos provenientes desse *'habitus'* chocam - se com suas recentes conquistas e fazem com que muitas delas se sintam culpadas pelas mudanças que foram obrigadas a assumir e que atingiram o âmbito das relações familiares. Se, de um lado, a imagem que se desenha da mulher de classe média, hoje, não é mais aquela de dona de casa, dependente e submissa; de outro, revela uma mulher *'multifacetada'* que, apesar de possuir um envolvimento mais identitário com a vida profissional e rejeitar a figura da mulher exclusivamente dona de casa, não consegue se desligar de antigos e tradicionais valores, comportamentos e papéis. Desse modo, a dupla jornada de trabalho aparece muitas vezes como *'sofrimento'*, porém inevitável.

Palavras-chave: Mulheres. Classe média. Dupla jornada de trabalho.

BELARMINO, Luzitânia Vilas Boas. **Middle-Class women of Londrina/Pr. and the Double Workday** – changes and permanence. 2008. 138 f. Dissertation (Master's Degree in Social Sciences) -Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2008.

ABSTRACT

This work analyzes the changes and the permanence in values, behaviors and roles played by middle class women who live in Londrina, a medium-sized city located in the North of Paraná. Based on a qualitative research, it was analyzed evidence of six married women, with ages ranging from 35 to 50 years old who have a professional activity together with the several household chores, setting up the double workday in contemporaneity. The analyses show that these middle-class women, in spite of valuing the professional life, continue to perform and take on the household chores (taking care of children, husband, cooking, ironing, among others), even if they count on other women's help, that is, the maids. It was possible to observe that they justify the double workday through the habit incorporated by the socialization process of their original families and that is supported on values established by the patriarchal rule, which is still present in the modern Brazilian society. The values and behaviors that come from this habit are contrasted with their recent conquests and make these women feel guilty by the changes that they were forced to take on and that reached the family relations scope. If, on one hand, the image that is outlined of the middle-class woman nowadays is not that one of a dependent and submissive housewife, on the other hand, it reveals a 'multi faceted' woman who, in spite of being more involved with the professional life and rejecting the image of the woman as exclusively a housewife, cannot turn her back to old and traditional values, behaviors and roles. Consequently, the double workday is very often considered an inevitable 'suffering'.

Key words: Women. Middle class. Double workday.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I – O PATRIARCALISMO NA SOCIEDADE BRASILEIRA: MULHERES DE CLASSE MÉDIA E A OPRESSÃO E SUJEIÇÃO À DUPLA JORNADA DE TRABALHO	18
1.1 A CONSTRUÇÃO SOCIAL DE GÊNERO: A IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA.....	19
1.2 A INCLUSÃO DAS MULHERES NO ESPAÇO PÚBLICO: A COEXISTÊNCIA DE ANTIGOS E NOVOS PADRÕES DE COMPORTAMENTO.....	24
1.3 APONTAMENTOS SOCIOLOGICOS SOBRE A CLASSE MÉDIA: A POSIÇÃO DA MULHER E A DUPLA JORNADA DE TRABALHO.....	29
1.4 A DELIMITAÇÃO DO ESPAÇO DA MULHER NA SOCIEDADE MODERNA	32
1.5 A MULHER DE CLASSE MÉDIA E A RELAÇÃO CONTRADITÓRIA COM O MUNDO DO TRABALHO	37
CAPÍTULO II – A MULHER BRASILEIRA: TRABALHO PRODUTIVO, TRABALHO DOMÉSTICO E REPRODUÇÃO DA VIDA	44
2.1 CONJUGALIDADES E ARRANJOS: ENTRE AS RUPTURAS E CONTINUIDADES NAS FAMÍLIAS DE CAMADAS MÉDIAS	48
2.2 O LUGAR DA MULHER: O PROCESSO DE (RE) SIGNIFICAÇÃO DOS ARRANJOS DOMÉSTICOS (ENTRECRUZANDO “TRADICIONAL” E “MODERNO”)	51
CAPÍTULO III – A CIDADE DE LONDRINA E AS MULHERES DE CLASSE MÉDIA (UM RECORTE EMPÍRICO): O CENÁRIO E AS ENTREVISTAS	56
3.1 RECORTE DO OBJETO DE ESTUDO E METODOLOGIA DE TRABALHO.....	60
3.2 CARACTERIZANDO O CENÁRIO: O PERFIL DAS ENTREVISTADAS (UM GRUPO DE 6 MULHERES DE CAMADA MÉDIA URBANA).....	65
CAPÍTULO IV – A DUPLA JORNADA DA MULHER: O FEMININO EM UMA SOCIEDADE EM TRANSFORMAÇÃO (MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS) .	76
4.1 A FAMÍLIA COMO ‘ <i>HABITUS</i> ’ PRIMÁRIO.....	82
4.2 CONJUGALIDADES E ARRANJOS	91
4.3 A IMPORTÂNCIA DO “ESTUDO”	96

4.4	PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA, RELIGIOSA E LAZER.....	97
4.5	ASPIRAÇÕES DE VIDA	103
4.6	O TRABALHO DOMÉSTICO	107
4.7	O TRABALHO NA ESFERA PÚBLICA.....	113
4.8	A DUPLA JORNADA: O TRABALHO REMUNERADO E O TRABALHO DOMÉSTICO	116
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	124
	REFERÊNCIAS.....	130
	ANEXOS	135
	ANEXO A – ROTEIRO DE ENTREVISTA.....	136

INTRODUÇÃO

O interesse pela questão da dupla jornada de trabalho que as mulheres cumprem ao realizarem as tarefas do mundo da casa mesmo assumindo uma atividade profissional no mercado de trabalho teve início em 1997, quando desenvolvi monografia de especialização em sociologia intitulada: “A cultura da obrigação: a mulher e a dupla jornada de trabalho”.

A pesquisa foi desenvolvida com mulheres da classe operária, costureiras de fábrica de confecções. A problemática principal e norteadora daquela pesquisa foi se as mulheres de ‘baixa renda’ desempenham a dupla jornada de trabalho devido a um conjunto de valores, próprio do sistema patriarcal, que atribui os afazeres domésticos como função inerente à mulher, resultando em um processo de internalização que define todo um padrão de comportamento.

Assim, naquela pesquisa pude constatar que as mulheres operárias reproduzem e aceitam como natural a continuidade do exercício dos papéis domésticos mesmo cumprindo exaustiva jornada de trabalho na fábrica. Se por um lado as dificuldades materiais do cotidiano as obrigam a um trabalho remunerado para complementar o orçamento familiar, por outro, continuam assumindo o trabalho no mundo da casa como obrigação inevitável.

É importante ressaltar que minha trajetória também influenciou a opção por pesquisar esta temática. Muitas vezes, a partir dos 10 anos de idade assumi o lugar de minha mãe nas tarefas domésticas, tendo em vista que ela exercia a dupla jornada de trabalho. Sendo assim, a influência materna foi fundamental para a construção de minha identidade feminina. Fui ser mãe, esposa e dona de casa, tal como havia aprendido com minha mãe. “Cabe à mulher iniciar outra mulher, para que aprenda a ser mulher. É a transmissão de um ‘ritual feminino’ que perpetua uma tradição: a de ser dona de casa”. (MONTEIRO, 1991, p.150).

Todos esses aspectos contribuíram para a continuidade do estudo dessa temática, porém deslocando o foco da pesquisa para as mulheres de classe média da cidade de Londrina-Pr, inseridas no trabalho produtivo, tentando perceber como em suas trajetórias incorporam a realidade social, com mudanças e/ou permanências de antigos valores, sedimentados ainda em uma sociedade patriarcal.

Para entendermos a atual condição dessa mulher de classe média foi necessário perceber como ocorre uma (re) significação da identidade social feminina pelo seu deslocamento do espaço privado para o espaço público, através da inserção no mercado de trabalho.

Neste sentido, investigou-se como vivem as mulheres de classe média de Londrina, procurando conhecer suas condições de vida (familiar, social, econômica, afetiva, política e religiosa, entre outros), dando especial atenção ao exercício de um trabalho profissional concomitante com a realização do trabalho doméstico, configurando assim a dupla jornada de trabalho.

Os dados analisados são provenientes de entrevistas realizadas com mulheres profissionais de classe média de Londrina, que estão entre 35 a 50 anos, percebem de 8 a 15 salários mínimos por mês, que exercem trabalho profissional concomitante com as atividades domésticas, casadas e com filhos meninos e meninas. Os dados coletados nas entrevistas foram gravados, transcritos na íntegra e submetidos à análise.

Voltando o olhar para a contemporaneidade, este estudo tem como objetivo conhecer como estas mulheres lidam com a multiplicidade de identidades que lhe são atribuídas na sociedade moderna, e quais sentidos elas atribuem à maternidade, ao casamento, à família e ao trabalho. Sendo assim, busca-se investigar como a dupla jornada de trabalho ao gerar sobrecarga cotidiana define um modo particular de vida e arranjos específicos.

Além do mais, considera-se que nas camadas médias o conflito entre o trabalho e função materna adquire maior visibilidade. Ser mãe e profissional é assumir identidades múltiplas e contraditórias, construídas socialmente e em permanente processo de mudança (HALL, 2001; LOURO, 1997). Desse modo, pontua-se aqui que, na contemporaneidade, esta trabalhadora tem a possibilidade de descobrir na esfera pública a trilha da sociabilidade possibilitada pelo trabalho coletivo, que lhe permite desconstruir preconceitos secularmente designados ao ser mulher e substituí-los por suas reais qualidades. No espaço da sociabilidade ela toma ciência que pode gerenciar sua própria vida, pode exercer chefia na família e através do convívio coletivo criar sonhos. (FISCHER, 1997)

Ao enfatizar esses aspectos, a hipótese principal desta pesquisa é de que a mulher de classe média exerce a dupla jornada de trabalho devido ao '*habitus*' incorporado na ordem patriarcal que ainda hoje se faz presente¹.

Acredita-se que nas relações cujas estruturas configuram-se como relações patriarcais, os indivíduos incorporam os valores em suas subjetividades contribuindo inconscientemente para a reprodução das relações de gênero, segundo a dominação masculina que caracteriza a sociedade patriarcal. Neste sentido, as ações que definem os lugares e os papéis de homens e mulheres seriam incorporadas como naturais, porque seriam constitutivas do indivíduo. (BOURDIEU, 2003)

É relevante apontar que a hierarquização dos papéis, o caráter ideológico de tal fenômeno mascara sua produção cultural e a coloca como imutável. Tal ideologia é transmitida pelos agentes socializadores primários (a família e seus membros) e secundários (escolas, religião, meios de comunicação). Cabe, portanto, indagações sobre as mudanças e permanências de comportamentos, valores e papéis que envolvem as relações entre homens e mulheres diante do novo contexto cultural globalizado, que produz novos sujeitos, especialmente com a inserção mais vigorosa da mulher no mundo do trabalho. Afinal, quem é esta mulher? Como ela se reconhece e se identifica?

Todas essas preocupações e indagações orientaram a organização do presente trabalho, como segue.

O capítulo 1 consiste num exercício teórico. Nele exploram-se alguns textos clássicos sobre a questão da mulher, a formação de sua identidade social na sociedade ocidental, especificamente na sociedade brasileira.

Nesta tentativa de compreensão do que é culturalmente 'ser mulher' em nossa sociedade, utiliza-se Bourdieu (1972), e seu conceito de '*habitus*' quando afirma que há expectativas de comportamento para cada sexo, sendo este estruturado desde o nascimento. Ainda hoje, homens e mulheres são socializados tendo como referência valores e expectativas diversos.

O '*habitus*' gera as práticas e as representações, pois ele é imposto pelas instituições, inclusive a familiar, que condiciona o aprendizado e, no caso de

¹ O '*habitus*' configura-se como um sistema de situações duráveis estruturadas de acordo com o meio social dos sujeitos, ou seja, é o princípio gerador de práticas e representações. Portanto o '*habitus*' é o elo entre o objetivo e o subjetivo na constituição dos indivíduos e nas práticas sociais. (BRIOSCHI, 1989, p.14).

gênero, cria identidades de feminino e masculino. Neste contexto, acaba por existir um sistema de disposições construídas que dão significado às ações e às representações do indivíduo. É um sistema que adentra nas consciências e perpassa pelas estruturas sociais e pelas práticas individuais. (BRIOSCHI; TRIGO, 1989)

Apesar de não ser o foco principal desta pesquisa, faz-se uma conceituação teórica de gênero, tendo em vista que a compreensão das relações de gênero entre homens e mulheres nos abre caminhos para entender a dupla jornada da mulher na sociedade contemporânea. Portanto, se há algum tempo era explícito o papel ocupado por mulheres e homens dentro da sociedade, procura-se verificar quais são as permanências e mudanças no processo de socialização e subjetivação dos indivíduos quanto aos lugares de gênero.

A discussão sobre a classe média, ainda neste capítulo, faz-se necessário considerando as especificidades deste grupo no contexto social brasileiro, ou seja, busca-se apreender como as recentes transformações da atual sociedade moderna atingem as mesmas.

Paralelamente, abordam-se as mudanças e continuidades do papel da mulher na sociedade contemporânea, bem como os novos rumos da família em nossa sociedade. Mostrando que, muitas vezes, antigas práticas e atitudes adquirem apenas nova roupagem.

O capítulo 2 examina os fatores que permitiram a absorção feminina no início do industrialismo brasileiro enquanto principal mão-de-obra, bem como a atuação do Estado neste contexto histórico através do código civil de 1916 que legitima a família patriarcal, postula o homem como seu chefe principal e defende também a masculinização dos espaços públicos da sociedade. (PENA, 1981)

Considera-se ainda, neste capítulo, as transformações que ocorreram no mundo do trabalho, em particular a reestruturação produtiva, bem como o desemprego provocado pela onda tecnológica que levou a mulher a assumir cada vez mais a chefia da família. O homem como tradicional provedor da família cede lugar à mulher, que se torna provedora parcial ou total da família, afirmando assim sua competência no desempenho da atividade masculina, mesmo que seja numa conjuntura desigual.

Permanece o modelo nuclear de família, mas com outras versões, a exemplo da coabitação sem vínculos legais, porém, aceito socialmente. Desse

modo, o número de filhos diminui, crescem os recasamentos e as recomposições familiares. A tendência atual coloca em xeque os valores da família patriarcal baseada na autoridade, mas não aponta para o fim da família. No entanto as novas recomposições familiares, papéis, regras e responsabilidades vão ter que ser negociadas diariamente. (CASTELLS, 2003).

No capítulo 3 faz-se um breve histórico da formação da cidade de Londrina, no Norte do Estado do Paraná. Destacam-se aspectos do período de formação e consolidação do Centro principal de Londrina, as mudanças recentes físico-territoriais da cidade, as áreas preferenciais desta expansão, os agentes sociais que estão comandando este processo, bem como práticas e ações desempenhadas pelos mesmos. (RIBEIRO, 2003; FRESCA, 2002).

É necessário destacar que nosso olhar está voltado para os aspectos referentes à realidade da mulher londrinense, dentre eles: educação, trabalho, política e saúde.

É neste capítulo que estão explicitados os procedimentos metódicos da pesquisa: o contexto do estudo, os critérios de seleção das mulheres entrevistadas, a opção pela pesquisa qualitativa e o recorte do objeto.

No capítulo 4 a proposta é interpretar as 'interpretações' das mulheres de classe média de Londrina que cumprem a dupla jornada de trabalho. Sabe-se que novas dinâmicas macrossociais ocorrem trazendo mudanças que vão repercutir na esfera da família e nas relações entre homens e mulheres. A inserção cada vez maior da mulher no mercado de trabalho, a influência dos movimentos feministas pela igualdade dos direitos, o avanço da ciência em relação à contracepção, a melhoria educacional das mulheres, dentre outras, trazem um conjunto de novos valores, que são considerados neste capítulo.

Através das análises dos relatos investigam-se como as mudanças sociais, políticas, culturais e econômicas na sociedade e famílias brasileiras transformaram os papéis da mulher, especialmente no grupo pesquisado de mulheres de classe média de Londrina. Melhor dizendo, busca-se perceber as mudanças e permanências de comportamentos e valores no universo feminino.

Nas considerações finais, procura-se realizar um atento retorno aos primeiros movimentos deste trabalho, tentando reconstruir o trajeto percorrido e apontar os principais resultados da pesquisa.

CAPÍTULO I

O PATRIARCALISMO NA SOCIEDADE BRASILEIRA: MULHERES DE CLASSE MÉDIA E A OPRESSÃO E SUJEIÇÃO À DUPLA JORNADA DE TRABALHO

Como já exposto na Introdução, a intenção desta pesquisa é discutir o fenômeno da dupla jornada de trabalho das mulheres nas sociedades contemporâneas, em específico, mudanças e permanências desse duplo encargo exercido por mulheres de camadas médias na sociedade atual brasileira. Para melhor precisar o que se pretende no presente estudo é necessário esclarecer que não se trata de discutir aspectos biológicos, mas a representação de um lugar e de uma significação para a mulher na sociedade. Portanto, culturalmente há uma idéia de um lugar e de atributos que compõem a definição do que é pertencer ao sexo feminino e os papéis a serem cumpridos.

Neste sentido salienta Kofes:

Ser mulher seria, portanto constituir-se a partir do mundo doméstico e ser parte constitutiva dele. Espaço que não é apenas de tarefas, de esferas desenhadas pela divisão social e sexual do trabalho. Mas o local definidor da feminilidade. Ser mulher seria ser dona do espaço doméstico. É também ser doméstica. O doméstico seria ele próprio feminino (KOFES, 2001, p.186).

É neste universo doméstico o lugar de construção e definição da mulher e do desempenho de papéis femininos. Nesse sentido, a noção de '*habitus*' desenvolvido por Bourdieu (1972) oferece elementos importantes para a compreensão desse processo de definição e significação do lugar da mulher e dos papéis a ela atribuídos, ou seja,

O '*habitus*' é entendido como um conjunto de disposições de agir, pensar, perceber e sentir de uma maneira determinada; é o princípio gerador das práticas e representações. O '*habitus*' se expressa por uma aptidão dos agentes para se orientar espontaneamente dentro do espaço social e a reagir de forma mais adaptada aos acontecimentos e situações.

As disposições que definem o '*habitus*' são impostas aos indivíduos por um processo pedagógico contínuo e a ação pedagógica mais precoce é aquela que advém do grupo familiar, e vai ser o mais decisivo, uma vez que vai condicionar todo o aprendizado posterior que se dá na escola, convivência com os amigos, relações de trabalho. Nesses termos, a primeira educação, aquela recebida no âmbito doméstico vai influenciar toda a vida posterior

dos agentes. Assim receber uma educação é adquirir disposições a reproduzir espontaneamente, em pensamento e por pensamento, palavras e ações as relações sociais existentes no momento da aprendizagem. (BRIOSCHI; TRIGO, 1989, p.15).

Assim aprende-se no *lócus* privado gostos, costumes e sentimentos que definem “o que é ser mulher”: brincar de casinha, ser carinhosa e ou sensível. Enquanto os homens devem: jogar bola, não demonstrar sensibilidade, falar palavrão, entre outros. Mais ainda, as mulheres devem se afastar do espaço público - o *lócus* da liberdade e onde os homens se reconhecem iguais para rivalizar, falar e agir. Esta exclusão da mulher do espaço público tem sua explicação nos papéis que lhe são atribuídos na esfera doméstica: ser mãe, esposa e dona-de-casa. Desse modo, “seu espaço de poder está reservado, no plano social, mais como mãe, dona-de-casa, esposa e, secundariamente, como ser autônomo e integral” (SILVEIRA, 1997, p.170). Disso decorrem, em grande parte, as conhecidas dificuldades de participação pública de parcela significativa da população feminina.

Em decorrência dessas discussões, torna-se necessária breve reflexão sobre gênero na sociedade brasileira², a fim de melhor fundamentar o fenômeno da dupla jornada de trabalho entre mulheres de classe média como segue.

1.1 A CONSTRUÇÃO SOCIAL DE GÊNERO: A IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA

Nunca como na atualidade se debateu de forma tão democrática a posição do homem e da mulher na sociedade brasileira. O fim da década de 1960 e início da década de 1970 do século XX é marco fundamental nas transformações dos papéis femininos e masculinos. A produção científica sobre a questão de gênero ampliou substantivamente. Estes estudos buscam desconstruir a idéia de que há uma ‘natureza’ pertencente ao sexo feminino e masculino e reforçar a concepção de que as características atribuídas à mulher e ao homem são socialmente construídas.

A categoria de gênero é um primeiro modo de dar significado às diferenças e que tais diferenças são produzidas socialmente, não sendo, portanto,

² Nos remeteremos sempre que necessário à discussão de gênero nessa dissertação, tendo em vista que em nossa sociedade as diferenças de gênero são utilizadas para produzir desigualdade na vida cotidiana. Todavia evidencia-se aqui que o nosso objeto de análise é: “A Dupla Jornada da Mulher de Classe Média: Mudanças e Permanências”.

distinções de anatomia ou de marcas biológicas do sexo. (SCOTT, 1990). Tais diferenças são operadas como desigualdades no cotidiano. Uma vez rejeitado o determinismo biológico, que busca a sujeição da mulher em sua capacidade reprodutiva, a noção de “gênero enfatiza as qualidades sociais das distinções baseadas no sexo. É uma categoria relacional que define homens e mulheres uns em relação aos outros, ou seja, gênero feminino e gênero masculino”. (SARTORI, 2004, p.173).

O conceito de gênero pode ser definido em uma conexão entre duas preposições: “(I) o gênero como um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (II) o gênero como uma forma primária de dar significado às relações de poder”. (SCOTT, 1990, p.86).

A autora considera gênero como relação de poder e apresenta como o poder é articulado pelo gênero. Dentro desse contexto, a família é uma das principais instituições que aprendem a pensar e agir de acordo com determinadas regras sociais, tendo o gênero caracterizado como dual oposto e desigual entre os sexos. Reproduz na sociedade relações de poder e comportamentos categorizados como de homem e mulher.

A importância da família conjugal moderna ocorre com a valorização e invenção da infância, nos séculos XVII e XVIII. É nesse período que se tem a constituição da família burguesa, a denominada família nuclear – pai, mãe e filhos/as – ou seja, o casamento monogâmico, que concedia aos homens ampla liberdade sexual e às mulheres um controle absoluto por parte do seu marido. Sabe-se que este tipo de família é muito freqüente na maior parte das sociedades, pode-se dizer da existência quase universal da família conjugal. Esta família tem origem no casamento e é formada por esposa, marido e filhos ligados por laços consangüíneos, por direitos, obrigações econômicas e obrigações emocionais. (SARTORI, 2004).

Dentro desse contexto, vale à pena destacar o conceito de patriarcalismo³ que surge “como uma forma de categorização histórica de organização das sociedades sexuadas, produto das próprias relações sociais de gênero”. (SARTORI, 2004, p.137). Desse modo o patriarcalismo marca o caráter

³ Patriarcalismo: “O conceito procura descrever relações concretas de poder entre os sexos, organizadas na família, ou seja, o comando do pai, tem sua expressão particular na divisão sexual do trabalho e na apropriação do trabalho doméstico da mulher pelo homem”. (PENA, 1981, p.75).

opressivo, explorador e discriminatório que as relações de gênero tem instituído na organização sexuada da sociedade, cujo comando tem referência o homem e o masculino, os quais são concebidos como superiores à mulher e ao feminino.

Considerando a família uma instituição social, supõem-se que é nesse ambiente de convivência cotidiana que se formaliza a socialização da criança através da incorporação de um *'habitus'* normas, valores, símbolos, representações sociais que tem a ver não só com o grupo doméstico, mas também pelo fato de serem seres sexuados, desigualmente valorizados socialmente e internamente no espaço doméstico. É dentro desse contexto que as crianças internalizam as relações de gênero, aprendem a serem homens e mulheres, constroem sua identidade e iniciam a vivência de sua sexualidade, bem como reproduzem as desigualdades sociais e as relações de poder entre homens e mulheres.

Desse modo, o todo relacional representado na família exprime-se por meio de uma divisão de trabalho entre os gêneros, que institui ao masculino como destinado ao domínio público e o feminino direcionado ao domínio privado. Dessa forma, a casa e as/os filhas/os encarnam o universo feminino, cabendo ao homem prover as necessidades econômicas do espaço doméstico. A casa, portanto, é tida como o *lócus* familiar. Portanto no ambiente doméstico ocorrem às inter-relações entre cônjuges, pais, mães, filhos/as, irmãos, configurando uma divisão sexual e moral do trabalho impregnada por uma forte oposição entre os gêneros, principalmente no que tange aos países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil. No entanto, isso não quer dizer que não se possam encontrar homens e mulheres, meninos e meninas atuando em esferas distintas daquelas que lhe seriam atribuídas. (SARTORI, 2004).

Neste sentido, Sartori afirma:

No que se refere ao universo das relações familiares quando demarcadas pelas relações de gênero, verifica-se uma diferença acentuada entre *'obrigação'* e *'ajuda'*. Obrigação diz respeito aos elos a e aos deveres que unem os membros de um grupo doméstico, dando conta do princípio que ele subjaz: a reciprocidade – troca engendrada pela inter qualificação de gênero, idade, papel social de seus elementos. Tal noção engloba a *'ajuda'* que deve ser entendida de acordo com cada contexto situacional em que se encontra. Desse modo, em virtude da maneira diferencial como se articulam os papéis sociais, o trabalho doméstico reveste-se de um conteúdo de *'obrigação'* para as mulheres/meninas e *'ajuda'* para os homens/meninos, condicionada a vontade deles. Revela-se, nesse modelo complementar, a lógica de gênero que organiza as relações do grupo doméstico, fazendo com que o domínio da casa e à sua articulação com o mundo público cabem, primordialmente, ao elemento masculino. (SARTORI, 2004, p.178).

Interpretando a autora, esta dinâmica familiar torna-se clara nos primeiros anos de vida, quando os meninos gozam de maior relação com o domínio público os mesmos podem permanecer por um tempo maior fora do domínio da casa, tendo mais tempo para lazer. Ao contrário, as meninas ficam restritas aos locais que 'podem' freqüentar e ao 'tempo' que podem permanecer na 'rua'. O trabalho doméstico emerge como inevitável à vida das meninas/mulheres, que se vêem submetidas e condicionadas a renunciarem a si mesmas e se dedicarem aos outros devido à maternidade, por exemplo. Nesse processo sexuado de socialização supõe-se haver um 'jogo duplo' na vida das mulheres: lutar contra aquilo que lhe foi imposto, mas ao mesmo tempo apoiar-se em um aspecto de auto-valorização pessoal, pois graças ao desempenho do trabalho doméstico são elas consideradas 'zelosas da casa'. Assim, o trabalho doméstico constitui-se numa referência que afirma um sentimento de auto-estima e de crítica à bagunça, desmanzelo e desordem que são atributos do gênero masculino.

Considera-se, portanto, que este processo condicional ao comportamento individual limita as mudanças. Apesar de todas as transformações que vêm ocorrendo no âmbito do grupo doméstico ou o que se pode chamar de 'novos arranjos familiares', deve-se atentar para as mudanças reais e mais profundas nas relações de gênero. Um dos acontecimentos que mais têm contribuído para a possível mudança que está ocorrendo é à entrada da mulher no mercado de trabalho.

A visão de que a participação cada vez maior da mulher no mundo economicamente ativo pode ser uma das causas de 'desestruturação familiar' deve ser analisada com cuidado, tendo em vista que em nenhuma época a instituição familiar foi estável⁴. No entanto a questão da inserção da mulher no trabalho assalariado e a questão da dupla jornada de trabalho têm suscitado muitos estudos em relação ao fim da instituição família. No que se refere especificamente à dupla jornada de trabalho, esta tem sido marcada pelas transformações das condições de vida urbano-industrial, ou seja, capitalista, acirrando o conflito entre trabalho assalariado e trabalho doméstico tradicional.

Neste sentido salienta Moraes:

⁴ Essa afirmação é de BIASOLI-ALVES, Zélia Maria Mendes (2000). Desse modo, não se trata de apontar o trabalho profissional da mulher como gerador da desestruturação familiar. Tendo em vista que essa é uma conquista feminina que não aponta ao retrocesso. Na verdade o entrave a essa conquista é que não houve contrapartida dos homens ao mundo doméstico.

O rompimento do modelo familiar baseado na divisão do trabalho entre o marido-provedor e a mulher dona-de-casa aumentou as exigências de desempenho feminino, gerando a denunciada 'dupla jornada'. Em outras palavras, a transformação capitalista – ao generalizar as relações assalariadas de trabalho – integra o contingente feminino ao 'mercado de trabalho', garantido a autonomia econômica das mulheres em oposição ao modelo tradicional do homem como exclusivo provedor doméstico. Mas, a abertura das portas do mundo do trabalho assalariado para as mulheres não teve como contrapartida a entrada dos homens ao mundo doméstico, e/ou alguma outra forma de divisão de trabalho (MORAES, 1996, p.4).

Interpretando a autora, diante desse novo contexto histórico e de relações sociais diferentes, ainda permanecem muitas das representações de gênero no cotidiano familiar, que foram sendo reproduzidas e assimiladas pelas gerações mais jovens que advém de um universo imaginário, que representa a mulher como a principal responsável pelo trabalho doméstico. Meninas e meninos assimilam desde cedo que as mulheres estão num processo de conquista do mercado de trabalho, mas o homem ainda permanece como referencial de igualdade na relação homem-mulher. “Daí que se destaca a importância da ‘solidariedade conjugal’ – ao qual homens/meninos e mulheres/meninas participem das tarefas domésticas – no sentido de eliminar essas diferenças tão presentes nas relações de gênero que afetam a dinâmica do grupo familiar”. (SARTORI, 2004, p.182).

A inclusão das mulheres no espaço público é um dos avanços que possivelmente serão apontados nas análises do presente estudo, assumindo um significado de 'liberação' da mulher em relação ao trabalho doméstico. Em contrapartida, há os impasses em relação à aceitação e à permanência da mulher no trabalho assalariado. Pode-se dizer que existem idéias de 'luta', 'conquista', 'abertura de espaço', mas que não têm representado a completa eliminação das relações de desigualdade entre homens e mulheres.

Assim, as mulheres que hoje desempenham papéis que antes eram atribuídos ao sexo masculino, após as transformações ocorridas, são pessoas múltiplas. Tanto elas como os homens trocam em parte os papéis que lhes foram atribuídos. Cada vez mais as mulheres atuam no espaço público, no entanto devem-se perceber suas especificidades, pois pertencem a classes sociais diferentes, não se constituindo em grupo homogêneo e estão situadas em contexto e condições distintas.

1.2 A INCLUSÃO DAS MULHERES NO ESPAÇO PÚBLICO: A COEXISTÊNCIA DE ANTIGOS E NOVOS PADRÕES DE COMPORTAMENTO

A inclusão das mulheres no espaço público foi marcada por muitas lutas e conquistas, por isso a necessidade de breve levantamento do movimento feminista. Este se organizou primeiro na Europa e nos Estados Unidos da América e depois repercutiu no Brasil. A mídia brasileira: jornais, revistas, televisão e outros passaram a dar maior espaço às reivindicações femininas. O denominador comum das lutas feministas foi o questionamento da divisão tradicional dos papéis sociais como recusa da mulher, o segundo sexo ou o sexo frágil, cujo principal papel é o de esposa-mãe. As feministas reivindicavam a condição de sujeito de seu próprio corpo, buscando um espaço próprio de atuação profissional e política. O feminismo trouxe a denúncia e a revolta contra uma cotidianidade baseada na repetição, na reclusão e, sobretudo, na falta de autonomia para inventar a vida.

Neste sentido, salienta Martins:

Nessa adversidade, a questão é saber como a história irrompe na vida de todo dia e trava aí o embate a que se propõe o de realizar no tempo míúdo da vida cotidiana as conquistas fundamentais do gênero humano realizar aquilo que liberta o homem das múltiplas misérias que o fazem pobre de tudo: de condições adequadas de vida, de tempo para si e para os seus, de liberdade, de imaginação de prazer no trabalho, de criatividade, de alegria e de festa, de compreensão ativa de seu lugar na construção social da realidade. Uma vida em que, além do mais, tudo parece falso e falsificado, inclusive a esperança, porque só o fastio e o medo parecem autênticos. Na abundância aparente, não estamos realizados – estamos apenas saturados e cansados em face dos poderes que „parecem nos privar de uma inteligência histórica do nosso agir cotidiano” (Martins, 2000, p.100-101).

A difusão da psicanálise também tem sua participação para a rejeição das práticas autoritárias e repressivas como, por exemplo, o questionamento do exercício da sexualidade somente dentro dos limites do casamento. Na realidade, o tom de mudança social foi dado pela reivindicação de igualdade na esfera pública e privada e pela recusa de padrões morais sexuais para homens e mulheres. Com isso, as mulheres passaram a viver o dilema de ‘mudar’ ou ‘permanecer’, coexistindo um padrão tradicional de ‘ser mulher’ (a ‘virgem’ e ‘esposa-mãe’), voltado para o mundo doméstico, e um novo modelo de mulher que trabalha, que atua politicamente e que busca o prazer sexual.

Novos modelos de 'ser mulher' entraram em disputa. De um lado, um modelo com forte sentido religioso, aquele que exige da mulher a negação de sua sexualidade (virgindade) ou a contenção de seu exercício nos limites do casamento, que tem como fim a procriação, e de outro, um modelo que pode ser pensado como o difundido pela psicanálise e pelas lutas femininas, que busca a igualdade entre homens e mulheres e o controle sobre sua própria vida. (GOLDENBERG, 2007).

Neste contexto de mudança de costumes, mais precisamente por volta das décadas de 1940-1950, a mulher se descobre como ser social e começa a pedir divórcio, reivindicar a legalização do aborto, tomar contraceptivos, insere-se no mercado de trabalho, passa a estudar mais e a não depender dos homens para sobreviver, conseqüentemente a mãe perde sua função exclusiva de educadora e de domínio do lar. (TANAKA, 2007).

A clássica divisão sexual de trabalho está sobre pressão, pois as mulheres mesmo ainda ocupando o espaço privado da reprodução já incorporaram o significado de trabalhar "fora". Portanto ser dona-de-casa na sociedade moderna passa a ser desvalorizador, enquanto que o definidor de identidade social para a mulher se dá no espaço público, ou seja, possuir uma carreira profissional significa valor fundamental para a construção de sua identidade. O novo tom social das reivindicações femininas, desencadeado pelos movimentos feministas, promoveu a entrada das mulheres, especialmente as das camadas médias no mercado de trabalho – pois as mulheres das camadas baixas sempre trabalharam para garantir sua sobrevivência e de seus familiares, portanto sempre exerceu a jornada dupla. Desse modo, novos papéis e padrões de comportamento são delineados, especialmente o de mulher trabalhadora. (TANAKA, 2007).

Salienta Tanaka:

Quando Simone de Beauvoir, em 1949, em 'O Segundo Sexo', disse que 'não se nasce mulher, torna-se mulher', expressou a idéia básica do feminismo: a desnaturalização do ser mulher. O feminismo fundou-se na tensão de uma identidade sexual compartilhada (nós mulheres), evidenciada na anatomia, mas recortada pela diversidade de mundos sociais e culturais nos quais a mulher se torna mulher, diversidade essa que, depois, se formulou como identidade de gênero, inscrita na cultura (TANAKA, 2007, p.25).

É a própria Beauvoir quem nos dá a chave para essa discussão, quando diz que 'aprende-se a ser mulher'. (BEAUVOIR, 2000). Ela foi contra o

modelo biológico de mulher enquanto geradora de filhos e que deveria ter como lugar principal o lar. Hoje, quando grande parte das mulheres escolhe não ter filhos, ou quando as tecnologias reprodutivas podem dispensar a gravidez da mãe biológica é porque a conquista do livre arbítrio sobre o próprio corpo possibilitou às mulheres programar suas vidas e exercer tanto a vida profissional como escolher a forma que deseja exercer sua maternidade.

Porém, com esta ruptura de padrões convivem-se continuidades em novos argumentos (biológicos) criados para fundamentar a distinção já existente entre os gêneros sob outra roupagem. “É no tamanho do cérebro, na quantidade de neurônios, nas diversas regiões do cérebro, nos genes, nos cromossomos, nos hormônios, que são encontradas as diferenças para comportamentos masculinos e femininos”. (GOLDENBERG, 2007, p.19).

Essas discussões indicam que, se de um lado, as diferenças de gênero resistem à mudança, de outro, a ciência reforça as idéias de diferenças entre homens e mulheres. Apesar de nas últimas décadas se observar aproximações significativas entre homens e mulheres, especialmente no que se refere ao comportamento e à moda (mesmas vestimentas, acessórios, cortes de cabelo, entre outros), as diferenças de sexo estão tão impregnadas em nossa forma de pensar e estar no mundo que fica impossível pensar no modelo de sexo único. Mesmo que descobertas científicas questionassem essas diferenças, acabariam se adaptando ao modelo de dimorfismo e criando novas divisões⁵.

⁵ (GOLDENBERG, 2007) “As meninas falam mais cedo e com maior correção gramatical. Aos 12 anos de idade, por exemplo, são bem melhores em escrita e empregam muito mais palavras em oratória. Isso está diretamente ligado com o estrogênio (grupo de hormônios sexuais que estimula caracteres femininos). Quando os níveis de estrogênio se elevam – no meio do círculo menstrual – as mulheres ficam ainda melhores em descobrir a palavra exata de modo correto e mais rapidamente... O cérebro feminino é mais bem equipado para lidar com linguagem. ...Num estudo com 22 sociedades em todo planeta, a conclusão foi unânime: as mulheres falam mais” (Helen Fischer, **Isto É**, 10/03/1999). “Viva a diversidade: o cérebro do homem é maior do que o da mulher, mas o dela é mais complexo. Os homens têm em média 16% de neurônios a mais que as mulheres. São 23 bilhões contra 19 bilhões. O cérebro feminino faz mais sinapses e tem maior densidade de neurônios em certas áreas, o que pode explicar diferenças cerebrais sutis em áreas que processem a linguagem, emoções, informações e cognição. Os homens têm mais facilidade para realizar cálculos matemáticos e se orientar no espaço. Já as mulheres reconhecem nas outras pessoas aspectos emocionais, têm melhor desempenho na linguagem verbal e na execução de tarefas detalhadas e pré-planejadas” (**Isto É**, 23/03/2005). “As meninas aprendem a ler mais rápido que os meninos. Saem-se melhor em gramática e vocabulário. Têm maior facilidade em decifrar exatamente o que o professor quer. Prestam mais atenção nas aulas. Têm melhor desempenho em testes orais e escritos do que nos testes de múltipla escolha. São mais habilidosas na execução de tarefas minuciosas, que exigem maior atenção” (**Veja**, 09/06/2004). O psiquiatra Alfredo Castro Neto diz que “as mulheres falam mais e se expressam melhor que os homens. O cérebro delas já vem estruturado para usar a fala como principal forma de expressão” (**O Globo**, 18/08/2002).

No Brasil, as transformações dos papéis e comportamentos femininos nas três últimas décadas contribuíram para que as mulheres brasileiras assumissem novos espaços no mundo público, tanto no que tange ao mundo profissional quanto ao político. Porém, é preciso não esquecer nossas raízes históricas. A escravidão, a tardia emancipação do centro de dominação, o modelo fundiário desenvolvido pelo colonizador português e a influência da Igreja Católica como força política e instrumento de controle social são alguns dos elementos que permitem compreender as peculiaridades das lutas das mulheres brasileiras. (GOLDENBERG, 2007)

São estes elementos que ajudam a entender, também, o patriarcalismo e o conservadorismo dos homens brasileiros. Esse conservadorismo se manifestava sempre que alguma mulher tentava inovar algum costume, mesmo no comportamento cotidiano (como o comprimento das saias, o corte dos cabelos ou as danças mais descontraídas). O que comandava esse conservadorismo era o medo de que tais atos de ruptura com os padrões tradicionais se refletissem sobre a família, “célula básica da sociedade da qual a mulher era fiel guardiã”⁶.

No período entre o final do segundo império e a primeira Grande Guerra o Brasil sofreu mudanças significativas, tais como: a intensificação das relações internacionais (protagonizada pelas camadas de renda alta, por meio de viagens ao exterior e troca de correspondência com intelectuais de outros países) e o grande fluxo migratório da Europa. Estas mudanças semearam idéias que até então eram restritas a pequenos grupos de intelectuais. Dessa forma, as idéias feministas vieram no bojo deste movimento, refletindo o que ocorria na Europa, cuja tônica era a luta pela participação da mulher na vida pública. (GOLDENBERG, 2007).

Contudo, a autora salienta que nem toda essa reação conservadora foi capaz de deter a luta de alguns grupos de mulheres vanguardistas. Por maiores que fossem as resistências, as mudanças aconteciam atingindo um universo cada vez maior de mulheres. O direito ao voto (1932) e a legislação trabalhista de proteção ao trabalho feminino (1932 e 1943, com a consolidação das leis de trabalho) são exemplos dessas transformações. As resistências ao feminismo foram agravadas pelo radicalismo que caracterizou certo momento da luta das mulheres,

⁶ (DA MATTA, 1983) salienta que no Brasil existem duas figuras pragmáticas: a da “virgem-mãe” (a mulher que têm sua sexualidade controlada pelo homem, a “santa”, a “mulher da casa”) e a “puta” (a mulher que não é controlada pelos homens, a “mulher da vida”, a “mulher da rua”), a quem é negado o direito de ser mãe.

nos EUA e na Europa. Por muito tempo associou-se a esta luta o que foi apenas um de seus episódios: 'a queima de sutiãs em praça pública'. Sendo que este momento foi muitas vezes usado para ridicularizar o movimento feminista, na tentativa de apagar a simbologia que este ato carregava⁷. (GOLDENBERG, 2007).

Os acontecimentos de maio de 1968, na França e na Alemanha foram um marco importante nessa transformação. "A questão do 'específico feminino' se insere nesse clima de contestação geral. Foi colocado em xeque a não representatividade feminina nas áreas de poder, as desigualdades no mercado de trabalho e na educação, o que constituíram uma predisposição para uma ação política organizada". (GOLDENBERG, 2007, p.8).

Conforme os argumentos dessa autora, as conquistas femininas concretizadas nas últimas décadas transformaram as vidas públicas e privadas das mulheres. No entanto, é preciso reconhecer que muitas mulheres sentem-se hoje mais estressadas, são mais competitivas, preocupam-se com necessidades que não se preocupavam no passado, a exemplo de suas carreiras profissionais e consumo de determinados bens. Criam-se novas exigências, novos desejos, novas ambições e novas culpas.

No que tange à dupla jornada de trabalho da mulher, acredita-se que reflexões atuais sobre essa sujeição, ou seja, a conjugação da atividade doméstica pela inserção no mercado de trabalho com o trabalho doméstico no espaço privado coloca em debate questões importantes, explicitadas a seguir, acerca da relação homem-mulher e família na sociedade brasileira, especialmente entre os segmentos médios, foco do presente trabalho. São elas: Homens, principalmente da classe média, dividem atualmente os afazeres domésticos com suas mulheres? O lugar da mulher, apesar de exercer atividade profissional fora de casa, continua sendo o espaço privado, cuidando de sua prole, dos afazeres domésticos e o lugar do homem é o espaço público, cumprindo o papel de provedor, o que deve manter materialmente esposa e filhos, bem como exercer a autoridade sobre seus dependentes? Quando a mulher profissional de classe média ausenta-se o dia todo

⁷ Goldenberg (2007, p.7), salienta que a feminista Heleieth Saffioti, em depoimento para o livro **A Revolução das mulheres**, lembra o significado deste ato:

"Os movimentos feministas só são o que são hoje porque foram o que foram no passado. Hoje nós podemos questionar as bases do pensamento ocidental porque houve um grupo de mulheres que queimou sutiãs em praças públicas. O sutiã simbolizava uma prisão, uma camisa-de-força, a organização social que enquadra a mulher de uma maneira e o homem de outra. A simbologia é essa: vamos queimar a camisa-de-força da organização social que aprisiona a mulher".

de sua casa, quem é que se responsabiliza pelo trabalho doméstico e cuidado com os filhos? Enfim, quais os valores que determinam, nos dias atuais, o lugar do homem e da mulher e quais mudanças e permanências nos padrões de comportamento e nos papéis desempenhados, no mundo da casa, por mulheres de classe média que atuam no mercado de trabalho? Será que o trabalho remunerado suprimiu o trabalho doméstico da mulher da classe média?

Todas essas questões, no presente trabalho, implicam em discussão sociológica acerca do conceito de classe média.

1.3 APONTAMENTOS SOCIOLÓGICOS SOBRE A CLASSE MÉDIA: A POSIÇÃO DA MULHER E A DUPLA JORNADA DE TRABALHO

Há um crescimento freqüente da mulher no mercado de trabalho. Para estudá-las deve-se levar em conta que a sociedade contemporânea impõe que se reconheça a heterogeneidade dessas mulheres, bem como suas situações distintas.

O estudo de Bonelli (1989) aponta como ocupações de classe média-alta as profissões liberais (médico, advogado, engenheiro), as posições de chefia de nível universitário, psicólogo, jornalista, químico. Como de classe média-média os docentes (excluindo-se os professores universitários) professor primário, professor secundário, diretor de grupo escolar, os pequenos e médios proprietários, os das ocupações burocráticos- administrativos de escalão médio (secretária, tesoureiro, analista do orçamento) e as ocupações não-manuais de nível técnico e/ou qualificadas (corretor imobiliário, vendedor, desenhista, mestre-de-obras).

De acordo com Bonelli:

Salienta-se que a classe média que interessa a este estudo é o grupo de pessoas que se encontram nos escalões intermediários da pirâmide social. Quando o termo é mais uma vez objetivado de médio ou alto está se referindo aos estratos sociais compostos por indivíduos que compartilham entre si semelhanças nos atributos psicossociais relacionados à educação, ocupação e renda. Os atributos psicossociais em questão são aqueles de cunho comportamental, com os valores e visão de mundo. (BONELLI, 1989, p.16).

O grupo em análise, no presente trabalho, possui estas características; é formado por médica, dentista, professora, advogada, jornalista e funcionária pública.

Neste debate, é possível perceber na concepção marxista a idéia de uma possível classe média, que estaria localizada entre a classe detentora dos meios de produção e os trabalhadores assalariados. Para Marx e Engels a classe média⁸ seria um elemento conservador da sociedade, pois tanto a proposta revolucionária do proletário como a hegemonia da burguesia comprometeria seus interesses de ascensão. (SILVA, 2005).

No século XX aparece uma nova classe média, devido ao surgimento das funções técnicas e de profissões ligadas a um saber mais qualificado. Portanto, esta nova classe média, a exemplo de sua antecessora histórica - a velha classe média – constitui-se em classe emergente e importante na constituição da estrutura de classe na sociedade moderna. (KLAUS 2001; SILVA 2005).

A classe média é formada por profissionais que dominam áreas importantes da sociedade moderna, como saúde, comunicação, educação. Dependentes diretamente de sua renda, possuem poder de compra de bens duráveis como automóveis, imóveis e também eletrônicos. Porém, a política neoliberal⁹ afeta diretamente a classe média desde meados da década de 1980 com tendência a sua paulatina proletarização pelo crescente processo de privatizações e outras medidas econômicas. (SILVA, 2005).

Neste sentido salienta Silva:

Esta política visa à estabilidade econômica mediante uma política orçamentária que contenha gastos com políticas de cunho social como direitos trabalhistas, por exemplo, e também e também uma restauração da taxa trabalhista considerada natural para esta política, ou seja, a criação de um exercito de reserva de trabalho para desestruturar os sindicatos. Desta forma, para o neoliberalismo¹⁰ o crescimento só retomaria quando a estabilidade monetária e os incentivos essenciais houvessem sido restituídos (SILVA, 2005, p.14).

⁸ Sobre conceito de “classe social” ver: Marx, Karl. **O capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, livro I, v.1, 1971.

⁹ Política Neoliberal – Visa à estabilidade econômica mediante uma política orçamentária que contenha gastos com políticas de cunho social como direitos trabalhistas, por exemplo, e também a uma restauração da taxa de desemprego que é considerada natural para tal política, ou seja, a criação de um exército de reserva para desestruturar os sindicatos. (SILVA, 2005).

¹⁰ Neoliberalismo: “É um movimento ideológico, em escala verdadeiramente mundial, como o capitalismo jamais havia produzido no passado. Trata-se de um corpo de doutrina coerente, auto-consciente, militante, lucidamente decidido a transformar todo o mundo à sua imagem, em sua ambição estrutural e sua extensão internacional”. (SILVA, 2005, 15).

Todas essas medidas neoliberais repercutem nas classes médias, tendo em vista que em sua grande maioria é composta por funcionários públicos¹¹.

Na sociedade moderna, as mulheres da classe média saíram do invisível espaço doméstico vivenciando com maior intensidade o espaço público, foram estudar, qualificar-se, e agora ocupam postos importantes na esfera do trabalho.

O que mudou então para as mulheres da classe média? Pode-se dizer que foi a relação que algumas delas passaram a ter com o saber, ou seja, o qual pode ser explicado pela sua entrada nas universidades. Assimilaram a cultura masculina, legitimaram seus estudos e depois de árduos caminhos passaram a assumir sua independência social através da atividade profissional, contribuindo de forma significativa para o orçamento familiar. Elas agora são profissionais liberais, professoras universitárias, funcionárias públicas, médicas, advogadas, enfim, têm independência financeira e status social.

No entanto, discriminações indiretas e sutis (piadas sobre os neurônios femininos, assédio no local de trabalho, entre outros) fazem parte do seu cotidiano. Discriminações estas que dificultam o acesso a postos de maior responsabilidade somados ao exercício do trabalho doméstico que interfere na sua atividade profissional, a exemplo do filho doente, dos cuidados com o marido, falta da empregada doméstica, entre outros.

É fundamental acentuar aqui que os obstáculos e dificuldades enfrentadas pela mulher no mercado de trabalho incidem mais sobre a mulher da classe média e alta, pois a mulher da classe operária sempre trabalhou. Nestes termos, longe de significar emancipação feminina, o trabalho ainda propicia pouca liberdade para uma vida fora de casa e condições de igualdade com o homem.

A partir dessa discussão, torna-se necessário discutir a posição da mulher da classe média na sociedade urbana brasileira. Para tanto, a questão do

¹¹ “Um estudo divulgado na Universidade de Campinas – Unicamp – demonstra que a política econômica do país está ‘encolhendo’ a classe média e ‘engordando’ a classe trabalhadora. As análises, baseadas na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD – abrange o período de 1980 a 2005 e indicam que a classe média representava 45% da população ocupada em 1996, número que caiu para 36,2% em 2004 e subiu, no ano seguinte, para 40,6%. Já a chamada massa trabalhadora subiu de 22,9% para 31,6% (2004) e alcançou o pico de 37,4% da população ocupada em 2005. Em entrevista, o economista Waldir Quadros, um dos autores desse estudo, afirma que ocupações precárias e mal remuneradas vão sendo aceitas como um mal menor, e cada vez mais os indivíduos e as famílias vão relaxando seus padrões morais na luta pela sobrevivência” (REZENDE, 2007, p.B10).

patriarcalismo nas sociedades ocidentais e especificamente no Brasil, constitui referencial importante, como segue.

1.4 A DELIMITAÇÃO DO ESPAÇO DA MULHER NA SOCIEDADE MODERNA

É fato que a problemática da inferioridade social da mulher está presente em quase todas as sociedades, já que se vincula ao próprio processo do desenvolvimento do capitalismo. Porém, existem singularidades nas sociedades de capitalismo menos desenvolvido como no Brasil, pois não raro depara-se com expressões como segue: “a participação da mulher no mercado de trabalho está aumentando”, “a mulher está se libertando de seu papel de dona-de-casa, esposa e mãe”. Porém, deve-se perguntar se esta situação é verdadeira, pois o trabalho da mulher está em toda parte:

Olhem as crianças chegando limpinhas nas escolas, carregando suas lancheiras; olhem os maridos elegantes – lavados, engomados, passados; olhem embaixo das camas: quem tirou o pó? Olhem em cima das camas: mulheres vendendo seus corpos para que a dupla moral sexual e a ordem patriarcal possam subsistir.¹² (FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS, 1981, p.34).

Para a mulher, que atua diretamente no sistema produtivo, o trabalho doméstico constitui um sobre-trabalho, por representar uma segunda tarefa, configurando a dupla jornada de trabalho. Assim, para compreender o que se desenrola atualmente na vida de homens e mulheres de classe média deve-se recorrer à análise sociológica e histórica de como a dimensão do trabalho envolve a relação homem-mulher. (CORDEIRO, 1979).

A autora SCHOLZ (1996) parte do pressuposto de que existe um princípio masculino que envolve o trabalho abstrato e a produção da forma-valor. Resgata a origem do patriarcalismo, discutindo a correlação que há entre capitalismo e patriarcalismo. Propõe que devemos ter como base de análise “[...] a tese de que a contradição básica da socialização através da forma-valor é determinada com especificação sexual” (SCHOLZ, 1996, p.15). O que significa afirmar que a dominação originada da relação patriarcal é sem sujeito.

¹² Sobre a questão da dupla moralidade sexual ver: FREYRE, 1981.

Neste sentido salienta Scholz:

Os depositários do domínio não são sujeitos autoconscientes, mas agem no interior de uma moldura de sociabilidade dotada de constituição historicamente inconsciente. O valor sem sujeito remete ao homem sem sujeito, que na qualidade de dominador, de iniciador e realizador, colocou em movimento instituições culturais e políticas capazes de cunhar a história, que começaram a ter vida autônoma, inclusive com relação a ele. (SCHOLZ, 1996, p.17).

A delimitação de um espaço aos sexos foi constituída na Grécia Antiga, formando o ideal de patriarcalismo, com influências em todo o mundo ocidental. Foi a própria situação geográfica da Grécia, dispersa em ilhas, bem como sua necessidade de busca de alimentos em outros países que favoreceu a troca de mercadorias e, conseqüentemente, ensejou a forma monetária, nascendo daí a necessidade de um organismo jurídico e uma jurisdição pública de legitimidade. (SCHOLZ, 1996).

Em decorrência desse processo, a vida pública assumiu um novo sentido, devendo o discurso perante o tribunal e a assembléia popular apresentar-se de forma racional e abstrata, a fim de que os elementos participantes ganhassem prestígio. No entanto, a participação nessas instituições era permitida apenas aos homens, cabendo às mulheres atenienses o exílio doméstico e a tarefa da reprodução. Caso não concebessem um filho sua vida teria sido em vão. Assim, a inserção do pensamento racional no mundo ocidental significou, desde o início, a exclusão das mulheres. (SCHOLZ, 1996).

Na passagem da sociedade antiga para a medieval, o patriarcalismo preso a este valor teve que reconstruir seu poder, visto que a realidade das tribos germânicas, em muitos aspectos, se diferenciava da sociedade grego-romana. Se, por um lado, a mulher era juridicamente subordinada ao marido e precisava de um representante legal (pai ou marido) que a representasse, por outro lado, na vida cotidiana, diferentemente do que ocorria na sociedade anterior, a mulher podia participar do comércio, embora não com a mesma atuação dos homens. (SCHOLZ, 1996).

No lar ela possuía maior autoridade. Todavia, a Igreja encarregou-se, nessa época, através de sua doutrina, da preservação da imagem negativa da mulher. A partir do séc. XII, a mulher sucessora de Eva, a pecadora, foi confrontada

com a Virgem Maria, firmando gradativamente a idéia de que a mulher, quando muito, deveria ser um ser assexuado.

A Renascença marca o ressurgimento do antigo mundo espiritual, mudando os fundamentos sociais. A mulher, por sua vez, perdeu muito com a reestruturação da sociedade. O novo ser humano que deveria ser fundado na nova sociedade deveria ser o homem, portanto, a mulher deveria ser destituída de qualquer poder que pusesse em risco a imagem do homem, agora detentor de superioridade, virilidade, alteridade e, sobretudo, racionalidade. (SCHOLZ, 1996).

Na Revolução Industrial, quando se utilizou maciçamente braços femininos, acentua-se a contradição do papel feminino, ou seja, a mulher deveria permanecer no lar e os valores do patriarcalismo continuam a manter a diferença entre os sexos. Mesmo sendo o trabalho da mulher necessário à sustentação do novo modo de produção capitalista, seu espaço se legitima culturalmente no âmbito privado devendo ela, mesmo trabalhando fora, dar conta de suas atribuições domésticas.

Essa breve reconstituição histórica visa mostrar que, quando uma nova era se faz, isso não significa que as relações de ordem econômica, política e social serão totalmente renovadas. No processo de desenvolvimento das sociedades ocidentais, principalmente, as novas relações sociais preservam a assimetria entre os sexos.

Na segunda metade do século XX, a relação entre os sexos assume novas condições. Se o grupo familiar é a base da sociedade industrial formada, o surto do individualismo produzido pelos mecanismos do mercado atinge gradativamente a mulher, tornando a tradicional separação dos papéis ainda mais problemática. É preciso salientar que, por mais problemática que tenha se tornado a diferença entre os papéis sociais no capitalismo, continua a sociedade estruturada sob forma patriarcal, ou seja, o ideal patriarcal continua intacto. No interior da sociedade atual, um novo fenômeno se formou, agora cabe às mulheres um duplo papel social.

Salienta Scholz:

O valor é o homem, não o homem como ser biológico, mas o homem como depositário histórico da objetivação valorativa. Foram quase que exclusivamente os homens que se comportaram como autores e executores da socialização pelo valor. Eles puseram em movimento, embora sem saber, mecanismos fetichistas que começaram a levar vida própria cada vez mais independente por trás de suas costas (e obviamente por trás das costas das mulheres). (SCHOLZ, 1996, p33).

E complementa:

Como neste processo a mulher foi posta como antípoda objetivo do 'trabalhador' abstrato – antípoda obrigada a lhe dar sustentação feminina, em posição oculta ou inferior -, a constituição valorativa do fetiche já é assimétrica em sua própria base e assim permanecerá até cair por terra. Hoje parece chegada à hora em que este fim se aproxima historicamente, pois o homem deixou de ser literalmente 'senhor' de seus próprios monstros e de si mesmo. O homem aparece assim como um aprendiz de feiticeiro, só que agora não há mais um mestre patriarcal capaz de consertar a situação. (SCHOLZ, 1996, p.33).

É possível articular esses argumentos com PENA (1981), quando esta última alerta que o trabalho abstrato não é mais exclusividade masculina, embora não tenha o sexo feminino atingido, nesta atividade, o mesmo poder conferido ao homem.

Desse modo, só se pode compreender a contradição da dupla jornada de trabalho exercida pelas mulheres na sociedade moderna, a partir do entendimento da formação patriarcal. Se no séc. XX muitas foram as alterações dos valores, práticas e papéis nas relações entre homens e mulheres, a literatura nos aponta que houve continuidades em todos estes aspectos, daí a explicação da mulher que exerce uma profissão vivenciar a contradição de ser obrigada a exercer antigas atribuições domésticas.

Uma das características da modernidade, no contexto dos países em desenvolvimento, está na oposição entre o presente e o passado, ou seja, uma procura exacerbada pelo novo em detrimento do velho. "Isto leva a afirmar, sem receio, que no séc. XX assiste-se a um movimento de constantes alterações em valores, práticas e papéis que as pessoas desempenham, em um número considerável de sociedades". (BIASOLI-ALVES, 2000, p.233). Em tais alterações podemos citar: urbanização crescente, avanço da ciência e tecnologia, e necessidades educacionais, tendo como pano de fundo a economia e a questão da globalização.

A instituição familiar, neste contexto, vem sofrendo grandes modificações, as quais estão sendo interpretadas ingenuamente por alguns estudiosos como "crise". "Como se, em algum outro período, a família tivesse sido essencialmente estável na sua estrutura e nos papéis desempenhados por adultos homens e mulheres, jovens e crianças". (BIASOLI-ALVES, 2000, p.233). A autora afirma que investigações mais cuidadosas mostram que isto não se confirma.

Para compreender os novos rumos da família na sociedade contemporânea é preciso partir de sua história, analisar, em épocas diferentes, a rotina de vida e os padrões de comportamento dos seus membros. Para conhecer o presente é importante que se conheça normas e práticas do passado e as transições que foram ocorrendo. Desse modo, dois aspectos devem ser considerados: as mudanças e as continuidades. Às vezes, práticas e atitudes parecem assumir apenas e tão somente outra roupagem, mostrando, numa análise mais aprofundada, que certas questões ainda se encontram presas aos padrões de outras épocas, especialmente no que se refere à posição das mulheres.

É verdade que rápidas mudanças ocorreram nas relações familiares, no mundo da casa e, conseqüentemente, na relação entre homens e mulheres. Porém, vivemos em um tempo de transição, observam-se mudanças das relações, mas também permanências.

O antigo modelo de família nuclear está em processo de transformação com a instituição do divórcio e a maior inserção das mulheres no mercado de trabalho, novos arranjos emergem. Muitas mulheres passam a ser “chefe de família”, com o direito inclusive de reduzir o número de filhos.

Ocorrem também mudanças significativas nos padrões públicos de conduta sexual, se admite a bissexualidade, lesbianismo, ou seja, aparecem várias situações que eram silenciadas e que se tornaram públicas. Os papéis não são mais óbvios, porque as relações se complexificaram, com novos arranjos e novos comportamentos.

Pode-se, portanto, considerar que a mulher brasileira, especialmente a de classe média, vive hoje uma situação contraditória, melhor dizendo, entre a ruptura de antigos padrões de comportamento, a incorporação de novos papéis e de permanência de valores da sociedade patriarcal. Por isso, a necessidade de aprofundamento dessa questão.

1.5 A MULHER DE CLASSE MÉDIA E A RELAÇÃO CONTRADITÓRIA COM O MUNDO DO TRABALHO

Segundo Lopes (2003, p.172),

A miscigenação e o patriarcalismo, fizeram surgir no Brasil formas específicas de organização da vida sexual, de definição dos papéis sexuais de masculinidade e feminilidade, noções do que foi, e ainda hoje é, ser homem em oposição à mulher na sociedade brasileira.

Na obra “Casa Grande e Senzala”, Freyre examinou a estrutura patriarcal da família brasileira, de forma a revelar a vida social na intimidade e a identificar as raízes de uma tradição brasileira que dura até hoje, embora de forma modificada. (FERREIRA; CUSTÓDIO, 2007).

No tocante a esta questão:

O patriarcalismo constituiu um modelo universalmente adotado (o Brasil já herdou dos colonizadores portugueses) de colocar o homem no comando, domínio de seu clã, sua prole, sujeitando a mulher a seus caprichos e mandos. Era assim o costume português, e aqui achou, literalmente falando, uma terra fértil para continuar esta prática: latifúndios, homem branco desbravador, mulher branca para continuar a família, negras pra o prazer carnal e índia que antes das negras eram a diversão dos homens brancos, mas que ensinaram muitas técnicas de agricultura, e escravos negros, estrutura monocultora para exportação. ‘Eis aí a origem patriarcal brasileira’. (FERREIRA; CUSTÓDIO, 2007, p.1).

Desse modo, a identidade da mulher brasileira vai se delineando através de uma extrema diferenciação entre os sexos, fato característico de uma organização do tipo patriarcal, o qual justifica o chamado padrão ‘duplo de moralidade’. Para o homem toda a liberdade do amor físico, para a mulher a procriação, ou seja, a obrigação de conceber, parir e dar filho do sexo masculino ao seu marido.

Neste sentido, salienta Freyre:

O padrão duplo de moralidade, característico do sistema patriarcal, dá também ao homem todas as oportunidades de iniciativa, de ação social, de contatos diversos, limitando as oportunidades da mulher ao serviço e às artes domésticas, ao contato com os filhos, a parentela, as amas, as velhas, os escravos. E uma vez por outra, em um tipo de sociedade católica como a brasileira, ao contato com o confessor. (FREYRE, 1992, p. 208).

Na verdade, o tipo mais comum de mulher brasileira durante o império e mesmo depois na era semipatriarcal da metade do séc. XIX era o da mulher boa, generosa, devota. Aquela que só se sentia feliz entre os parentes, os íntimos e as mucamas, totalmente desinteressada dos negócios e da vida política do marido. Alheia ao mundo que não fosse o da casa, ignorando que houvesse Império, pátria, literatura, rua, cidade e praça. Portanto, nessa era os dois sexos nunca se ajustaram numa criação comum, de significado político ou literário.

Freyre afirma que o regime patriarcal fez com que houvesse uma forte separação do homem à mulher, ao homem se deu um caráter de sexo forte, à mulher o fraco, ele o sexo nobre e a ela o belo. A beleza, no sistema patriarcal, ganhou um aspecto mórbido, de um lado a menina tipo franzino, quase doente, e de outro lado, a senhora “gorda, mole, caseira, maternal, coxas e nádegas largas” (FREYRE, 1992, p.125). Nada do tipo corajosa, ágil equiparando-se à figura do rapaz¹³.

Articulando com Freyre, Ferreira; Custódio afirmam:

Este modelo de tipo físico e moral da mulher, como criatura franzina, neurótica e caseira, nas sociedades patriarcais e escravocratas, resultante de fatores econômicos, sociais e culturais, que a reprimiram e amoleceram, acentuando-lhes os arredondamentos das formas, para melhor adequar os interesses do sexo dominante e da sociedade organizada sobre a dominação exclusiva de uma classe, de uma raça e de um sexo. (FERREIRA; CUSTÓDIO, 2007, p.3).

A análise das obras de Freyre: “Casa Grande e Senzala” e “Sobrados e Mucambos” faz suscitar inquietantes questões. Como estes papéis definidos no sistema patriarcal sobre masculino e feminino são (re) significadas contemporaneamente? Como este patriarcalismo, com esta construção de papéis sexuais entre feminino e masculino, ainda influi na sociedade brasileira? Para responder estas questões as argumentações desenvolvidas pelos autores a seguir fornecem importantes explicações.

Segundo Parker:

¹³ Lipovetsky, Gilles, (2000), salienta que para nós do século XXI as “Vênus dos anos 50” nos parecem um tanto roliças. Porque hoje as mulheres inseridas no mercado de trabalho exibem uma estética sarada. Além disso, são boas mães e esposas. Na prática as mulheres precisam cumprir uma verdadeira odisséia para enquadrar-se neste novo ideal, já que conciliar todas as expectativas que lhe são destinadas exige um grande investimento pessoal de sua parte.

Ligados pelo seu relacionamento marital, pelo ato da coisa que simboliza esse relacionamento e pelas noções subjacentes de dominação e submissão que o estruturam, essas figuras reproduzem e reforçam as distinções fundamentalmente hierárquicas implícitas nas categorias mais gerais de homem e mulher. Entre os símbolos ou incorporações mais concretas dos valores culturais, tais como virilidade e fertilidade, eles servem de exemplos de masculinidade e feminilidade levados a seu potencial máximo e funcionam como modelos para a construção dos papéis do macho e da fêmea. (PARKER, 1991, p.74).

Interpretando o autor, ressalta-se que o passado patriarcal com seu sistema de representações continua a influenciar as maneiras pelas quais os brasileiros contemporâneos compreendem a ordem das coisas, estruturam suas interações e interpretam o sentido das suas relações sociais. As circunstâncias históricas que tornaram possível a clássica configuração patriarcal desapareceram visivelmente há muito tempo. Porém, a extensão em que essa estrutura foi, de fato, plenamente realizada, mesmo quando circunstâncias históricas o permitiram, é uma questão aberta ao debate. No presente contexto, entretanto, essa questão é, talvez, menos importante do que a permanência de uma visão socialmente construída de que a família patriarcal continuou a afetar o pensamento do brasileiro e as maneiras pelas quais visualizam não apenas sua própria história, mas também seu atual meio social.

Talvez em nenhuma outra área o impacto do patriarcalismo tenha sido mais poderosamente sentido do que na construção do gênero – em interpretações de masculinidade e feminilidade e compreensões dos relacionamentos que deveriam existir entre homens e mulheres na vida social contemporânea. Essas compreensões foram transformadas e (re) significadas, mas com permanências importantes para o pensamento contemporâneo brasileiro¹⁴.

Todo o conjunto dos fatos até aqui explicitados permite dizer que a identidade da mulher e do homem brasileiro que se formou na era patriarcal pode explicar, hoje, muitos dos valores e costumes internalizados pelos mesmos. O homem foi o elemento móvel, militante e renovador e a mulher, o conservador e o estável. (FREYRE, 1992).

A tirania contra a mulher brasileira era reinante no ambiente patriarcal, primeiro a tirania dos pais, depois a tirania dos maridos. Estas mulheres sufocadas, sem voz e sem rosto, foram nada mais que um elemento de “decoração

¹⁴ Se for do interesse do leitor a discussão da (re) significação dos conceitos “masculino” e “feminino” ver: (PARKER, 1991).

social” que só conseguiram repercussão moral e psicológica em seus filhos e principalmente filhas.

À transição do patriarcalismo absoluto para o semi-patriarcalismo foram dando lugar à sociedade burguesa desenvolvida nas cidades. É a partir daí que, gradativamente, a velha ordem patriarcal deu mostras de uma necessária renovação. Foi então que o poder absoluto do senhor da casa-grande foi diminuindo à medida que a nova ordem social ia se instalando na sociedade brasileira.

Na sociedade contemporânea, a organização social que se configura é o da mulher que trabalha fora e dentro de casa e realiza dupla jornada. Muitas vezes assume o papel de chefe de família quando, na ausência do homem ou de desemprego do mesmo, precisa sustentar a casa e os filhos. Entretanto, a mulher e o homem brasileiros contemporâneos ainda vivem, cotidianamente, a herança patriarcal de divisão de papéis sociais seja na esfera pública, seja na esfera privada.

As discussões realizadas até o presente, possibilitam acreditar na persistência de costumes patriarcais ainda hoje e que permeiam as relações de gênero e encontram sua sustentação no modo como foram se construindo a identidade homem-mulher na sociedade brasileira.

As representações construídas sob os moldes patriarcais estão impregnadas no interior de cada homem e cada mulher. Como já salientado anteriormente, as mulheres sempre foram e ainda são as responsáveis pela educação das novas gerações¹⁵, dos afazeres domésticos e dos cuidados com os homens, apesar de sua inserção no mercado de trabalho, desenhando-se, dessa forma, o que se denomina hoje de “dupla jornada de trabalho”.

¹⁵ Com relação a esta questão Holanda (1995, 143) afirma: “A pedagogia científica da atualidade segue rumos precisamente opostos aos que preconizavam os antigos métodos de educação. Um dos seus adeptos chega a observar, por exemplo, que a obediência, um dos princípios básicos da velha educação, só deve ser estimulada na medida em que possa permitir uma adoção razoável de opiniões e regras que a própria criança reconheça como formuladas por adultos que tenham experiência nos terrenos sociais em que ela ingressa. ‘Em particular’, acrescenta, ‘a criança deve ser preparada para desobedecer nos pontos em que sejam falíveis as previsões dos pais.’ Deve adquirir progressivamente a individualidade, ‘único fundamento justo das relações familiares’. ‘Os casos freqüentes em que os jovens são dominados pelas mães e pais na escolha de roupas, dos brinquedos, dos interesses e atividades gerais, a ponto de se tornarem incompetentes, tanto social, como individualmente, quando não psicopatas, são demasiado freqüentes para serem ignorados’. E aconselha: ‘Não só os pais de idéias estreitas, mas especialmente os que são extremamente atilados e inteligentes, devem precaver-se contra essa atitude falsa, pois esses pais realmente inteligentes são, de ordinário, os que mais se inclinam a exercer domínio sobre a criança. As boas mães causam, provavelmente, maiores estragos do que as más, na acepção mais generalizada e popular destes vocábulos’.

Pressupõe-se, portanto, existir uma possível crise das representações patriarcais nas relações de gênero em nossa sociedade atual. A precursora desta idéia é a pesquisadora Luz (1987), a qual aponta uma perda de referência do que é “ser homem” e o que é “ser mulher” hoje.

Salienta Luz “A vanguarda dos homens, digamos assim, já foi para a cozinha, já faz baby sitting, já alterna os dias de saída, não importa se empurrado pelas mulheres, já aceita ganhar menos, já aplaude o sucesso das mulheres”. (LUZ, 1987, p.85).

O patriarcalismo não tem condições de persistência na sociedade atual, com as transformações que estão ocorrendo. Até as próprias representações de masculino e feminino estão sendo questionadas, mas a crise não conseguiu afirmar e interiorizar novas representações que sirvam de base para um novo relacionar-se entre os gêneros, bem como a instituição de novas relações pautadas por maior simetria. (LUZ, 1987).

É preciso deixar claro, no entanto, que falando em crise das representações ou em mudanças de comportamento, referimo-nos especificamente a atitudes e a expressões de sentimentos comuns de setores urbanos da população brasileira menos reprimida política e socialmente, que têm condições de sentir e pensar sobre a crise, devido às informações a que tem acesso. Na verdade, o sentimento de um mal estar decorrente dos papéis de homem e mulher, em nossa sociedade e em relação à vida do casal e do lar, tem encontrado ressonância no que diz respeito às mulheres mesmo nos setores menos privilegiados.

Há, portanto, um descompasso entre as novas práticas sociais das mulheres trabalhando fora de casa com o velho modelo internalizado da mulher dona-de-casa, mãe e esposa. Acerca dessa inovação é fundamental esclarecer que existe um pensamento liberal que vive a contradição de propor a igualdade e a diversidade, sabendo que o mundo sobre o qual se propõe existir está definido por uma relação básica de dominação do capital. Por isso, a igualdade só pode se realizar no discurso. Para o pensamento liberal, a identidade masculina e feminina pode trocar a roupa, mas não a realidade, pode trocar a aparência, mas não a posição na relação.

A este respeito Salienta Souza:

O questionamento da ordem passa pela crítica das relações dominantes que a compõem e uma das relações fundamentais da ordem dominante de nossos dias é exatamente a relação entre os dois absolutos construída como masculino e feminino. Nesse sentido inventar a democracia, pensar a democracia com a criação de um novo mundo e de novas relações fundamentais, significa inventar, propor, criar um novo conceito de masculino e feminino num contexto de liberdade, igualdade e participação. Neste mundo os homens e as mulheres, os masculinos e os femininos trabalharão suas identidades e relações como sujeitos iguais porque diferentes. Inventar a democracia é inventar um novo modo de ser da própria humanidade e desses dois seres que se compõem. Isso quer também dizer que sem isso não haverá democracia. (SOUZA, 1987, p.44).

A divisão de papéis deu origem a um conjunto de representações sociais sobre masculino e feminino. Estas associam, ainda hoje, uma constelação de características a um e outro sexo. Convém também ressaltar o volume de discussões que se têm levantado, nos últimos vinte anos, sobre essas mesmas características e as representações sociais que estão associadas a elas.

É verdade que mulheres pertencentes a uma vanguarda histórica, como a feminista Simone de Beauvoir, em o “Segundo Sexo” (2000), o fizeram antes, mas as discussões avolumaram-se com o movimento feminista superando as fronteiras do movimento vanguardista. Na verdade, tanto filósofos, como cientistas sociais, grupos de psicanálise e psicologia, artistas e jornalistas, independentemente de serem homens ou mulheres, alimentam as discussões.

A penetração atual dessas discussões na sociedade civil: grupos sociais organizados (associações de diversos tipos, movimentos sociais ditos de minoria, setores de sindicatos e partidos políticos) e não organizados (grupos de profissionais de classe média, em geral, mas também mulheres de classes populares) desenvolvem palestras, debates, seminários, reuniões para discutir a questão da mulher, da família, dos sexos, etc. Também, os meios de comunicação de massa, através de artigos em jornais e revistas, através de seriados na televisão e de filmes, entre outros, não deixam de alimentar essas discussões.

Na verdade, a busca por mudanças das representações de masculino e feminino, ou a constatação da prática de mudanças nessas representações ainda não é bem assimilada em termos de comportamentos novos,

gerando crises nas relações homem e mulher, tanto entre casais como nas famílias das novas gerações.

Neste sentido salienta Luz:

Se é verdade que as relações entre pais e filhos dos tempos atuais parecem ser mais abertas que as relações entre pais e filhos das gerações anteriores, as relações entre homem e mulher nos casais continuam bastante resistentes às mudanças. Isto é em parte devido à persistência das representações masculino e feminino, apesar das transformações na estrutura produtiva e no acesso das mulheres ao domínio público. (LUZ, 1987, p.79).

As mulheres são o elemento detonador dessa crise, o que não poderia ser diferente, já que é sobre elas que recai o ônus maior desse sistema ainda marcado pela permanência de um modelo de mulher baseado no sistema patriarcal. Na verdade, se não são mais 'domésticas', se trabalham, se estudam, se votam, se estão informadas sobre seu corpo e suas sensações, por que continuam domesticadas?

Para melhor compreender essas contradições vivenciadas, hoje, pela mulher no Brasil, analisa-se a seguir o processo histórico de sua inserção no sistema produtivo.

CAPÍTULO II

A MULHER BRASILEIRA: TRABALHO PRODUTIVO, TRABALHO DOMÉSTICO E REPRODUÇÃO DA VIDA

Ao tratar particularmente do Brasil no início do industrialismo, fica evidente a função econômica das mulheres. Foram elas e as crianças os primeiros braços do sistema fabril. Tornou-se mais evidente a exploração do sexo feminino no nascente sistema de produção capitalista brasileiro, o qual utilizou a condição social dita “inferior” da mulher para tirar vantagens de seu trabalho. Em suas análises Rago (2004), demonstra que “Pagu”, Patrícia Galvão, escritora, feminista e comunista dos anos 30, foi uma das poucas mulheres a descrever, no romance “Parque Industrial”, a difícil vida das operárias de seu tempo: as longas jornadas de trabalho, os baixos salários, os maus tratos de patrões e o contínuo assédio sexual. Assim, exemplifica tais afirmações por um trecho de um jornal da época “O Amigo do Povo”, de 5 de setembro de 1902 que dizia:

A que não se submete às exigências arbitrárias, não já do burguês [...] mas às dos capatazes, ao serviço dos mesmos senhores, é desacreditada e maltratada por esses homens sem consciência, até o extremo de ter de optar entre a degradação e a morte. (apud RAGO, 2004, p.578).

Alguns poucos documentos escritos por mulheres trabalhadoras da época (em geral o que existe são textos de denúncia redigidos pelas militantes políticas, além de algumas entrevistas orais realizadas em períodos mais recentes), permitem entrever de que maneira elas representavam a si próprias e o mundo do trabalho.

A maior parte da documentação foi escrita por autoridades públicas, como médicos higienistas ou policiais responsáveis pela segurança pública, por industriais e, posteriormente, por comunistas, preocupados em conscientizar o proletariado. Isso significa que lidamos muito mais com a construção masculina da identidade das mulheres trabalhadoras do que com a própria percepção delas sobre sua condição social, sexual e individual. Portanto, não é a toa que, até recentemente, falar de mulheres trabalhadoras urbanas no Brasil significava retratar

um mundo de opressões e explorações, sem rosto e sem corpo, a operária como figura passiva, sem expressão política e tampouco contorno pessoal. (RAGO, 2004).

Foi na metade do século XX, quando houve no Brasil apreciável surto industrial, que a participação da mulher nas atividades fabris caiu substantivamente, devido ao fato de as indústrias terem passado do trabalho artesanal para o trabalho mecânico.

Quanto a esta questão Saffioti esclarece:

Compreende-se, pois, que a mulher vá cedendo seu lugar aos homens à medida que a substituição de teares manuais por teares mecânicos vai se processando e na medida em que teares mais simples são substituídos por maquinaria mais sofisticada. As necessidades da empresa em matéria de pessoal especializado na manutenção de máquinas aumentam, enquanto a maior produtividade alcançada com as novas tecnologias expulsa contingentes humanos diretamente ligados à produção. (SAFFIOTI, 1976, p.26).

O contexto social emergente necessitava de mão-de-obra especializada, portanto a qualificação tornou-se requisito para participar na produção industrial. Para tanto, foi necessário criar condições para os trabalhadores brasileiros se qualificarem. Para as mulheres, a preparação técnica se não foi barrada, pelo menos foi dificultada em razão de interessar ao capital a sua permanência no lar, devido à sua função de reprodutora de força de trabalho e à falta de capacidade do sistema capitalista de absorver a totalidade de mão-de-obra disponível.

A mídia da época também estava em consonância com o capital e a moral feminina disseminada na época.

A Revista Querida de novembro de 1954 afirmava que:

Lugar de mulher é o lar [...] a tentativa da mulher moderna de viver como um homem durante o dia, e como uma mulher durante a noite, é a causa de muitos lares infelizes e destruídos. [...] Felizmente, porém, a ambição das mulheres continua a ser o casamento e a família. Muitas, no entanto, almejam levar uma vida dupla: no trabalho e em casa, como esposa, a fim de demonstrar aos homens que podem competir com elas no seu terreno, o que freqüentemente as leva a um eventual repúdio de seu papel feminino. Procurar ser à noite esposa e mãe perfeitas e funcionária exemplar durante o dia requer um esforço excessivo [...]. O resultado é geralmente a confusão e a tensão reinantes no lar, em prejuízo dos filhos e da família. (apud BASSANEZI, 2004, p.624).

Não se pode deixar de refletir sobre esse duplo movimento, qual seja, as relações entre a organização do trabalho na esfera pública e a organização

do trabalho na família, como eles se definem e quando o trabalho produtivo e trabalho doméstico são considerados femininos. Se o trabalho da mulher serve ao capital, antes de qualquer coisa ele serve ao homem. (PENA, 1981).

Neste sentido salienta Pena:

O trabalho tanto quanto o corpo, constitui para a mulher a expressão de sua sexualidade subjugada. Na organização patriarcal, na qual o homem é dono da principal função simbólica, através da qual os sujeitos aprendem a se reconhecer, a mulher constrói sua identidade por uma ausência. Ele possui o falo, ele é um homem; eu não possuo um falo, eu não sou um homem, logo eu sou uma mulher. Porque o prazer e o desejo são organizados em torno do principal significante, a mulher se representa como um sujeito no mundo através dos seus órgãos genitais, em torno de seu útero. É pela reprodução que ela contribui para a história. (PENA, 1981, p.217-8).

Para melhor fundamentar o que foi dito a autora acrescenta que, no Brasil, quando se constituiu a sociedade urbano-industrial, a dinâmica do trabalho feminino esteve profundamente marcada pelo que se concebia sobre a natureza da mulher. Os laços que uniam uma mãe à sua criança foram incentivados por um sistema de valores (juridicamente imposto) que criava dependência e possessividade mútua entre ambas; por mais perversos que fossem esses laços (e permanecem sendo), a sociedade não interveio para destruí-los; ao contrário reforçou-os.

Na sociedade moderna a reestruturação produtiva torna-se fator importante que atinge as relações de homens e mulheres. A forma de desenvolvimento capitalista produziu historicamente uma vida cotidiana onde o tempo é que tem valor, ou seja, o tempo empregado na produção é o que gera mais valia¹⁶. O tempo de cuidado com os filhos, com a reprodução da vida, não é levado em conta nesta distribuição do tempo. (ÁVILA, 2007).

Mas onde está o tempo necessário para manter os cuidados da coletividade humana e desenvolver tarefas que garantam educação, alimentação, a saúde, entre outros? Esse tempo, que não é percebido como parte da organização social do tempo é retirado da vida das mulheres como parte das atribuições femininas e são determinadas pelas relações de poder de gênero. (ÁVILA, 2007).

As mulheres, que estão desenvolvendo uma atividade profissional no Brasil e em outros países, produzem por sua conta um tempo para os cuidados

¹⁶ Para aprofundamento sobre este conceito ver o capítulo "Mercadoria e Fetichismo" de: MARX, Karl. **O Capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, livro I, v.1, 1971.

dos filhos e para as atribuições domésticas. É aí que se configura a dupla jornada de trabalho, sendo que as tarefas da reprodução são entendidas como não portadoras de valor social.

No contexto da reestruturação produtiva, sabe-se que os trabalhadores perderam muito, pois há uma flexibilização nas relações de trabalho, que na verdade se traduz por uma precarização nas formas de contrato e das condições de trabalho. São as mulheres o alvo preferencial dos empregadores nos contratos de trabalho parcial, pela sua inserção mais fragilizada do que o homem no mercado de trabalho. Esta forma de trabalho parcial vem com a agregação de uma justificativa conservadora, isto é, que este tipo de contrato favorece as mulheres em função de suas obrigações reprodutoras¹⁷.

Existe uma tradição entre as mulheres, mesmo quando estão no exercício de sua profissão, em preocupar-se com a esfera doméstica. São as próprias mulheres que liberam os homens para que se dediquem exclusivamente à atividades externas e desenvolvem entre elas uma forma de solidariedade para liberarem umas as outras para poderem exercer atividades não domésticas.

Conforme Ávila (2007, p. 7):

São as mulheres que liberam o tempo de outras mulheres. As mulheres de classe média e alta estão apoiadas no trabalho de outras mulheres – que formam a categoria das empregadas domésticas – para se liberarem no seu cotidiano das tarefas domésticas. Quanto às mulheres pobres, estas não têm acesso à alta tecnologia disponível para uso doméstico nem contam com recursos para contratarem outras mulheres. O que se produz neste caso são redes de solidariedade comunitária ou familiar nas quais as mulheres trocam entre si o cuidado com as crianças e fazem as outras tarefas domésticas dentro da dupla jornada.

O cotidiano doméstico é o *lócus* em que se formou a identidade feminina. Quando a “dona desse espaço” precisa se ausentar para exercer uma profissão precisa ser substituída por outra mulher e esta trama, porém, não se desenrola sem conflitos. A relação social propicia um encontro entre mulheres, mas mulheres socialmente desiguais. (KOFES, 2001).

As representações sobre as interações no doméstico contêm uma estrutura e uma história. Desse modo, esta relação social tem dois pólos bem

¹⁷ Segundo Antunes, o capital tem sabido se apropriar intensificamente da polivalência e multiatividade do trabalho feminino, da experiência que as mulheres trabalhadoras trazem de suas atividades realizadas na esfera do trabalho reprodutivo, do trabalho doméstico. ANTUNES, R. **Os Sentidos do Trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2000.

definidos que são “patroas” e “empregadas domésticas”. O que se espera é que a patroa, a mulher, a dona de casa organize, dê ordens, supervisione e complemente o trabalho da empregada. Cabe a ela efetuar o pagamento e ter responsabilidade de procurar, contratar e manter o vínculo com outra mulher, a empregada. À empregada cabe realizar o trabalho para qual foi contratada, respeitar os termos da relação, adequar-se aos costumes da casa e da patroa, receber um salário e sustentar o vínculo com outra mulher.

Apesar do emprego doméstico não se constituir o tema central do presente trabalho é necessário ressaltar que a substituição da “dona-de-casa” pela “empregada doméstica” gera novas práticas e papéis.

Todos esses aspectos somados ao fato de que nos segmentos das camadas médias o modelo tradicional de casamento e família sofre, atualmente, a concorrência de relações com novos conteúdos institucionalizados sob novas formas, a mulher passa a vivenciar a contradição da coexistência de um “antigo” modelo de família com novos modelos de conjugalidade.

2.1 CONJUGALIDADES E ARRANJOS: ENTRE AS RUPTURAS E CONTINUIDADES NAS FAMÍLIAS DE CAMADAS MÉDIAS

O conceito tradicional de família não se enquadra nas novas representações presentes nas sociedades ocidentais. Pode-se dizer, então, que a família perdeu muitas de suas funções, no entanto, adquiriu outras¹⁸.

O século XIX aparece na produção acadêmica como uma “*década devoradora de padrões*”¹⁹, com o surgimento de novas formas de relações entre os sexos e o surgimento de modelos alternativos de relações entre homem e mulher que fomentaram a discussão da chamada “nova” família.

Neste contexto, a partir do século XIX, ainda com a permanência do modelo de família nuclear, surgem versões inéditas de conjugalidade, sendo as

¹⁸ ENGELS, Friedrich: **A Origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 1987. O autor faz um levantamento histórico da passagem da família primitiva à sua inserção no capitalismo.

- LÉVI-STRAUSS, Claude. A família. In: **O Homem, a cultura, a sociedade**. 1972. Para ele entende-se por família uma união mais ou menos duradoura, socialmente aprovada, entre um homem, uma mulher e seus filhos, fenômeno que estaria presente em todo e qualquer tipo de sociedade.

¹⁹ Está idéia foi primeiramente preconizada por: GOLDANI, Ana Maria. **Retratos de família em tempos de crise**. 1994.

camadas médias urbanas as que primeiro buscaram alternativas fora dos padrões institucionalizados. Apesar da predominância do modelo nuclear conjugal, aumentam as experiências de vínculos afetivo-sexuais variados e um grande contingente de mulheres que optam pela maternidade fora do casamento²⁰.

A coabitação sem vínculos legais ou união consensual como alternativa ao casamento se torna cada vez mais expressiva numericamente e aceita legal e socialmente. Porém, a duração destas uniões informais tende a ser cada vez menores. O tamanho das unidades domésticas tende a diminuir ainda mais, com o decréscimo do número de filhos. Crescem os recasamentos e a famílias recombinadas.

Não há mais um modelo Ocidental de famílias, mas vários²¹. Desse modo o divórcio, a união livre, as recomposições familiares abalam o que até pouco tempo se chamava de “modelo de família ocidental”.

Salienta Goldenberg (2007, p. 4):

Este modelo será ainda mais abalado com as novas técnicas de procriação. A doação de óvulos, a fecundação por inseminação artificial ou *in vitro*, a possibilidade de clonagem de seres humanos, levam a que se ponham em causa os princípios fundamentais sobre os quais se assenta o nosso sistema de parentesco: sexualidade e parentesco são dissociados, paternidades e maternidades são multiplicadas (genética e socialmente), o nascimento de um filho não provém necessariamente de um casal.

Com todas essas mudanças nas relações familiares e com a independência econômica das mulheres que exercem uma profissão, visivelmente as mesmas adquiriram consideravelmente mais poder e mais autonomia pessoal em relação às que não exercem uma profissão. Uma vez capazes de se sustentarem a contrapartida é a “liberdade”.

Na inexistência de novos modelos estáveis, o estabelecimento de padrões de divisão do trabalho na família fica na dependência do confronto interpessoal entre os cônjuges. A intensificação da vida erótica do casal, bem como a valorização e exigência simultânea de apoio emocional e prazer sexual recíprocos,

²⁰ CASTELLS, 2003. Assinala que há um crescimento do número de pessoas vivendo sós e um crescimento expressivo das famílias chefiadas por mulheres (em função de elevação das taxas de separações e divórcios; da expectativa de vida maior para as mulheres gerando mais viuvez feminina e da crescente proporção de mulheres solteiras com filhos, não apenas por abandono de seus parceiros mas, como opção feminina).

²¹ Quem preconizou esta idéia: SEGALÉN, Martine. **Sociologia da família**. Lisboa: Terramar, 1999.

a relação conjugal recebe uma sobrecarga de exigências²². Desse modo, fica difícil satisfazer todas as condições colocadas como necessárias à manutenção da parceria conjugal igualitária, sendo que a solução muitas vezes é encontrada no divórcio, que acarreta a fragmentação da família original e a constituição de outra, através de novo casamento. (GOLDENBERG, 2007).

Não apenas a família nuclear, mas a família baseada no domínio patriarcal está se tornando um modelo cada vez menos adotado²³. Não está emergindo nenhum tipo prevalecente de família, sendo a regra a diversidade e a criatividade. Assim, não existe uma crise de família, mas uma crise da família patriarcal. Desse modo, o que está em jogo não é o desaparecimento da família, mas a profunda diversificação e a mudança do seu sistema de poder. “Nos EUA 90% dos indivíduos casam-se ao longo de suas vidas. Quando se divorciam, 50% das mulheres e 75% dos homens tornam a se casar, em média dentro de três anos. Gays e lésbicas lutam pelo direito de casarem-se legalmente”. (GOLDENBERG, 2007, p.5).

A argumentação é que, na verdade, ocorrem a multiplicidade e a flexibilidade dos atuais arranjos conjugais, sendo que o que está mesmo em crise é o modelo de família e casamento nos moldes tradicionais. “A pluralidade de formas de casamentos e famílias existentes em nossa cultura, demonstra que homens e mulheres continuam querendo casar e constituir famílias, sem, no entanto, reproduzir o modelo tradicional de conjugalidade”. (GOLDENBERG, 2007, p.6).

Apesar desses novos arranjos, permanece o modelo de família nuclear, ainda baseada nos costumes patriarcalistas fortalecido pela socialização e pela ação da Igreja.

Na sociedade moderna, no lugar das antigas categorias utilizadas pelas feministas, como a luta por igualdade e reivindicação dos direitos da mulher, temos hoje novas idéias que expressam melhor o que ocorre no cotidiano de um casal, “como respeito às diferenças e ao espaço do outro, negociação diária, diálogo permanente, troca, crescimento mútuo”. (GOLDENBERG, 2007, p.15).

²² DURHAM, Eunice. **Família e reprodução humana**. 1983. Acredita que a impossibilidade de satisfazer todas as condições colocadas como necessárias à manutenção da parceria conjugal igualitária encontra solução na crescente aceitação social do divórcio, que acarreta a fragmentação da família original e a constituição de outra, através de novo casamento.

²³ CASTELLS (2003) aponta que nos estados Unidos, por exemplo, na década de 1990, apenas um quarto dos lares se enquadrava no modelo de casal legítimo com filhos. O resultado deste quadro de diversificação dos relacionamentos afetivo-sexuais é que um número cada vez maior de crianças está sendo criada em tipos de famílias marginais e até mesmo inconcebíveis.

Ademais, hoje muito mais do que modelos sociais a serem reproduzidos, homens e mulheres têm que “inventar” suas formas de parceria. Muitas vezes trocam-se a segurança e a estabilidade das relações antigas pela “batalha” permanente. Hoje, mais do que nunca, homens e mulheres são quase iguais. (GOLDENBERG, 2007).

Pode-se afirmar, portanto, que a mulher obteve ganhos significativos com todo o processo de reestruturação da sociedade. Ao compartilhar hoje com o homem o espaço público pode também negociar na esfera doméstica, embora esse espaço continue incontestemente feminino.

2.2 O LUGAR DA MULHER: O PROCESSO DE (RE) SIGNIFICAÇÃO DOS ARRANJOS DOMÉSTICOS (ENTRECruzANDO “TRADICIONAL” E “MODERNO”)

Após duas ou três décadas quais valores mudaram e quais permaneceram? Estamos em um período de transição onde o “novo” e o “velho” entrecruzam-se. A pesquisa de Biasoli-Alves (2000) indica que em todo esse período, que se poderia classificar como de transição, há um “pano de fundo” através do qual a mulher continua sendo avaliada, ainda que o quadro já se desenhe nos anos de 1930, 1940 e 1950 e mostre a mesma já vivenciando uma abertura maior para a escolarização.

Apesar das mudanças do período, as expectativas maiores são em relação à vida escolar e profissional dos filhos homens. As meninas muitas vezes são retiradas da escola para “ajudar” na casa. Também pode ocorrer a interrupção dos estudos para se preparar para o casamento, que pode ocorrer antes dos 18 anos, desde que o noivo tenha condições financeiras favoráveis para prover uma família.

Também ainda continua a existir mulheres que priorizam a vida doméstica, mesmo tendo conseguido obter um diploma (universitário) e um emprego, deixando tudo de lado quando casam ou chegam os filhos, o que evidencia o papel principal do homem dentro da família, que por construção social seria “o provedor” de todas as necessidades materiais.

Esse quadro suscita algumas perguntas. Por exemplo por que a mulher conquista, nesta época, o direito a escolarização? De onde partiu a

mudança? Teria por acaso, “acontecido, em diferentes lugares, uma luta aberta, em que meninas e moças pegaram bandeiras e foram para a praça clamar por liberdade, autonomia e possibilidades de profissionalização? Ou seriam outros fatores associados, ou, talvez, quem sabe, uma mescla de tudo isso?”. (BIASOLI-ALVES, 2000, p.236).

Salienta a autora que a análise de alguns aspectos da sociedade, que aceleradamente se torna urbana e com muitas mudanças, leva a identificar como subjacentes às alterações nos papéis e nas atividades femininas certos fatores que não estavam diretamente sob seu domínio. A realidade mostra a estrutura da economia anterior desfazendo-se e, aos poucos, sendo substituída por outra, que passa a exigir mais habilidades da mulher.

Neste novo contexto histórico, ela precisa ser capaz também de aprender a gerir salários (fazer contas), cuidar na escola das crianças, sendo fundamental que domine a leitura e a escrita. Competências estas que assegurem a educação dos filhos e a própria vida doméstica. Essas alterações também marcam a emergência de conflitos entre gerações e críticas de mães para com suas filhas, avós para com as netas e vice-versa. (BIASOLI-ALVES, 2000).

Desse modo, abrem-se novas possibilidades de mudanças, mas, ao mesmo tempo, há limites quanto ao que seria excesso e ao que seria visto como inversão de papéis. Salienta Biasoli-Alves que,

Com relação a este aspecto, é importante enfatizar que a família e a Igreja ainda estão falando uma linguagem muito próxima, e pretendem continuar dizendo o que é certo e o que é errado, o que se pode considerar como um bom comportamento e o que é inaceitável para “uma moça de família. (BIASOLI-ALVES, 2000, p.237).

Contudo, percebe-se uma diminuição na rigidez das normas, um começo de encantamento com a competência, o trabalho e a independência da filha, resguardado o valor atribuído ao casamento com um “bom partido”²⁴, ou seja, obediência a padrões de moralidade estabelecidos e mantidos através das gerações.

Da escolarização à profissionalização há um caminho longo, no entanto inevitável. As pressões econômicas que a modernidade trouxe, a herança de antigos valores que não mais se sustentaram e a “crise de 1929” constituíram

²⁴Para Biasoli-Alves (2000), nas décadas de 1930, 1940 e 1950 o “bom partido”, significava o homem ter condições favoráveis para casar.

fatores importantes na alteração da perspectiva de trabalho da mulher, em período mais recente. A família que, no meio urbano, torna-se cada vez mais atingida às pressões do mundo ao seu redor, sofre mudanças acentuadas na sua estrutura e no seu cotidiano, colaborando para que outras mudanças advindas de suas novas necessidades aconteçam no âmbito social.

A maior escolarização e profissionalização da mulher acarretaram o alargamento das suas relações sociais e, como consequência, a intensificação de críticas e questionamentos em relação ao seu processo de escolarização, à submissão, aos limites estreitos impostos ao seu desenvolvimento dentro de grupos sociais e as possibilidades de escolha profissional.

Todos esses aspectos aparecem em discussões, quer de grupos feministas quer de outros que enfatizam o excesso de trabalho que recai sobre a mulher que, agora, exerce atividade profissional, mas ainda é a responsável pelo “bom andamento” da casa, dos filhos e do bem estar do marido. “É como se um caldeirão estivesse no fogo, pronto para entrar em ebulição a qualquer momento”. (BIASOLI-ALVES, 2000, p.237).

De acordo com Biasoli-Alves (2000, p. 237):

Assim com as transformações ocorridas os valores tradicionais como ‘respeito’, ‘obediência’, ‘submissão’, ‘delicadeza’, ‘capacidade de doação’ entre outros, que eram considerados atributos da ‘boa moça’, foram ‘deixados para trás’, o que significa ‘deixar de estar na linha de frente’ da educação da menina/moça, permanecendo de forma ‘encoberta’, enquanto a mulher conquista o direito à educação e exercer atividade profissional²⁵.

²⁵ BIASOLI-ALVES (2000, p.237), “Dados de uma pesquisa de Biasoli-Alves (1995) mostram, de modo inequívoco, que os meninos na década de 1980, ainda estavam muito mais sujeitos a serem fisicamente punidos, diferentemente do que acontecia com as meninas, que eram mantidas próximas de suas mães e submetidas a um controle emocional, o que pode ser constatado através das seguintes falas: ... que coisa mais feia! (Mulher de 43 anos), ... o que eu fiz, meu Deus, para merecer... (Mulher, 48 anos); ... a gente te dá tudo o que você pede e ainda assim nada está bom... (Mulher de 50 anos)”.

“Por outro lado, as mães relataram que perdem a paciência, gritam e, se a criança não obedece, elas fazem algum tipo de ameaça. Os dados evidenciam que elas, hoje, mostram-se mais irritadas e apressadas e querem que o filho cumpra com seus compromissos, sem trazer muitas dificuldades para um cotidiano já conturbado. Também, não se pode negar que, de meados da década de 1970 em diante, está-se frente ao fenômeno da grande incerteza e insegurança dos pais quanto a melhor maneira de educar os filhos. Não se trata agora da preocupação de que eles sejam ‘bem educados’, ‘respeitadores dos mais velhos’ para que a família receba elogios; a preocupação gira em torno do ‘vir a ser’, do futuro e das consequências negativas de certas práticas de cuidado e educação”.

Pode-se afirmar que houve alterações significativas e o questionamento de muitos valores sociais, fazendo com que alguns velhos costumes fossem negados enquanto que outros assumissem maior relevância.

Se nos anos de 1930 a mulher não podia sair à rua e fazer compras, a não ser que estivesse acompanhada por uma pessoa mais velha ou pelo marido, atualmente adquiriu o direito de ir e vir. Com o “trabalho fora” de casa liberta-se do espaço doméstico e se profissionaliza, alcançando postos elevados e importantes em muitas sociedades. No “casamento”, a “escolha é livre”, não são mais os pais que decidem com quem a “moça” vai se casar. Elas escolhem, hoje, com quem conviver, talvez para o resto de seus dias, mas muito provavelmente não para sempre.

Entretanto, se, por um lado, há alterações, por outro, há aspectos em que não se percebe tão claramente que a direção seguida, hoje, seja oposta a de décadas atrás. Um exemplo típico diz respeito ao papel da mulher dentro do ambiente familiar. Na verdade, observa-se que mudam algumas palavras: - casa ao invés de lar, mulher ao invés de esposa, o que parece indicar quer a rejeição das amarras, quer a luta, agora sim, muito mais direcionada, da mulher para se posicionar frente ao mundo masculino-feminino. (BIASOLI-ALVES, 2000, p.238).

Nessas rupturas com o passado, contudo, ao fazer face a um processo consolidado ao longo de muitas décadas, “[...] sobrou para mulher, ainda, o ‘sentimento de culpa’ que aparece a cada vez que ‘a criança fica doente...’, ‘os pais precisam de seus cuidados...’, ‘o casamento vai mal...’”. (BIASOLI-ALVES, 2000, p.238).

Enquanto ser social, o homem faz parte de uma espécie que evoluiu, seus filhos são socializados a partir de padrões, valores e normas do grupo social em que estão inseridos²⁶. Portanto, os valores significativos de um grupo começam a ser assimilados quando ainda a criança nem aprendeu a falar direito, estabelecendo que ela seja socializada para se tornar um adulto dentro daquela cultura.

É justamente esse processo que faz com que antigos e novos valores coexistam. Esses se acham entranhados na cultura e sua assimilação é lenta, constante e profunda. Desse modo, uma transformação total leva muito tempo para se efetivar. Para que isto ocorra,

²⁶ Em Velho (2004) salienta-se que a construção da identidade do ser humano se dá no contexto social, através de um processo de olhar para o outro e estabelecer comparações, formando uma subjetividade que contém e contempla a forma como se é visto.

[...] as gerações precisariam não manter contato umas com as outras; e, numa sociedade que envelhece também rapidamente, estão convivendo, na mesma família, os bisavós, os avós, os filhos e os netos, negando, assim, a descontinuidade do processo de transmissão de padrões, valores e normas. (BIASOLI-ALVES, 2000, p.239).

Fica óbvio, portanto, que não aconteceram somente rupturas. Há muitas continuidades a serem consideradas. Os valores que os mais velhos cultivaram e buscaram imprimir aos seus filhos e netos ainda estão presentes, hoje, mesmo que sob outras roupagens. Tais continuidades ocorrem, mesmo que se tenha observado que a imagem da mulher enquanto “ser frágil e necessitado de proteção”, “emotiva”, “atuando na intimidade” e “cuidando de sua prole”, ganhe outros contornos que fazem dela um ser em construção, na busca de seu desenvolvimento e realização de suas potencialidades.

A permanência da identidade feminina baseada nos papéis de esposa, mãe e dona-de-casa, em contraponto com sua atividade profissional, tornou-se um dos paradoxos a serem problematizados nas análises sociológicas da atualidade, tendo em vista que o exercício de duplo encargo pela mulher tornou-se um dos principais impasses para o seu desenvolvimento. Essas discussões permitem supor que a permanência da identidade feminina calcada nos moldes patriarcais levou a mulher a arcar com o ônus da dupla jornada de trabalho na atual sociedade brasileira, especialmente a mulher de classe média. É o que se pretende demonstrar através das análises a seguir.

CAPÍTULO III

A CIDADE DE LONDRINA E AS MULHERES DE CLASSE MÉDIA (UM RECORTE EMPÍRICO): O CENÁRIO E AS ENTREVISTAS

Surgida em 1929, ao longo da década de 1930 a cidade de Londrina estava ainda em construção. A mesma fazia parte integrante do empreendimento CTNP – Companhia de Terras Norte do Paraná – um loteamento que objetivava o sucesso de um núcleo urbano que garantisse condições para a sobrevivência de pequenos proprietários rurais em termos de coleta, beneficiamento e transporte de produção, oferta de bens e serviços e atendimento às demandas básicas da população rural. Como forma de garantir tais condições foi criado um desenho da cidade, denominada “planta” a qual seguia o padrão de um tabuleiro de xadrez. A cidade foi constituída por cerca de 250 quadras de aproximadamente 10.000 m², esperando contar com até 30 mil habitantes. (FRESCA, 2002). Rapidamente atraídos pelas propagandas foram chegando migrantes de origem nacional – mineiros e paulistas do interior – e estrangeiros provenientes de várias localidades dando início a um vigoroso movimento migratório. (TANAKA, 2007; RIBEIRO, 2003).

A cidade de Londrina foi fundada em 21/08/1929, levada à condição de município em 10/12/1934. Mesmo sendo relativamente jovem a cidade teve um crescimento populacional rápido, atingindo atualmente cerca de 446.849 mil habitantes, sendo considerado o terceiro município do sul do Brasil em importância econômica e em população. (FRESCA, 2002).

A primeira rua aberta foi a Rua Heimtal, atual Duque de Caxias. Para Ludovico Surjus, em 1935 o centro de Londrina era basicamente o trecho da Rua Heimtal entre a rua Santa Catarina e Rua Maranhão. As primeiras vendas de datas foram nos arredores da rua Heimtal. Desse modo, percebe-se que as primeiras ocupações ocorreram na área onde era considerado o centro principal de Londrina, as quais atendiam as necessidades imediatas dos moradores, como vestuário e alimentação. Pelos ramos de atuação dos primeiros estabelecimentos comerciais, verifica-se a expressão de uma centralidade de caráter local, que atendia a população que se instalava em Londrina. (FRESCA, 2002).

O rápido desenvolvimento da cidade deve-se a vários aspectos como a forte produção agrícola decorrente, principalmente, da economia cafeeira que atraiu o investimento de capital para essa região até meados dos anos de 1970. Com o declínio da produção cafeeira em 1960, houve aumento de pastagens e introduziu-se novas culturas como soja e trigo e a diminuição da produção do arroz e feijão. Desse modo, introduziram-se novas formas de produção e comercialização através de cooperativas. Por algum tempo o setor primário continuou sendo a base econômica da cidade, mas foi substituído pelo fortalecimento do setor terciário. Tendo em vista que a população urbana em 1960 representava um pouco mais da metade da população rural, como consequência ocorre a expansão da periferia e a valorização da região central. (TANAKA, 2007).

A partir do ano de 1980 a cidade experimenta um vigoroso processo de verticalização com grande investimento nesta área.

A atuação dos promotores imobiliários criou bairros residenciais verticalizados para a classe alta nas proximidades da área central – no quadrilátero formado pela Avenida Higienópolis, Rua Goiás, Rua Paranaguá e Rua Belo Horizonte – onde, no final do período em tela e início dos anos 1990, encontrava-se o preço mais elevado por m². (FRESCA, 2002, p.249).

A construção do Shopping Center Catuaí e sua inauguração em 1990 tornaram-se um fator atrativo para a expansão urbana da área sudoeste da cidade. A área do entorno do Shopping foi incorporada à malha urbana e destinada a uma classe de alto poder aquisitivo, mediante a implantação de chácaras de lazer ou segunda residência e condomínios fechados. Mas este processo não foi imediato; passaram-se quase dez anos até que o entorno do Shopping começasse a ser efetivamente ocupado. (FRESCA, 2002). Pode-se afirmar que a classe alta que antes ocupava a região central da cidade, “centro velho”, passou a ocupar essa nova região atualmente em grande expansão pela exploração imobiliária.

Conforme dados do estudo de Tanaka (2007)²⁷, que trabalha com dados do censo demográfico do IBGE de 2000 e do site da Prefeitura Municipal de Londrina (Perfil de Londrina 2007), olhar Londrina sob uma perspectiva de gênero significa compreender como se encontra o masculino e feminino em nossa cidade, a real situação e as relações de homens e mulheres, os quais embora sejam

²⁷ Alguns dos dados utilizados neste tópico foram retirados do TCC: TANAKA, 2007.

diferentes biologicamente nas suas capacidades fisiológicas são potencialmente iguais em capacidades e ações.

Gênero pode ser entendido como “uma maneira de se referir à organização social da relação entre os sexos” (SCOTT, 1990, p.5). Por se tratar de uma construção social e cultural pode, portanto, variar de um lugar para outro e sofrer transformações no decorrer do tempo. Dessa forma, falar das questões de gênero é falar das “diferenças e desigualdades entre homens e mulheres por razões sociais e culturais”. (LONDRINA..., 2008, p.1)

Segundo essas fontes que norteiam o olhar sobre a mulher em Londrina, acentuam-se os aspectos sobre: educação, trabalho, renda, participação política e saúde.

Em 2000 a população total de Londrina era de 447.065. Sendo que deste total 231.249 do sexo feminino (51,73%) e 215.816 do masculino (48,27%). A população da cidade de Londrina concentra-se na zona urbana, 96%. Na zona rural a população masculina é maior, 52.685, para 47,32% de pessoas do sexo feminino, ou seja, no campo residem 734 homens a mais do que mulheres. (TANAKA, 2007).

Na educação os dados encontrados afirmam que o número de mulheres que se matriculam e concluem os estudos em Londrina é maior em todos os níveis escolares. No ensino fundamental matricularam-se mais meninos. No ensino médio as meninas são maioria. Na evolução geral das matrículas da universidade Estadual de Londrina, no recorte temporal entre 1993 a 2003, confirma-se a preponderância do sexo feminino.

Do ensino fundamental ao superior são as mulheres a maioria dos concluintes. Apesar do crescimento do número de mulheres com formação universitária elas ainda se direcionam em carreiras socialmente caracterizadas como femininas e freqüentam cursos considerados como “mais fáceis”, como os da área de ciências humanas.

No entanto, mesmo formando o contingente maior de profissionais dessa área, elas ainda encontram obstáculos para a ascensão na carreira e são minoria no sistema universitário público. Elas representavam em 2003 43% da totalidade dos docentes na Universidade Estadual de Londrina. (TANAKA, 2007).

Muitas foram as transformações que ocorreram na sociedade que podem ser apontadas como fatores indicadores da maior inserção das mulheres no mercado de trabalho, o aumento de famílias chefiadas por mulheres, a pílula

contraceptiva que a partir de 1960 contribuiu para que as mulheres tivessem poder de escolha entre ter ou não ter filhos e a maior inserção das mulheres na educação. Embora as mulheres sejam maioria entre a população em idade ativa, 52% contra 47% de homens, estes últimos formam o maior contingente da população ativa: 131.538 homens (56,91%) para 99.606 mulheres 43%.

Ainda que o acesso das mulheres no mercado de trabalho venha aumentando, o desemprego ainda é maior neste grupo. No ano 2000 em Londrina, a taxa de ocupação mais elevada fica entre as mulheres que compõem a faixa etária de 30 a 39 anos (62, 73%), em segundo lugar as mulheres na faixa etária de 40 a 49 anos com a taxa de ocupação de 59,16%²⁸.

Em Londrina, desde a instalação da câmara municipal em Fevereiro de 1936 até 2006, ou seja, nos últimos 70 anos, foram eleitas apenas 8 mulheres para o Legislativo em Londrina – a primeira foi a Prof^a. Amanda Sabino Lopes em 1958. A segunda foi a Prof^a. Vera Esperança Manella Cordeiro, eleita em 1978. Atualmente temos 2 vereadoras: Maria Angela Santini (PT) e Sandra Graça (PP). Portanto, apesar das mulheres de Londrina formar 52% do eleitorado, sua participação na disputa eleitoral ainda é pequena. Dados da justiça eleitoral mostram que nas eleições de 2004 o total de candidaturas para o legislativo foi de 331, sendo 251 homens e 80 mulheres (24%). Na disputa do executivo houve apenas uma candidatura feminina.

No ano de 1986 foi implantada em Londrina a Delegacia da Mulher, uma das primeiras do país. Em 1993, com a implantação da Coordenadoria Especial da Mulher, foi criado o Centro de Atendimento à Mulher (CAM), serviço que oferece atendimento social, jurídico e psicológico à mulheres que sofrem violência.

Os dados dos casos atendidos no Centro de Atendimento à Mulher do município de Londrina referente ao ano de 2006²⁹ chamam a atenção, tendo em vista dados como tipo de violência, o ambiente em que ela ocorreu e a queixa principal. No dado tipo de violência o número maior encontrado foi o “emocional”; 193 casos, ou seja, 58% por cento dos casos de violência. A queixa principal é a “tortura psicológica”, 113 casos ou 34,24% e o ambiente onde ocorreu a violência é doméstico, 317 ou 96,06% contra 12 casos no ambiente público ou 3,64%. Acha-se relevante indicar estes dados, tendo em vista a permanência de relações tradicionais

²⁸ Estes dados foram encontrados no censo demográfico de 2000.

²⁹ Estes dados encontram-se no site: www.londrina.pr.gov.br/planejamento/perfil/perfil-2005-2006

e violentas que balizam os comportamentos e as relações de homens e mulheres em nossa sociedade.

A seguir, através de um recorte empírico de um grupo de mulheres da classe média urbana da cidade de Londrina, tenta-se pensar como essas mulheres vivenciam as mudanças e permanências de valores no seu cotidiano, especialmente em relação às experiências com o exercício de suas profissões e os afazeres domésticos.

3.1 RECORTE DO OBJETO DE ESTUDO E METODOLOGIA DE TRABALHO

O que determina a escolha de uma metodologia de pesquisa são os pressupostos que a sustentam aliados à especificidade do problema a ser investigado. Entretanto, uma vez definida a problemática, ao aproximá-la dos primeiros dados surge continuamente à necessidade de reconstruir os princípios teóricos previamente selecionados. Diante da pesquisa que se propõe – investigar a internalização dos valores patriarcais de um grupo de mulheres de classe média que justifica a incorporação da dupla jornada de trabalho - escolheu-se a linha metodológica centrada na fala gravada através de roteiro como alternativa adequada e operacional.

Nesta pesquisa busca-se interpretar as concepções de um grupo de mulheres de classe média em Londrina sobre o que é “ser mulher” hoje e que exerce a dupla jornada de trabalho.

Desse modo, uma vida é inseparavelmente o conjunto dos acontecimentos de uma existência individual concebida como história e o relato dessa história. É exatamente o que diz o senso comum, isto é, a linguagem simples, que descreve a vida como um caminho, uma estrada, uma carreira e suas encruzilhadas. (BOURDIEU, 1972).

Assim, podemos encontrar no *‘habitus’*³⁰ o princípio ativo, irreduzível às percepções passivas, da unificação das práticas e das representações (isto é, ao equivalente, historicamente constituído e, portanto historicamente situado) desse eu,

³⁰ O conceito está definido no capítulo I.

cuja existência devemos postular para justificar a síntese do universo sensível operada na intuição e a ligação das representações numa consciência. Mas essa identidade prática somente se entrega à intuição, na inesgotável série de suas manifestações sucessivas, de modo que a única maneira de apreendê-la como tal consiste talvez em recuperá-la na unidade de um relato totalizante. (BOURDIEU, 1972).

Orientando-se por essa perspectiva, é intuito desta pesquisa analisar-se a internalização dos valores patriarcais de um grupo de mulheres de classe média da cidade de Londrina: professoras, médicas, advogadas, dentistas, jornalistas trabalhadoras de setores públicos e privados, que tenham nível superior, faixa etária entre 35 a 50 anos, que percebem de 6 a 15 salários mínimos por mês e que tenham filhos do sexo masculino e feminino ainda em idade escolar.

A intenção em buscar compreender as relações entre a dupla jornada de trabalho e valores patriarcais foi um grande desafio. Inicialmente, como num labirinto da solidão, surgiram dúvidas sobre qual o melhor caminho para atingir a porta de saída, qual a melhor metodologia para o entendimento da realização da dupla jornada de trabalho por um grupo de mulheres das camadas médias urbanas, através das percepções das mesmas.

Em primeiro lugar, era preciso identificar e depois analisar os elementos que estruturam a aceitação dessa subordinação à dupla jornada de trabalho por essas mulheres que, na contemporaneidade, percebem trabalhar “fora” como formação de sua identidade social. Outros caminhos poderiam ser selecionados para a obtenção dos dados que se desejava. No entanto, escolheu-se a pesquisa qualitativa, com roteiro pré-determinado, pois se apresentava como a modalidade melhor para entender as trajetórias de vida do grupo de mulheres das camadas médias urbanas dentro do contexto familiar e do exercício de uma profissão.

A experiência adquirida anteriormente na pesquisa: “A cultura da obrigação: a mulher e a dupla jornada de trabalho”, com um grupo de mulheres de baixa renda (costureiras de uma fábrica de confecções em Londrina, 1997), exigiu da pesquisadora um cuidado maior em não se repetir. O contato anterior com o tema poderia levar ao equívoco de transformar essa dissertação em “lugar comum”. Ademais, experiência anterior não implica em conhecimento. A desconfiança neste conhecimento prévio alimentou e melhorou a autocrítica. Entende-se que as melhores perguntas são aquelas que se repetem. Portanto, a compreensão da dupla

jornada do grupo de mulheres em estudo seguirá as seguintes questões: O que as mulheres deste grupo pensam? Como se comportam? O que dizem? É importante, porém, distinguir entre o que o objeto diz sobre o que faz, o que realmente faz e o que pensa sobre o que faz. (GOLDENBERG, 2007).

Para Minayo e Sanches (1983), o debate quantitativo – qualitativo nas ciências sociais é ainda um debate aberto. A investigação quantitativa atua em níveis de realidade na qual os dados se apresentam aos sentidos e tem como campo de práticas e objetivos trazer à luz fenômenos, indicadores e tendências observáveis. A investigação qualitativa trabalha com valores, crenças, hábitos, atitudes, representações, opiniões e aprofunda a complexidade de fatos e processos particulares e específicos a indivíduos e grupos. A abordagem qualitativa é empregada, portanto, para a compreensão de fenômenos caracterizados por um alto grau de complexidade interna.

Os autores citados consideram que, do ponto de vista metodológico, não há contradição tampouco não há continuidade entre investigação quantitativa e qualitativa. Ambas são de natureza diferente. Dessa forma, do ponto de vista epistemológico, nenhuma das abordagens é mais científica do que a outra. Ou seja, uma pesquisa, por ser quantitativa não se torna “objetiva” e, portanto, “melhor”. Da mesma forma, uma abordagem qualitativa em si não garante a compreensão em profundidade de um determinado fenômeno. (PAULILO, 2008). Desse modo, segue as características particulares da investigação qualitativa.

O universo não passível de ser captado por hipóteses perceptíveis e de difícil quantificação é o campo, por excelência, das pesquisas qualitativas. A imersão na esfera da subjetividade e do simbolismo enraizados no contexto social do qual pertencem, é a condição para o seu desenvolvimento. Sua utilização é indispensável em temas que demandam estudo interpretativo. (PAULILO, 2008).

A identificação com os métodos qualitativos de pesquisa, reforça que o envolvimento inevitável com o objeto de estudo não constitui defeitos ou imperfeições dos métodos utilizados. Sendo o pesquisador membro da sociedade, cabe-lhe o cuidado e a capacidade de relativizar o seu próprio lugar ou de transcendê-lo de forma a poder colocar-se no lugar do outro. (VELHO, 1978 apud PAULILO, 2008).

Uma crítica constante à abordagem qualitativa é aquela que diz respeito ao rigor do método utilizado, da questão da cientificidade e da suposta

fragilidade da pesquisa qualitativa nesta esfera. Embora se aceite que a produção intelectual é sempre um ponto de vista a respeito do objeto, é preciso que haja critérios de cientificidade internos e externos para que o trabalho seja considerado científico.

De acordo com Demo (1986), os critérios internos seriam a coerência, a consistência, originalidade e a objetivação. A coerência significa a argumentação lógica, premissas iniciais, construção do discurso e conclusões combinadas entre si. A consistência é a capacidade de resistir a argumentações contrárias; refere-se à qualidade de argumentos do discurso. A originalidade diz respeito a uma produção inovadora, que permite avançar no conhecimento. E objetivação é uma palavra substituta ao conceito de objetividade que o autor acima citado utiliza por não aceitar a possibilidade de um conhecimento objetivo. E tem por significado a tentativa de reproduzir a realidade o mais próximo possível do que é.

O mesmo autor aponta como critério externo de cientificidade, a “intersubjetividade, significando a ingerência da opinião dominante dos cientistas de determinada época e lugar de demarcação científica”. (DEMO, 1986, p.17). Isto, em outras palavras, seria o alerta do autor sobre a necessidade de visualizar a ciência como produto social, histórico e em processo de formação. Acrescenta ainda que, todo debate aberto de demarcação científica trará mais problemas que soluções uma vez que a ciência dá soluções apenas à medida que levanta novos problemas.

São muitos os métodos e as técnicas de coleta de dados em uma abordagem qualitativa, elegeram-se, dessa forma, os relatos e as trajetórias de vida, através de roteiro pré-determinado, como propiciadoras de uma mediação adequada com a contemporaneidade. Cada etapa da pesquisa é uma experiência a ser elaborada para que, quem nela estiver empenhado, venha participar de uma reflexão teórica sobre a formação e os processos por meio dos quais essa pesquisa se faz conhecida.

A experiência de campo não acontece sem dificuldades. Esta investigação irá possibilitar sentido à vida humana? De que forma? Essas e outras indagações acompanham o pesquisador e, na caminhada, proporciona o enfrentamento de desafios; às vezes, pelo desejo de viver de forma mais útil na sociedade e, às vezes, por nos sentirmos (re) significados na experiência pessoal.

Assim, com a investigação “As Mulheres de Classe Média de Londrina/Pr. e a Dupla Jornada de Trabalho - Mudanças e Permanências” busca-se

através do encontro pessoal e social suscitar o questionamento constante: por que as mulheres de classe média inseridas no mercado de trabalho realizam a dupla jornada de trabalho? Por que a preocupação com a identidade dessas mulheres?

A obtenção de dados iniciou-se no 2º semestre de 2006. Uma vez que a pesquisa propõe-se a trabalhar com um grupo de mulheres profissionais de classe média, o critério adotado foi que exercessem uma atividade profissional concomitante com as atividades domésticas, que fossem casadas e com filhos meninos e meninas.

Realizaram-se três entrevistas que estão dentro desses critérios e as outras três serviram para efeito de comparação, pois uma delas não possui filhos, outra possui apenas 1 filho e a última 2 filhas gêmeas. Três entrevistas ocorreram em local de trabalho, pois para que ocorresse em outro local, seria necessário maior disponibilidade de tempo das entrevistadas, o que geralmente não existe. Três entrevistas foram realizadas na própria residência. A primeira entrevista aconteceu no apartamento da entrevistada, sendo interrompida pelo filho que havia chegado da escola (menino de 10 anos) e pelo telefone. A segunda não houve interrupções e o relato foi bem tranquilo. A terceira foi feita na residência da entrevistada, foram 4 interrupções (o filho de 22 anos que pediu sua atenção 2 vezes, a cunhada que chegou, o telefone que tocou). A quarta entrevista foi no local de trabalho, num sábado de manhã dia que a entrevistada não trabalha, não houve interrupções. A quinta também foi feita no local de trabalho, em um lugar reservado sem interrupções. A sexta entrevista ocorreu na residência, foi tranquilo, sem interrupções. Acredita-se, porém, que estas situações não interferiram nos resultados operados.

À medida que as entrevistas iam acontecendo foram sendo transcritas, o que propiciou uma maior aproximação dos sujeitos e aprofundamento no objeto de pesquisa.

É importante salientar que a pesquisadora no momento da coleta de dados sentiu dificuldade em manter-se calada no decorrer do procedimento. Quando a entrevistada com o olhar pedia sua opinião a mesma acabou cedendo ao pedido, na verdade foi impelida a interagir com as mulheres. Cabe destacar que as entrevistadas sentiram-se tão tranquilas, durante o relato, que não perceberam o quanto falaram, fato notado pela pesquisadora, no momento das transcrições. Ressalta-se, também, a difícil atitude de ouvinte do pesquisador. Embora a entrevista seja um momento de escuta, sem ser passiva, destaca-se que esta é a

parte mais complicada do processo. Todavia, ressaltamos ser extremamente difícil ouvir relatos tão verdadeiros e, ao mesmo tempo, conter a ansiedade, tendo em vista pontos de identificação entre pesquisador e pesquisado.

Admite-se que não foi uma tarefa das mais fáceis. É difícil calar. Quando precisamos apenas ouvir, sem fazer comentários, observamos o quanto falamos. É a voz do sujeito que queremos (e precisamos) ouvir! São as histórias delas que vamos relatar, não a nossa. Nossas impressões aparecerão sim no momento da análise. Na ocasião das entrevistas é a voz da entrevistada que precisa ser ouvida. De certa maneira, a entrevista aberta com roteiro mostrou-nos as vicissitudes do pesquisador em campo e a complexidade da relação entre o pesquisador e os pesquisados.

Ressalta-se a importância do “atar” e o “desatar de nós” que vêm nos instigando, pois são constituidores de possíveis respostas ou novas buscas. Nesta investigação entre muitas coisas aprendidas, destaca-se uma, aquela que mostrou claramente que cada um de nós traz dentro de si uma história fascinante.

3.2 CARACTERIZANDO O CENÁRIO: O PERFIL DAS ENTREVISTADAS (UM GRUPO DE 6 MULHERES DE CAMADA MÉDIA URBANA)

Procura-se por meio dos relatos de vida das mulheres apreender o seu cotidiano, ou a opinião que têm sobre determinado aspecto de sua vida. É através da análise das práticas diárias dos indivíduos que se pode chegar a uma compreensão da dinâmica da personalidade de uma pessoa, ou das características e atitudes de um grupo social.

Para obtenção dos relatos, a pesquisadora aproximou-se do grupo de mulheres explicitando os objetivos do estudo e convidando-as a participar dele. Com as mulheres que se interessaram foram realizadas as entrevistas, utilizando o recurso de gravação, mediante prévio acordo com as entrevistadas, visando garantir a fidedignidade daquilo que foi dito, bem como o anonimato.

Assim, procurou-se ouvir os relatos do grupo de mulheres, evitando interferir nas suas falas, a não ser para esclarecer algum detalhe ou estimular o seu dizer. Na teoria tudo pode parecer muito simples, todavia, na prática, nem sempre o é.

A imagem da mulher dona-de-casa, que vive só para a família e os filhos, está cada vez mais rara. Já faz algum tempo que os doces e crochês deram lugar a “mulher multitarefa”, que acumula funções.

A partir de 1960 é possível perceber uma mudança do papel da mulher na sociedade. Houve um aumento na participação da mesma no mercado de trabalho resultante do crescimento do aumento do setor de serviços, seguido por períodos recessivos que diminuíram o poder de compra e exigiram a participação da mulher na vida familiar.

A obrigação de uma dupla jornada, associada à evolução de métodos contraceptivos, contribuiu para que as mulheres passassem a ter menos filhos. No entanto isso não diminui a função da mãe. Como já foi salientado em discussões anteriores a responsabilidade pelo cuidado com os filhos é o resultado de um processo datado historicamente. Essa mensagem foi reforçada no século XVIII com objetivo de manutenção da sociedade patriarcal. Com o tempo as mulheres tiveram que lutar para ter um espaço maior na sociedade, apesar de no presente ainda muitos dos valores patriarcais estarem presentes, conforme descrições a seguir das entrevistadas.

HELENA (DENTISTA)

A Dentista Helena, 48 anos, sabe bem como foi essa luta. Casou-se aos 30 anos, teve seu primeiro filho aos 32, mas nunca pensou em parar de trabalhar. Ela acha o trabalho doméstico cansativo e repetitivo, por isso não agüentaria ficar só em casa. Ela optou por ter uma faxineira 2 vezes por semana e dividir as tarefas com o marido e seus filhos. Ela tem uma filha de 16 anos e um filho de 14 anos e procura ensinar aos dois as tarefas domésticas. Mas embora haja divisão de tarefas em casa o ônus maior acaba ficando para ela, ir ao sacolão, supermercado e dar atenção aos filhos à noite.

Helena é uma mulher dinâmica e alegre, mas não deixa de conservar valores tradicionais que afirmam os papéis da mulher. A mesma, no dia-a-dia, vive uma dinâmica exaustiva, alternando-se entre o exercício de sua profissão, o cuidado com os filhos, bem como a organização e administração do lar. Ela exerce a

sua profissão há 20 anos e está estabilizada profissionalmente. Confessa que já enfrentou um ritmo frenético trabalhando até 08h00min da noite, mas conseguiu diminuir o ritmo devido aos apelos da filha que reclamou sua ausência. Analisa-se de forma diferente quando se compara à sua mãe que era “uma mulher corajosa e independente nos anos 1945”, que ao se formar professora de magistério foi morar sozinha em uma cidadezinha do interior onde conheceu seu pai e casaram-se.

Helena vem de uma família de classe média, seus pais tinham nível de escolaridade superior, os quais deram condições a ela e seus irmãos (possui uma irmã e um irmão) de estudarem e trabalharem. No entanto, em sua concepção ela acha que trabalhar só depois de estudar não é a melhor opção. Os pais de Helena, segundo seu relato, se respeitavam mutuamente e se ajudavam, valor que ela e seus irmãos procuram praticar em suas novas famílias. Afirma que gosta de estar casada, mas salienta que gosta do “casamento que têm” porque seu marido foi educado nos mesmos valores que ela, os pais dele também tinham os valores de seus pais. Por isso ela acredita que aprende-se naturalmente os papéis. Ela e o marido aprenderam vendo seus pais e acredita que seus filhos também estão aprendendo com ela e seu marido.

Helena tem um padrão médio de vida sua renda esta entre 6 a 8 salários mínimos e a de e seu marido 4 a 5 salários mínimos. Seu padrão de vida proporciona a ela e família a saírem para jantar nos finais de semana, ser sócia de clube na área central da cidade e os filhos estudarem em colégio particular. Ela diz que esperava mais da profissão e há muitas coisas materiais que gostaria e que não consegue ter, por exemplo, “viajar mais”. Ela vê em seu trabalho a possibilidade de afirmar sua identidade social, por isso apesar de achar e sentir a dupla jornada de trabalho pesada para a mulher, mesmo quando o homem divide “um pouco”, segundo seu relato, prefere ficar se equilibrando entre uma atividade e outra.

CAROLINA (FISCAL)

No tempo da mãe de Carolina, 47 anos e Auditora Estadual, ter uma família era prioridade, sua mãe era 100% do lar segundo sua definição. Sua mãe

casou-se antes dos 20 anos e teve 9 filhos, ela seguiu o padrão da mãe e casou-se aos 18 anos.

Carolina é uma mulher alegre, veste-se e porta-se de maneira “elegante”, porém discreta, fala em tom baixo e possui um vocabulário que poderia ser classificado como “sofisticado”. Seu perfil pode ser definido como conservador, ao passo que acredita que a mulher não deve se meter em brigas, mas sim ser dócil. Todo tempo da entrevista é possível verificar na sua fala a internalização do que é “ser mulher dócil”. Na sua concepção embora a maioria das mulheres do seu tempo precisem trabalhar para o provimento da família, devem manter atitudes tidas como próprias do sexo feminino como docilidade, candura, proteção e doação para os seus.

Carolina mora em um bairro de classe média alta na zona sul de Londrina, percebe 15 salários mínimos por mês. Seu marido também é Auditor Estadual com rendimento de 15 salários mínimos. Tem uma filha de 18 anos e um rapaz de 22 anos. O rendimento familiar está por volta de 30 salários mínimos, o que confere a ela e sua família de 2 a 3 viagens no ano, faculdades particulares para os dois filhos, um carro para cada membro da família e uma empregada doméstica fixa que ela denomina de “secretária”.

Carolina é de origem humilde, seus pais possuíam pouca instrução e eram da zona rural. Seu pai foi comerciante e pedreiro. Ela demonstra uma grande admiração pelo pai, pois fazia questão dos filhos estudarem e mesmo com dificuldades mantinha a filha mais velha no colégio Mãe de Deus (colégio particular de freiras em Londrina). Na sua concepção na sua família só não se formou quem não teve vontade suficiente, pois o pai queria ver todos formados. Dentre os 9 irmãos 4 são formados (2 homens e 2 mulheres).

Segundo relato, Carolina concebe seu marido como “machista” e sentiu muito a ausência dele na educação de seus filhos quando crianças. Ela, para evitar discussão, não pedia ajuda dele e se sobrecarregava, apenas eventualmente contava com sua ajuda. Afirma existir demarcação de espaço em sua casa, porque é um lar calcado em valores tradicionais, mas acredita que os casais mais modernos são mais companheiros, mais cúmplices. Acredita ser centralizadora e que acaba não dividindo as tarefas do lar com seu marido e filhos.

Quanto ao lazer, não faz muita coisa para si. No seu relato diz sofrer de um estresse muito grande, por isso tem a necessidade de dormir bastante.

Dorme, assiste novela de vez em quando e faz caminhada. Considera a dupla jornada rotina de sua vida. Achava que o trabalhar fora “de casa” iria mudar essa situação.

Carolina é uma mulher dinâmica no seu dia-a-dia, desde os 15 anos de idade trabalhou “fora”, porém dividiu-se entre trabalho profissional e trabalho doméstico, ou seja, sempre exerceu a dupla jornada de trabalho. Assim revela uma personalidade formada por traços conservadores e antigos costumes mesclados com traços e valores modernos. Por ser católica, acredita que a religião a acalma e é através do modelo de “Maria” que mostra o lado mais doce da mulher. Na sua concepção a mulher pode ser competente, ter seu espaço muito bem traçado, mas continuar com doçura, com seu papel de mãe, isso faz a diferença para o homem e para a mulher.

MARIA (PROFESSORA)

Observa-se que, na atualidade, nas famílias de classe média o número de filhos diminuíram, pois as mulheres querem dedicar-se aos estudos e a atividade profissional. Maria, 39 anos, foge deste padrão, casou-se aos 22 anos, tem 5 filhos, 4 meninos e uma menina. Diz saber não ser um número comum em nossa sociedade, mas se sente muito feliz, pois seu projeto era ter 5 filhos, ou seja, sonhava constituir uma família extensa.

Maria é professora há 20 anos de uma escola de inglês em Londrina. Trabalha apenas 9 horas semanais, percebe dois salários e meio por mês e adora o que faz. Na sua concepção, ser mãe é muito mais importante, mas não deixaria seu trabalho para ficar só em casa. Possui padrão de classe média alta. Seu marido percebe de 18 a 20 salários mínimos por mês. Isto proporciona manter os 5 filhos em colégio particular, morar em um condomínio de padrão alto na zona sul da cidade, possuir carro individual e ter 2 empregadas domésticas.

Maria é de origem humilde, seus pais possuem 1º grau incompleto. Sua mãe, ao contrário dela, sempre foi do lar, apesar de considerar o trabalho doméstico de 2º escalão. Porém, seu pai impedia sua mãe de trabalhar. Sua irmã,

ao contrário dela, não fez faculdade. Na concepção de Maria ela não estudou porque não quis, porque não gostava de estudar.

Maria é uma mulher que se veste de forma despojada e alegre, porém na sua fala aparece a incorporação de valores tradicionais da sociedade patriarcal, seja quando diz que sua irmã não estudou porque “não quis” e ou quando diz que “a mulher é o pilar da sociedade”. Todavia, é muito dinâmica ao falar, possui um vocabulário requintado e é sorridente. Ela adora seu trabalho e nunca vai dar aula sem levar algo novo para os alunos. Diz ter a opção de “não trabalhar fora”, mas nunca deixaria seu trabalho. Ela considera cuidar de filhos uma atividade doméstica da qual sente muito prazer.

Maria concebe-se uma “administradora do lar”. Não é uma patroa que deixa tudo por conta de empregada doméstica. Deixa-as à vontade, mas tem uma “tabela” de atividades que afirma fazerem em conjunto. Maria acredita que tem mulher que não sabe nem onde está sua “*tuperware*”, mas diz saber onde estão suas “panelas” e qual está faltando o cabo. Gostaria que suas “secretárias” tivessem mais iniciativa, pois se falta alguma coisa em casa gostaria que batessem e pedissem na porta da vizinha, no entanto, percebe que é “centralizadora” e acaba gerando insegurança nas mesmas.

Maria aprendeu o trabalho doméstico efetivamente depois do casamento. Na sua concepção quem não sabe “fazer” não sabe “mandar”. Aprendeu fazendo, depois de ter iniciado com sua mãe. Perguntava como “fazer”. Quando casou ficava observando a empregada e na observação aprendeu a “fazer”.

Na sua concepção, em sua casa não há demarcação de espaços já que seu marido “ajuda” bastante com as crianças. Para ela a divisão dos esforços existe por questão cultural e são as próprias mulheres que não ensinam seus filhos e não exigem do marido.

Maria realiza cotidianamente leituras espirituais e de auto-ajuda. Gosta de livros que falem sobre valores e psicologia para leigos. Gosta de sentar e montar jogos com os filhos. Acredita que aprendeu a “ser mulher” através da igreja. É bastante religiosa e para ela a mulher é o “fio central”. Dessa forma, pensa que tudo que a “mulher coloca à mão” transforma para melhor ou para pior. Sente-se realizada porque queria casar com um “bom homem” e acredita que conseguiu. Às vezes há desavenças e sente vontade de jogar tudo para o alto, mas sempre recomeça.

Maria, embora não abra mão de conquistas como trabalhar fora e estudar possui traços “conservadores” no modo de enxergar o mundo. Não é a favor da igualdade entre os sexos, ou seja, a mulher não deve querer se igualar ao homem, mas sim conservar os valores tradicionais do gênero feminino. Na sua concepção o mais importante dos papéis da mulher é o de “mãe”, por isso espelha-se no exemplo de “Maria”, como mãe e protetora.

SOFIA (MÉDICA)

A médica Sofia, 42 anos, tem o perfil da mulher “multitarefa”, sua vida é controlada por uma secretária no consultório e outra em casa, que ela concebe como “seu braço direito e esquerdo”. Ela é “médica endocrinologista” há 19 anos, têm filhas gêmeas de 12 anos, possui residência própria e percebe de 6 a 8 salários mínimos. Faz 8 horas diárias de trabalho, exceto 2 tardes que reserva para sua vida pessoal. Seu marido é cirurgião e percebe 15 salários mínimos.

Sofia vem de família de classe média. Seus pais têm 2º grau completo. Ela teve condições de formar-se primeiro para depois trabalhar. Seu pai tinha profissão de Técnico em Contabilidade e sua mãe era do lar. Para ela, sua mãe foi um exemplo de mulher, porque ela e seu irmão lavam, passam e cozinham. Nunca tiveram empregada em casa e sua mãe ensinou aos dois o trabalho doméstico.

Sofia possui um padrão de vida alto tendo em vista que sua renda familiar está em torno de 20 salários mínimos. O que proporciona vestir-se com roupas finas, ter carro individual, escola particular para as filhas, comer fora com a família e viagens. É uma mulher dinâmica, fala com segurança e é bastante sorridente. É ela que administra o lar, porém gostaria que seu marido a ajudasse mais quando se trata de buscar e levar as meninas para as atividades, porque para ela sozinha é muito cansativo.

Sofia acha importante ensinar os filhos a cuidar do trabalho doméstico, mas não tem muita paciência, quando vê uma roupa fora do lugar vai lá pega e põe no cesto. Confere grande importância à família e coloca em 2º plano a profissão. Neste sentido, a religião atua na união da família. Desde que começou a

participar mais da igreja, percebeu que a família mudou e ela, segundo sua concepção, tornou-se mais “sensível e paciente”.

Nas horas de folga gosta de ir para chácara da sogra tomar sol, fazer churrasco e jogar conversa fora. Para ela a “revolução feminina” trouxe problemas; na verdade veio somar e não dividir. Mas acredita que o modelo de sua mãe está se acabando. Percebe-se como mulher de uma geração em transição e, acredita que nas próximas gerações vai ser melhor do que para as mulheres de sua geração, que ainda têm o peso da dupla jornada de trabalho.

Sofia possui traços conservadores e modernos ao interpretar o que “é ser mulher”. O seu padrão de vida alto de ter “secretárias” em casa e no trabalho poderia mascarar seu cotidiano de jornada dupla. As suas assistentes suavizam sua frenética vida de trabalho fora, levar as filhas à escola e às atividades extracurriculares, sacolão, supermercado e outras tarefas. Embora reconheça o cansaço diário do duplo encargo é otimista e acha que a situação é transitória.

Sofia acha que a sociedade esta mudando bastante. Já morou na França, relata que lá os homens buscam a criança na escola, vão passear com elas e ajudam na cozinha. E em uma visão otimista, acredita que isto também vai acontecer, no futuro, na sociedade brasileira.

REGINA (ADVOGADA)

Regina, 36 anos é arrimo da família. Advogada, divorciada, possui um filho de 10 anos. Tem apartamento próprio e sente-se muito orgulhosa por isso. Regina veste-se de maneira sóbria, têm um senso crítico aguçado e é falante. Não tem empregada doméstica nem faxineira. A mesma combina seu horário com o do filho, só trabalha à tarde e de manhã executa as tarefas domésticas que vê como “exorcismo de sair daquele papel quadrado da profissão”. Ela tem ajuda das amigas que estão na mesma situação para cuidar do filho ou pegar no colégio, quando viaja ou têm que trabalhar até mais tarde. Quando chega em casa dá atenção para o filho, mas depois das 10 horas da noite vai para o computador trabalhar com as pesquisas que arquivou e aí, segundo ela, “a noite é uma criança”.

A origem de Regina é de uma família de classe média. Seu pai é advogado e sua mãe professora aposentada. Ela acredita ter herdado os “dons” do pai, vendo-o como um homem “realizador e apaixonado pela vida”. Em sua concepção sua mãe foi uma “exímia” dona-de-casa. Trabalhava fora e no sábado limpava e passava. A mesma acha que organizar a casa é o primeiro passo para a organização interna. Ela aprendeu isso quando criança com sua avó e sua mãe que já a iniciaram aos afazeres domésticos aos sete anos. Os irmãos também tinham funções em casa, mas os meninos e o pai faziam serviços externos, pois diz que na sua época não havia “divisão de tarefas”. Relata nunca ter visto seu pai “limpar a casa”, mas complementa “ele limpava o jardim”. Ela segue o mesmo padrão do *locus* primário, ensina seu filho nas tarefas pequenas de colocar lixo para fora, e carregar sacolas do mercado, mas segundo suas palavras: - “como um bom homem ele ainda está na cozinha”.

Regina acha que há delimitação de espaço na sua profissão tem áreas que a mulher não tem credibilidade. A religião tem mais influência em sua vida como ser humano do que enquanto mulher, “não se permite roubar e ser desonesta”. Mas como mulher, depois do casamento não ter dado certo, ela “se permitiu buscar o amor com mais liberdade”. A mesma gosta de ler romances, economia, gênero policial, ou seja, tudo que ajude no seu dia-a-dia. Com o filho, gosta de “passear e criar situações novas”. Acha que “a dupla jornada não é cansativa para quem a encara com alegria e desafio”.

Regina é uma mulher que mescla valores tradicionais com valores da sociedade moderna. É dinâmica, independente, busca o conhecimento diariamente e amor com liberdade. Porém, na sua concepção, acha que tem mulher que se vê como mártir. Ela vê com bons olhos: - “Ó Deus, Ó senhor, mais um dia começando, hoje vou limpar minha casa depois vou para o escritório e complementa: - “aí a borralheira vira cinderela e vai à luta”.

Regina acha que a mulher tem mais condições de encarar a dupla jornada que o homem, porque em sua concepção, emocionalmente, a mulher tem mais preparo, pois acredita que os homens são infantis. Segundo seu relato: - “Do mundinho a mulher foi para o mundão. Eles estão no mundão e de repente se vêm fechados numa gaiola”. Analisa-se plenamente realizada, inclusive antes do tempo. Quando se separou propôs metas para atingir até os 40 anos e atingiu aos 35 anos.

Neste momento volta a citar o pai e diz que ela é uma mulher de “paixões”, por isso ficou inquieta e viu que precisava de “novas metas e novas paixões”.

MARINA (JORNALISTA)

A jornalista Marina, 42 anos, é uma mulher à frente de seu tempo, discorre sobre o curso de sua vida tentando demonstrar que têm sob controle as rédeas de sua vida profissional e doméstica. Este modelo de “controle” adquiriu na sua família de origem, pois seu pai tinha problemas de saúde e sua mãe controlava a vida familiar.

Marina vem de uma família de classe média, seus pais concluíram o ensino médio. Sua mãe sempre trabalhou fora. Suas 2 irmãs fizeram administração e seu irmão engenharia. Ela fez faculdade respaldada financeiramente pela mãe. Quando terminou, começou a trabalhar.

Marina exerce o jornalismo há 20 anos, trabalha em casa como “free lance”. É uma estabilidade que conquistou com o tempo, pois já trabalhou dois turnos consecutivos. Marina percebe de 6 a 8 salários mínimos por mês. É casada, seu marido é cabeleireiro e percebe de 5 a 6 salários mínimos. Ela cultiva a liberdade de não ter filhos, ir a barzinho, tem um grupo de amigos que reúne para curtir a piscina e para cantar, faz ginástica, aulas de inglês e adora sua cachorra. Na sua concepção, é mais racional que o marido, por isso administra a vida do casal, inclusive financeiramente.

No momento está sem empregada doméstica e sem faxineira. O marido “ajuda” em tudo, na limpeza, mas na organização quem se sobressai é ela que sabe o “lugar” até de uma “agulha” na casa. Adora cozinhar, mas desempenha outras tarefas porque gosta de ver a casa limpa. Diz que precisa ter empregada por conta de seu trabalho. Na sua concepção herdou essa organização da mãe que exigia que ela arrumasse a cama ao levantar desde pequena. O gosto pela cozinha também vem da infância, pois cozinhava desde menina.

Embora seja batizada e crismada na igreja católica não tem religião. É uma mulher antenada aos acontecimentos a sua volta, lê 3 jornais diariamente e revistas semanais, livros lê um a cada dois meses de assuntos variados, ao passo

que de auto ajuda foi só para tomar conhecimento do que é isso mas não gostou. Escuta rádio, noticiário e usa muitos sites da internet para saber o que eles estão colocando em manchete.

Marina consegue revelar sua personalidade até na maneira de se vestir. Veste esporte despojado, usa cabelo vermelho e óculos escuros. A mesma diz que “em sua casa não há demarcação de espaços”, mas acha que existe bastante na sociedade brasileira. A mesma remete-se a valores tradicionais para fundamentar seus valores e sua dupla jornada. Embora seja uma mulher com valores “ultramodernos”, é contraditória na sua fala em muitos momentos da entrevista. Especialmente quando exagera nas justificativas do porque exerce as tarefas domésticas e porque não têm filhos. Dessa forma, denuncia de alguma forma a contradição que vive muitas mulheres do nosso tempo, entre valores tradicionais e modernos.

CAPÍTULO IV

A DUPLA JORNADA DA MULHER: O FEMININO EM UMA SOCIEDADE EM TRANSFORMAÇÃO (MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS)

A proposta deste capítulo é ‘interpretar as interpretações’ das mulheres de classe média de Londrina, que cumprem a dupla jornada de trabalho, sobre o seu lugar na sociedade moderna, em específico na sociedade brasileira atual, acentuando as “mudanças” e “permanências” nas representações em torno do que “é ser mulher” hoje. Tem-se como pressuposto que é pelo sistema de valores calcados no sistema patriarcal que as mesmas exercem e aceitam este duplo encargo.

A utilização simultânea da conceituação teórica será utilizada como forma de correlacionar teoria/prática, bem como a relação indivíduo e sociedade, preocupação esta que perpassou todo o trabalho. Assumiu-se desde o início que trabalhar com a relação mulher e sociedade estávamos diante de estruturas historicamente constituídas. “Essas estruturas se modificam pela atuação dos agentes sociais, implicando na formação de novas conjunturas e eventualmente a modificação das próprias estruturas”. (BRIOSCHI; TRIGO, 1989, p.91).

Dessa forma, a coleta de dados é tomada enquanto um processo de comunicação e interação social que, como tal, deve ser problematizado e questionado. Uma reflexão sobre a situação de entrevista que, como relação social, varia de acordo com as circunstâncias e é determinada, de certo modo, pela interação que estabelece entre o pesquisador e o pesquisado, é de suma importância para a construção do objeto de conhecimento. Dessa forma, o exame da situação de entrevista subsidiará a análise do material.

Fica evidente que a pesquisadora vai assumir suas características individuais, procurando conhecer como elas influem na interação. “Dadas às preocupações metodológicas da pesquisa, vamos procurar verificar de que forma as determinantes sociais dos entrevistadores são significativas na situação interativa”. (BRIOSCHI; TRIGO, 1989, p.41). No limite, vamos procurar tratar a entrevista como uma reação do entrevistado a uma situação de comunicação com o pesquisador e à questão proposta. Cabe ressaltar que o discurso obtido é um entre outros possíveis

e determinado pela situação. “Assume-se, o pressuposto da existência de uma interação constante entre os indivíduos e o meio social, portanto um aqui-agora que mobiliza e modifica os conteúdos emergentes, direcionando o discurso produzido”. (BRIOSCHI; TRIGO, 1989, p.42).

O referencial teórico que faz parte do interior deste estudo estará implícito nas interpretações que seguem, porém neste momento dar-se-á mais ênfase em Bourdieu (1972) do qual emprestaremos o conceito de *'habitus'* e Luz (1987). O primeiro para interpretar as representações das mulheres em torno de suas identidades sociais passada e presente, a segunda para apontar a possível crise do patriarcalismo suposta por ela. Todavia, outros autores serão utilizados aqui para fundamentar todas as interpretações e argumentações como: Oliveira (1993), Brioschi; Trigo (1989), Minayo (1999), Duvven (1999), Lipovetsky (2000), Canôas (1997), Castells (2003) entre outros.

“Não se nasce mulher, torna-se mulher”. Está afirmação de Simone de Beauvoir, em 1949, em “O segundo sexo”, estilhaçou a camisa de força da pretensa inferioridade da mulher. Expressando que os dois sexos nunca partilharam o mundo da igualdade, e ainda hoje apesar dessa condição ter evoluído, a mulher fica muito atrás, tendo em vista que praticamente em nenhum país a sua condição legal é igual a dos homens. Seus direitos ainda são reconhecidos de forma abstrata e o conjunto de valores e comportamentos impede que eles se efetivem de forma concreta. Economicamente homens e mulheres constituem duas castas. Os primeiros com salários mais elevados, com maiores chances sobre as concorrentes mulheres. Além de poderes concretos, os homens, encontram-se revestidos de prestígio legitimado pela educação e tradição.

Mesmo com as mudanças mais recentes, as atribuições do casamento são bem mais pesadas para a mulher do que para o homem. A servidão da maternidade reduziu-se pelo controle de nascimentos (pílulas contraceptivas), mas esta prática não se expandiu universalmente e não abrange as mulheres das diversas classes sociais. Dessa forma, além de trabalharem nas fábricas, nos escritórios e faculdades, continuam buscando no casamento e na maternidade a sua realização.

Os argumentos construídos sobre a inferiorização e subordinação da mulher são um dos elementos sociais que reafirmam o poder simbólico em nossa sociedade, perpetuando os mecanismos de dominação masculina. O conceito de poder simbólico (BOURDIEU, 1972) é utilizado como uma construção da realidade

que reafirma os instrumentos de imposição ou legitimação da dominação. É um poder caracterizado pela sua invisibilidade, mas que não pode se exercer sem a colaboração dos que lhe são subordinados e que só se subordinam a ele porque o constroem como poder.

A dominação masculina exercida sobre as mulheres muitas vezes é apoiada na violência simbólica³¹ e estabelecida a partir do compartilhamento entre quem domina e quem é dominado. (BOURDIEU, 2003). Desse modo, segundo este autor, a inferioridade feminina é considerada como 'natural'. Este processo está inserido na organização natural das coisas fazendo parte dos esquemas perceptivos dos indivíduos, do pensamento e da ação. Esta oposição entre ser e conhecer é mediada por meio do '*habitus*' pois na medida em que os subordinados compreendem o mundo a partir da relação de dominação já estabelecida socialmente, suas formas de conhecimento seriam pautadas também em atos de submissão.

A partir destas argumentações, percebe-se a manutenção das estruturas de poder senhoriais ainda presentes em nossa sociedade e como tem caminhado o (re) ordenamento das identidades sociais no decorrer das últimas décadas com o advento da globalização. O nosso olhar estará atento entre o "mudar" e o "permanecer" do grupo em análise, apesar das trajetórias diferenciadas. A trajetória tem um poder explicativo, mas deve ser dimensionada e relativizada como tentativa de perceber o que possibilita essa trajetória particular e não outra.

Ao utilizar o universo de camadas médias pode se refletir sobre a possibilidade de estabelecer limites entre os grupos e segmentos dentro do que se costuma chamar com imprecisão de classe média. Há diferenças de motivações vinculadas a trajetórias e leituras específicas do sistema simbólico que constitui a cultura de que participam. Essas diferenças estão associadas a variações da escala de valores mais ampla e da própria construção social da realidade. Dessa forma, pode-se observar que, "dentro de um universo segundo critérios sócio-econômicos como renda e ocupação que poderia ser visto como homogêneo, encontram-se descontinuidades em termos de ethos e visão de mundo". (VELHO, 2004, p.41).

³¹ Este conceito utilizado por Bourdieu, (2003, p.47) "A violência simbólica se institui por intermédio da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante [...] quando os esquemas que ele põe em ação para se ver e se avaliar, ou para ver e avaliar os dominantes (elevado/baixo, masculino/feminino, branco/negro), resultam da incorporação de classificações, assim naturalizadas, de que seu ser social é produto".

Através deste olhar atento, foi possível constatar as variações entre as componentes do grupo em estudo. Todavia é certa a existência de uma relação entre crenças, valores e experiências de classe, trajetórias, natureza da rede de relações experienciadas por todas. No caso das representações de um grupo de mulheres de classe média da cidade de Londrina é crucial não perder de vista a noção de que estão inseridas em uma unidade mais ampla, ou seja, num todo global.

Uma primeira reflexão sobre a situação interativa mostrou que o encontro entre duas mulheres, uma em atividade profissional e outra sendo solicitada para falar de sua vida de família, mobilizou o discurso em torno do “feminino”: o que é “ser mulher”? Qual o papel dela na família e na sociedade? Como conciliar valores incorporados na infância com as mudanças conjunturais? É melhor trabalhar fora ou dedicar-se integralmente aos afazeres domésticos?

As posições individuais frente à questão dão as nuances, o tom particular de cada uma das entrevistadas. Todas se apresentam como profissionais, no entanto, a educação, ou seja, o que chamamos neste estudo de ‘*habitus*’ primário demonstra que foram socializadas para além do exercício de uma profissão ser a principal responsável pelas tarefas domésticas, submetidas a valores patriarcais.

É sabido que na sociedade brasileira é comum, independente de classe social, a existência da representação de que a identidade feminina está vinculada às funções de mãe e esposa. Todas as entrevistadas embora desempenhem a atividade profissional partilham de uma mesma visão sobre a participação e atuação na sociedade, querem assegurar o espaço para desempenhar as funções que as definem como mulher (mãe, esposa, dona-de-casa).

Portanto, na concepção das mesmas, “ser mulher” é ter uma existência plena como mulher, é desempenhar durante a vida funções que incorporaram como sendo definidoras da condição feminina. A impressão que se tem é que algumas determinações do que é ser mulher são transmitidas precocemente e independem de classe social. Ou seja, desde o nascimento as crianças são imbuídas de códigos de comportamento socialmente determinados para seu sexo. São criadas para serem homens ou mulheres. É assim que as meninas são levadas a incorporar o que se convencionou ser o comportamento feminino, a identificar-se como mulher, qualquer que seja sua classe social. “As especificidades de um ‘*habitus*’ de classe vai somar-se essa idéia de gênero”. (BRIOSCHI; TRIGO, 1989, p.50).

Apenas duas mulheres do grupo em estudo nasceram em Londrina e passaram sua infância na região centro-oeste da cidade. Sendo que três nasceram em cidades do interior de São Paulo e uma é de São Paulo, capital. As mulheres pertencentes a este grupo foram socializadas no modelo de família nuclear. Sendo que as mães de três delas eram donas-de-casa³².

“A minha mãe nunca trabalhou fora, ela era 100% do lar” (Carolina entrevista concedida em 09/2006).

As mães das outras três exerciam a dupla jornada de trabalho.

“Minha mãe foi uma exímia dona de casa, trabalhava fora, chegava no sábado limpava a casa e passava a roupa. Ela fazia as coisas da casa, porque naquele tempo era difícil arranjar alguém para trabalhar em casa. Então eu via sempre a minha mãe além de trabalhar fora fazer tudo dentro de casa também. Ela sempre dizia: -‘Quem não sabe fazer, não sabe mandar’. Eu me lembro disse como se fosse hoje: - ‘Você pode ser muito rica na sua vida e ter três empregadas dentro de sua casa, mas quem não sabe fazer não sabe mandar. Não sabe quanto gasta, não sabe como se faz, então tem que aprender de tudo nessa vida’”. (REGINA, entrevista concedida em 07/2006).

Pode-se classificar este grupo como pertencente a classe média alta devido aos altos salários mensais familiares que chegam até 30 salários mínimos possuem residência própria, carros individuais e os filhos estudam em colégios particulares. Sendo que três delas moram em bairro de alto padrão na região sul da cidade. No mesmo, as residências geralmente são sobrados com piscina, churrasqueira e jardim. No grupo estudado, quatro delas possuem empregada doméstica, uma têm faxineira e 1 executa sozinha os afazeres domésticos.

“Hoje, por exemplo, eu levantei cedo, fiz faxina, passei aspirador na casa inteira, de repente fiz almoço, coloquei na mesa, ajeitei as coisas, fui para o banheiro e me transformei na advogada sabe? Quer dizer a gata borralheira virou cinderela e foi a luta” (Regina entrevista concedida em 07/2006).

O relato acima nos remete a uma forte representação do que “é ser mulher” hoje. A entrevistada utiliza um clássico dos contos infantis: “Cinderela”, reforçando a ideologia das características próprias do sexo feminino, um pouco “gata borralheira” para cuidar da casa, um pouco “cinderela” que se transforma em “bela”

³² Os relatos das entrevistadas estão destacados em itálico e transcritos sem correções gramaticais.

para exercer uma profissão. Entre um papel e outro, ou seja, entrecruzando os espaços públicos e privados e os valores tradicionais e modernos, a mulher vai tentando justificar sua posição no mundo.

Estas mulheres são de uma geração em transição. Na geração de suas mães ainda era embrionária a questão do trabalho na esfera privada, como segue.

“Minha mãe diz que meu pai nunca deixou ela trabalhar. Minha mãe e do tipo que acha que o trabalho doméstico de segundo escalão, que o bonito mesmo e trabalhar fora” (Maria, entrevista concedida em 10/2006).

Observa-se que os valores começam entrar em crise e insere na sociedade o dilema de “mudar” ou “permanecer”, embora de certa forma, este seja um dilema em qualquer categoria social. Parece que no Brasil contemporâneo as classes médias são mais atingidas por estarem mais expostas à medida das ideologias e modernização. (VELHO, 2004). Esta crise das representações já foi apontada por Velho (2004), Luz (1987), Castells (2003), entre outros, quando apontam que na sociedade moderna há uma tendência ao enfraquecimento do modelo patriarcal familiar baseado na dominação masculina, onde o homem é a cabeça do casal e dos filhos.

De acordo com Velho (2004), uma teoria da cultura deve fazer um esforço de relativização das premissas do nosso próprio trabalho de intelectuais, conforme se pretende realizar neste estudo com as mulheres de classe média urbana da cidade de Londrina. O mesmo autor aponta que representações referem-se à crenças e valores que cimentam, colam, juntam uma sociedade. Dessa forma, procura-se, neste estudo, levar em conta as diferentes trajetórias, as especificidades do contexto urbano em estudo e outras particularidades. No entanto, a atenção está voltada também ao que é recorrente em termos mais amplos, o que é comum e compartilhado.

Não se pressupõe uma cultura de camadas médias, mas trata-se de perceber como sistemas simbólicos operam em nossa sociedade. Por outro lado, representações e prática são dimensões de vida social e não se pode pensar uma sem a outra, desde que se entenda cultura como expressão simbólica. Portanto, parafraseando Velho “o trabalho do pesquisador é procurar interpretar as interpretações”. (VELHO, 2004).

4.1 A FAMÍLIA COMO ‘HABITUS’ PRIMÁRIO

As mulheres do grupo estudado em sua totalidade foram socializadas no modelo de família nuclear. Estas tiveram uma educação conservadora, expressando-se até no modo de vestir e falar, com exceção de uma delas que foge do padrão.

A família é o primeiro grupo ao qual pertencemos. Dessa forma o ‘*habitus*’ primário, adquirido dentro da família é o mais decisivo, uma vez que passa a condicionar todo o aprendizado posterior que se dá na escola, na convivência com grupos de amigos, nas relações de trabalho, e outros. (BRIOSCHI; TRIGO, 1989).

Com base nas discussões o ‘*habitus*’ é como uma lei “imane” depositada em cada ator social, desde a primeira infância, a partir de seu lugar na estrutura social. São marcas das posições e situações de classe. Segundo Bourdieu (1972) o ‘*habitus*’ é a mediação universalizante que proporciona às práticas, sem razões explícitas e sem intenção significativa de um agente singular, seu sentido, sua razão e sua organicidade.

Tendo em vista que família e mulher são interligados procura-se, através dos depoimentos, conhecer as representações sobre família elaboradas pelas mulheres pertencentes à classe média de Londrina. Tendo em vista que “a primeira educação, aquela recebida no âmbito doméstico vai influenciar toda a vida posterior dos agentes, a sua posição de classe, inerente a essa primeira educação, permeará todos os campos de atuação em que se insira”. (BRIOSCHI; TRIGO, 1989, p.15). Mais ainda,

Receber uma educação é adquirir disposições a reproduzir espontaneamente, em pensamento e por pensamentos, palavras e ações, as relações sociais existentes no momento da aprendizagem. O que é interiorizado é a lógica do sistema de diferenças que é o campo³³ das classes sociais. No entanto, cada campo exerce sobre os agentes uma ação pedagógica diferente. (BRIOSCHI; TRIGO, 1989, p.16)

³³ O conceito de campo elaborado por Bourdieu (2003) é de grande importância para a definição e delimitação do objeto de estudo. Considera-se que “um campo é um sistema específico de relações objetivas, que podem ser de aliança e/ ou conflito, de concorrência e/ ou cooperação, entre posições diferenciadas, socialmente definidas, largamente independentes da existência física dos agentes que as ocupam”. (BRIOSCHI; TRIGO, 1989, p.16).

A partir dessas considerações, propõe-se a seguir focalizar as relações familiares não no que concerne à sua totalidade, mas as representações e as posições definidas do grupo em estudo: profissionais, mães, esposas e donas de casa.

A família para a maioria das mulheres do grupo é considerado o primeiro em grau de importância, apenas uma delas optou pela maior importância do casamento³⁴. O trabalho ficou em segundo lugar, depois: casamento, estudo, participação religiosa e a participação política.

As mulheres do grupo de estudo compõem a faixa etária de 35 a 50 anos e se reconhecem como uma geração em transição. A mudança que aparece é que estas, diferentemente de suas mães, foram socializadas para além de exercer as funções domésticas, ter uma profissão.

Sabe-se que no contexto atual, em especial na classe social estudada, as mulheres são preparadas para estudar e pensar no futuro. Enquanto que na época de suas mães as mulheres eram educadas para casar, ou seja, “as espera marido” como eram chamadas, atualmente estas mulheres devem estar mais realistas, mais comprometidas com o próprio futuro. Hoje, para a mulher, possuir uma identidade social é antes de tudo exercer uma profissão. Dessa forma, quando indagadas sobre se suas mães trabalhavam fora, três delas responderam afirmativamente, enquanto que três afirmaram que suas mães eram do lar.

A vida inteira com sete filhos minha mãe trabalhou fora, chegou a dar aulas em dois colégios. Minha mãe trabalhou a vida toda e não tem nenhum filho bandido, ladrão, muito pelo contrário. (HELENA, entrevista concedida em 08/2006)

No relato de Helena é perceptível o tom de orgulho com que narra os detalhes e as minúcias das dificuldades que sua mãe teve que vencer para cumprir a chamada “missão” de criar os filhos, não deixando que se desencaminhem.

Todas as entrevistadas aprenderam o trabalho doméstico com suas mães. Embora não terem sido socializadas para exercer apenas a vida doméstica acreditam que é preciso “saber fazer para saber mandar”, por isso acham que a mulher deve aprender as funções domésticas antes de se casar.

³⁴ De acordo com Brioschi; Trigo (1989, p.52-53), o casamento funciona como o rito mágico que vai permitir a passagem, dentro do campo das relações familiares, da posição de filhas que devem obediência ao de dona-de-casa com poder instituído. Porém, se há uma representação do casamento que é comum a todas as entrevistadas, uma retradução específica é feita dentro de cada segmento social. Há uma atribuição de significados ao casamento, especificamente ligada à posição que ocupa a entrevistada na hierarquia social. Mais distantes das urgências do cotidiano, “as mulheres de classe média de Londrina” podem esperar do casamento vantagens de ordem mais simbólica. Para elas casar é realizar o sonho que alimentam desde a infância.

“Eu acho que se ela não quiser sofrer como eu vi minha prima que não sabia fritar um ovo, se for por este lado eu acho que deve. Agora se for por outro lado da sociedade moderna onde tudo pode ser resolvido na questão da praticidade – Eu não sei fazer vou lá, busco no quilo e trago pra casa. Eu não sei limpar pago para alguém que venha e faça para mim. Eu acho que saber fazer vai ser menos doloroso se você não tiver condições financeiras de viabilizar as coisas. Minha mãe e minha avó sempre fizeram questão que eu aprendesse desde quando tinha sete anos deixar a louça do café lavada e fazer a lição de casa. Com onze anos eu já fazia o almoço isso nunca foi problema, ‘eu brincava de casinha’”. (REGINA, entrevista concedida em 07/2006).

“Eu acho que ela deve aprender sim. Eu tento passar isso para minha filha para que ela não sofra depois. Porque a hora que ela tiver que assumir e não souber vai ter que aprender tudo do nada. Eu aprendi porque minha mãe pedia ajuda, ela não ensinava, eu que aprendi fazendo. Quando ela pedia participação estava implícito o ensinar”. (CAROLINA, entrevista concedida em 08/2006).

“Eu não acho isso fundamental, porque se ela estiver trabalhando pode colocar alguém para fazer. Mas fico indignada ver uma mulher não saber se virar numa cozinha, que não sabe fritar um ovo, fazer um arroz, fritar um bife, eu acho fundamental isso para uma mulher. Acho que é natural, minha mãe dizia para eu arrumar a cama do quarto, eu perguntava para que arrumar? Ela dizia: - ‘Observa quando você for dormir a cama arrumada... vai dar mais prazer!’ Minha mãe internalizou isso na minha vida, então eu fui incorporando”. (MARINA, Entrevista concedida em 12/2006).

Os depoimentos fundamentam uma possível crise das representações e assimilação de valores modernos, quando afirmam que, na sociedade moderna, a mulher se não souber fazer pode comprar o alimento por quilo ou pagar para que alguém faça o trabalho doméstico. No entanto, expressam idéias de que é “indigno” para a mulher não saber mexer no fogão e/ou de “sofrimento” se não aprender a fazer as tarefas domésticas. Revelam, assim, a ambigüidade entre valores tradicionais e os signos da modernidade. Mesmo que estas mulheres sejam apenas uma parcela das demais, fazem parte do todo social, prevalecendo a visão de que a mulher deve, ainda que trabalhe fora, saber cuidar de sua casa e principalmente do seu fogão.

A “permanência” de que as mulheres devem aprender o trabalho doméstico é evidenciada nos depoimentos. No entanto, a “mudança” é que já não socializam suas filhas apenas calcadas pelo velho costume de aprendizagem das tarefas domésticas e acham que suas filhas devem estudar e pensar no futuro. Agora, as meninas devem se lançar aos estudos para trabalhar e assegurar sua independência econômica. Ao contrário dos anos 1960, os pais de agora declaram dar tanta importância aos estudos das meninas quanto dos meninos, e a maioria deseja que as filhas ingressem em carreiras promissoras (médicas, advogadas, entre outras).

“Ainda existe aqueles que falam: - Deixa a Ana (filha) fazer. Houve uma tarde que eu fiquei louca, porque cheguei e encontrei a Ana lavando o banheiro com a empregada e ela tinha prova no dia seguinte”. (MARIA, entrevista concedida em 10/2006).

Este depoimento nos remete ao inegável aspecto sexista da educação infantil, lembrando que vivemos em um sistema patriarcal que embora arcaico ainda está em vigência. Dessa forma, desde muito pequenas, as meninas são estimuladas a valorizar determinados brinquedos e brincadeiras – bonecas, loucinhas, roupinhas – que instrumentam o brincar de casinha, comidinha e costura como um aprendizado informal de suas futuras funções de mãe, esposa e dona de casa.

“Eu tento ensinar as meninas, mas olha... é difícil. Elas acostumam ver a gente fazendo, empregada fazendo, mas eu procuro fazer com que elas aprendam”. (SOFIA, entrevista concedida em 11/2006).

“Eu sinto porque tentei ensinar e minha filha não se interessou muito. Agora a vida tá cobrando isso dela e ela tá tendo que aprender”. (CAROLINA, entrevista concedida em 09/2006).

No relato de Carolina percebe-se que inserida uma vez em uma conjuntura em que o exercício de autoridade ostensiva torna-se difícil, é só através de conversas e de uma postura de intimidade e igualdade que o código de valores pode ser transmitido. Isso dá uma dimensão das “mudanças” ocorridas no campo das relações sociais. É a modificação do *‘habitus’* que se transforma de uma geração para outra, integrando outras dimensões e aspirações contraditórias de “mudança” e “permanência” da ordem existente.

Contudo, é possível perceber que os valores constitutivos do *'habitus'* do grupo de mulheres de classe média de Londrina em estudo, como a noção de continuidade, de responsabilidade na reprodução social do grupo são integralmente inculcados nas filhas, ainda que através de estratégias mais flexíveis.

Retoma-se aqui a noção de “campo” elaborado por Bourdieu (2003) para utilizá-lo na compreensão do “campo doméstico”. O mesmo é marcado por interesses específicos e regras de funcionamento próprias, ou seja, todos que pertencem a um “campo” ou grupo doméstico determinado agem de acordo com os interesses internos do campo que pertencem. Há uma cumplicidade subjacente a todos os antagonismos: “Todas as pessoas que estão engajadas em um campo tem em comum um certo número de interesses fundamentais, a saber, tudo aquilo que está ligado à existência do campo” (BOURDIEU, 2003 apud BRIOSCHI; TRIGO, 1989, p.17).

Tendo em vista que a mulher é considerada a principal responsável pela educação dos filhos, são elas que vão passar os valores sociais às crianças. Se nesta pesquisa focalizam-se as representações de mulheres de um determinado grupo sobre sua identidade social, as noções de “campo doméstico” e de *'habitus'* constituem-se de grande importância. Portanto, a criança nasce em um mundo que já está estruturado pelas representações sociais de seu campo, o que lhe garante a tomada de um lugar em um conjunto sistemático de relações e práticas sociais.

Para a criança recém-nascida, identidades de gênero são, no início, externas. Elas se apresentam à criança através de práticas dos outros. O que nós vemos no desenvolvimento das representações sociais de gênero é um tomar de consciência, em que a criança desenvolve uma consciência reflexiva dos significados do ato social de assimilação a um grupo de gênero. (DUVEEN, 1999).

As mulheres do grupo pesquisado quando indagadas sobre se ensinam seus filhos os afazeres domésticos, as respostas se dividem como veremos adiante.

“Ensino. Apesar de ele ter só nove anos, mas sempre que é possível eu ensino. O lixo é ele que tem responsabilidade de tirar e levar até embaixo. Quando vamos fazer compras ele ajuda a carregar as sacolas. Às vezes uma louça... mas como um “bom homem” ele ainda esta na cozinha”. (REGINA, entrevista concedida em 07/2006).

De acordo com Oliveira (1993), desde o nascimento, o sexo determina o lugar do indivíduo de um lado e de outro da fronteira, primeira seleção que será reafirmada pela prática social. O objetivo dos inúmeros ritos de passagem³⁵ que perpassam as sociedades humanas é justamente o de afastar o menino da mãe, substituindo-a pela comunidade dos homens. Iniciar uma criança quer dizer definir-lhe o sexo. Neste sentido,

O tema básico do rito iniciático é a posse, pelas mulheres, em virtude de seu poder de gestação, dos segredos da vida. O papel do homem é incerto, indefinido e talvez desnecessário. A compreensão dessa inferioridade básica exige deles um grande esforço, exige a descoberta de uma maneira de superá-la. ... A retirada dos meninos do mundo das mulheres, marcados como seres incompletos a serem transformados em homens pelos homens, atualiza esse poder compensatório. Assim, as mulheres engendram os seres humanos mas só os homens podem produzir outros homens. (OLIVEIRA, 1993, p.35).

“Ensino. A menina e o menino”. (MARIA, entrevista concedida em 10/2006).

“Pois bem, pelo fato de ter um marido machista me levou a ser também. Eu até tento. Mas eu acabo aceitando a visão do meu marido que serviço doméstico é coisa de mulher, eu acabo encarnando o papel e ensinando menos para ele. As vezes quando meu filho era pequenininho eu pedia: - Filho passa este pano aqui para a mamãe, mas meu marido vinha e dizia: - Não faz não filho isso é coisa de mulher. Isso me desestimulou e eu fui aceitando passivamente, eu acho que estou errada, mas ele tem o apoio irrestrito do pai”. (CAROLINA, entrevista concedida em 09/2006).

Ainda de acordo com Oliveira (1993) a tarefa dos homens é retirar o menino do mundo das mulheres, ou seja, iniciá-lo ao mundo dos homens. Este rito de passagem reveste-se de contornos de uma morte simbólica, a morte do menino que pertencia ao mundo das mulheres e que pela experiência social obtida pelo seu iniciador – o homem – renascerá homem e adulto.

³⁵ MONTEIRO, Tânia (1991), afirma que os rituais de passagem se efetivam nas esferas educacionais, como a família e a escola, e são marcados como momentos cruciais de “aprendizagem de vida”. O que marca a passagem de uma fase para outra não é a celebração como rito, mas sim as experiências vividas no cotidiano, as exigências, os compromissos, as responsabilidades.

Essa passagem é inseparável de uma certa violência, em atos e palavras. Gestos e ritos, cantos e mímica, representam a luta dos homens contra as mulheres; os homens ganham essa luta e afirmam sua primazia, o que indica bem o caráter doutrinário da iniciação. (OLIVEIRA, 1993, p.34).

Mais ainda,

O medo do outro, duplicado pelo medo do Mesmo, exprime psicologicamente o dualismo conflitual dos sexos. Esse dualismo reforça o sentimento de identidade de gênero e explica a repressão do outro, objetivamente nas relações sociais e subjetivamente dentro de si mesmo. (OLIVEIRA, 1993, p.35).

As leituras sobre a iniciação dos meninos são múltiplas, porém a significação gira em torno de um eixo comum, ou seja, quer sancione a passagem da natureza para a cultura, do espaço privado para o público, quer ela privilegie em cada sociedade um ou alguns desses sentidos, ela reafirma sempre uma polaridade fundamental: o feminino é o infantil e o natural, o masculino é o adulto e o social. (OLIVEIRA, 1993).

Como já apontado, a identidade social da mulher não se configura mais somente relacionada ao universo da casa, mas também à esfera pública. Como as entrevistadas possuíam profissão no momento que se tornaram mães, não pensaram em abandonar o trabalho para cuidar da prole.

“Como eu tinha um trabalho garantido não podia perder a estabilidade”. (CAROLINA, entrevista concedida em 08/2006).

“Eu tenho essa opção, mas não deixaria de exercer minha profissão jamais. Dá para conciliar, pois eu trabalho só nove horas por semana”. (MARIA, entrevista concedida em 09/2006).

Os depoimentos apontam que a família patriarcal, base fundamental do patriarcalismo têm sido contestada na sociedade contemporânea com a prática social de mudança do trabalho da mulher, que até bem pouco tempo tinha seu *lócus* de atuação no universo privado da casa. As forças propulsoras do processo de mudança são as conquistas tecnológicas, globalização da economia mundial e o movimento feminista, as três tendências que ocorreram a partir 1960. (CASTELLS, 2003).

Como explicitado por elas, uma mudança de comportamento pode ser assinalada aqui. É cada vez maior o número de mulheres que não param de

trabalhar depois do casamento e do nascimento do primeiro filho ou do segundo. Ao contrário do que ocorreria no passado, a continuidade do emprego se impõe como norma dominante e os casais em que os dois cônjuges trabalham ultrapassaram muito, em número, as famílias em que apenas os homens trabalham. Portanto, um novo ciclo se estabelece nas sociedades ocidentais: o da mulher no trabalho.

O trabalho remunerado da mulher aumentou seu poder e abalou a legitimidade do poder de dominação do homem baseado na qualidade de provedor da família. Todavia, colocou um peso insustentável nos ombros das mulheres com suas multitarefas (trabalho remunerado, criação dos filhos, organização do lar e jornada noturna em benefício do marido). As invenções científicas de anticoncepcionais, a fertilização *in vitro* permitiu às mulheres o controle de suas gestações. Além do mais, muitas lutas urbanas, antigas e contemporâneas, foram conquistadas por movimentos feministas que envolviam necessidades dessa vida diária feminina. (CASTELLS, 2003). A entrevistada Marina é exemplo desta autonomia anticonceptiva conquistada pelas mulheres. A mesma optou por viver a instituição do casamento sem filhos.

“Não ter filhos foi uma opção de vida, por que na minha vida não cabe... tenho planos de morar fora do país, tenho amigos que vem em casa para a gente cantar, faço inglês, ginástica, passeio com meu cachorro, por isso não ter filhos facilita uma série de coisas. Quem tem filho tem que abrir mão de uma série de coisas e sempre foi muito claro na minha vida que eu não queria abrir mão de estudo, trabalho e de sair de Londrina. Quero morar em outro país ou em uma cidade que tenha mar. Meu marido compartilha comigo, ele concorda que a pessoa mais requisitada quando opta por ter filhos é a mãe”. (MARINA, entrevista concedida em 12/2006).

O depoimento nos remete a uma possível mudança do foco das mulheres de hoje, isto é, já não é o casamento e a reprodução, tampouco o trabalho como uma atividade de complementação imposta por condições materiais de vida. Esta relação com o trabalho findou, já não interrompem a atividade profissional pelo casamento ou nascimento do filho. Esta continuidade da atividade feminina traduz um envolvimento mais profundo, mais identitário na vida profissional. Muitos estudos mostram que o compromisso feminino com o trabalho responde, agora, ao desejo de escapar ao encerramento da vida doméstica e, correlativamente, a uma vontade de abertura para a vida social. (LIPOVETSKY, 2000).

Pode-se dizer que a crise da família patriarcal se fundamenta no enfraquecimento do modelo familiar baseado na dominação e autoridade do homem sobre a mulher e seus filhos. A dissolução dos lares através do divórcio foi um dos indicadores dessa crise. Pode até haver um patriarcalismo sucessivo, ou seja, a reprodução do modelo com parceiros diferentes, mas a estrutura de dominação se enfraquece com essa experiência. Principalmente no que diz respeito às mulheres e filhos. (CASTELLS, 2003). O depoimento de Regina confirma o que foi dito:

“Desde a separação o pai esteve com o filho uma vez em 7 anos. Então todas as decisões: se vai viajar, o que vai fazer, o que vai comer, como vai se vestir, que escola vai freqüentar... Então ficou tudo pra mim, inclusive a orientação sexual, a orientação religiosa, orientação em todos os sentidos...!” (REGINA, entrevista concedida em 07/2006).

No relato de Regina pode-se perceber o tom de decepção pelo fato de o casamento não ter ocorrido como esperava. Além do mais, na idealização do casamento está implícita a divisão sexual do trabalho: casada, teria um marido que cuidaria do sustento familiar e ela da reprodução e dos filhos. Com o divórcio, o contrário aconteceu, teve que arcar além da sua com a parte do que era destinada ao marido, acumulando tarefas.

A “mudança” do costume “felizes para sempre” convertido em divórcio trouxe a “liberdade” para as mulheres de classe média que exercem uma profissão, exprimindo, assim, uma ascensão ao individualismo feminino, paralelamente às atitudes relativas ao aborto, contracepção, à liberdade sexual e o recuo do casamento e das famílias numerosas. A partir do direito ao divórcio manifesta-se a vontade feminina de ser protagonista de sua própria vida. Por outro lado, certamente esta não é regra geral, mas constitui um número crescente de casos. Na maioria das vezes, as mulheres de classe média ficam com a casa e as crianças, uma pensão com a qual apenas educam os filhos.

Como os homens têm a tendência a constituírem quase que imediatamente após (período de seis meses a um ano geralmente) nova família, nos mesmos moldes da anterior, acabam, por sua vez, por ficarem onerados. À luz de tendências atuais, as teses da “derrota dos homens” não podem inspirar mais que ceticismo. Apenas os valores machistas, os sinais mais enfáticos da virilidade estão desvalorizados. Não há uma crise de masculinidade, mas sim a permanência identitária de dominação herança do patriarcalismo que rege ainda nossas relações

de modo geral. Ainda, sob nova roupagem, podemos observar a necessidade dos homens de medir-se com os outros, o gosto de ganhar por ganhar continuam a ser princípios mais interiorizados no masculino do que no feminino. (LIPOVETSKY, 2000). A opinião de Giddens sobre a nova posição do homem nos interessa aqui:

Comparados com as mulheres, eles podem largar o papel de provedor sem renunciar às suas vantagens econômicas superiores. A 'máscara da masculinidade' pode ser removida e ao mesmo tempo o homem pode evitar qualquer envolvimento doméstico prolongado, concentrando-se, assim, em seus próprios prazeres. Foi criado um clima social que endossa a 'irresponsabilidade, a auto-indulgência e um desligamento isolacionista das reivindicações dos outros'. Os homens ganharam sua liberdade enquanto as mulheres esperam a delas. A liberdade econômica obtida pelos homens não se tornou disponível às mulheres, que tiveram de assumir as responsabilidades que os homens abandonaram. 'As mulheres, particularmente aquelas que sustentam famílias sem pai'. (GIDDENS, 1993, p.168).

A partir dos depoimentos das mulheres em estudo, pode-se assumir aqui que houve alterações no modo de conceber a família no decorrer do século XX, fazendo com que certos valores chegassem a serem negados enquanto outros adquirissem maior relevância, levando a mulher a se distanciar do ideal anteriormente pregado. (BIASOLI-ALVES, 2000). No entanto, analisar, levantar crises e buscar compreender construindo uma visão do que se passa hoje, quer se esteja olhando a educação dada à menina e ao menino no ambiente familiar, quer se discuta o papel atribuído a cada um dos membros do casal, não é tarefa que se esgote em um único estudo.

Não se trata do fim da família patriarcal, mas o fim da família que conhecemos até agora. Tendo em vista que outras estruturas familiares estão sendo testadas, poderemos, no fim, reconstruir a maneira que vivemos uns com os outros, como procriamos e como educamos de formas diferentes.

4.2 CONJUGALIDADES E ARRANJOS

Não está muito distante o tempo em que os papéis atribuídos a cada um dos sexos no seio do casal quase não constituíam problema. Até os anos de

1950, o marido encarregava-se de fornecer os rendimentos do lar e a esposa era responsável pela coesão afetiva do grupo doméstico e cuidar da casa e dos filhos. Um é encarregado das tarefas externas, outro é encarregado das tarefas do interior. Essa ordem das coisas é bom deixar claro, que se trata das camadas mais privilegiadas da sociedade, pois as mulheres das camadas populares sempre trabalharam. Até este período os papéis eram nítidos; apenas a mulher se dedicava às tarefas do lar, a tal ponto ser desonroso para o marido cuidar de bebê ou ocupar-se da casa.

Reconhecido pela lei, “chefe da família”, o homem, dotado de prerrogativas e de responsabilidades externas, exerce autoridade tanto sobre os filhos quanto sobre a mulher. No entanto, a mudança de papéis é testemunha de um processo inédito de rediscussão dos papéis familiares que começou à uns 30 anos. Agora é outro modelo de casal que se impõe. Na medida em que o homem não é mais o “chefe da casa” e a mulher dispõe dos rendimentos de seu trabalho, vê aumentar seu poder de decisão no casal. “O ideal igualitário, o descrédito dos comportamentos machistas e a emancipação econômica da mulher tendem a construir um novo modelo marcado pela autonomia feminina e pela participação dos cônjuges nas decisões importantes”. (LIPOVETSKY, 2000, p.247).

A “mudança” que podemos vislumbrar, hoje, principalmente entre os jovens casais é que o princípio que conferia à mulher a quase totalidade do trabalho doméstico perdeu sua antiga evidência. Reforça-se a idéia que cada um deve contribuir nas tarefas domésticas, ainda que seja segundo algumas inclinações e disponibilidades. Em épocas anteriores, as normas de distribuição das tarefas do casal eram transmitidas pela tradição, no presente são objetos de debates e negociações entre homem e mulher. Através dos depoimentos que seguem podem-se confirmar tais argumentações. O processo de integração total das mulheres no mercado de trabalho gera conseqüências muito importantes na família.

“Em casa é meio a meio porque meu marido tem a maior parte da renda. Mas na minha casa a gente vai ganhando e colocando tudo ali no bolo e vai pagando e fazendo o que tem que fazer”. (SOFIA, entrevista concedida em 11/2006).

“Em casa é bem dividido a história. Mas quem cuida da conta bancária sou eu, porque sou mais racional, então eu cuido de tudo, o “Lu” (marido) ganha e deposita no banco e eu administro tudo, eu meio que mando no “Lu”, mas ele gosta”. (MARINA, entrevista concedida em 12/2006).

“O meu salário não sustenta a casa. A renda do meu marido está em torno de 20.000,00”. (MARIA, entrevista concedida em 10/2006).

Uma das entrevistadas “Maria”, ganha R\$800,00 e têm renda familiar de R\$20.000,00. No ponto de vista da subsistência não precisa trabalhar, mas quer realizar-se profissionalmente, já que a condição de dona-de-casa não tem reconhecimento no mundo de hoje.

No que diz respeito a conjugalidades vivenciadas na família de origem, uma delas revela com orgulho a compatibilidade mútua de seus pais na esfera doméstica.

“Meu pai era um homem que lavava louça e trocava criança. Até meu pai falecer, minha mãe fazia almoço e meu pai lavava a louça, meu pai fazia supermercado, pagava todas as contas bancárias”. (HELENA, entrevista concedida em 08/2006).

No depoimento de Helena a presença do valor de pertencer a determinada família e ser filha de determinados pais é garantia da herança de certos predicados. A idéia básica é que a mesma seria uma atualização de potencialidades familiares. (BRIOSCHI; TRIGO, 1989).

Em outros dois depoimentos foram encontradas algumas frustrações em relação a conjugalidade dos pais.

“Meu pai era machista não deixava minha mãe trabalhar fora”. (MARIA, entrevista concedida em 10/2006).

“Eu nunca vi o meu pai limpar uma casa, não ajudava no serviço da casa, também não existia essa divisão ainda”. (REGINA, entrevista concedida em 07/2006).

As entrevistadas reclamam de um tempo em que o cotidiano das mulheres era marcado por tarefas gratuitas que interessavam a família e o cotidiano dos homens por um trabalho remunerado que interessava a sociedade. Essa fronteira demarcava claramente um universo privado, onde se movimentavam as mulheres e um universo público, onde se movimentavam os homens.

A irrupção das mulheres no espaço público está na raiz de uma problematização da vida privada. Num primeiro momento, as mulheres tentaram pura e simplesmente fazer de conta que o problema não existia. Procuraram compatibilizar, no espaço de um só dia, o que antes eram duas vidas. Realizavam em casa as ocupações essenciais à preservação da família e na rua os trabalhos de

interesse da sociedade. Cansadas, divididas, insatisfeitas, acabaram se revoltando com a dupla jornada de trabalho e passaram a denunciar a invisibilidade que pesava sobre o trabalho doméstico no espaço privado. (OLIVEIRA, 1993).

Porém, o poder de negociação da mulher tem crescido significativamente. Num regime estritamente patriarcal isso era impensável. No entanto, com o fato das mulheres trazerem o dinheiro para a casa e os homens terem seus salários diminuídos, as divergências passaram a ser discutidas de forma mais democrática, portanto a idéia patriarcal de quem sustenta a família deveria gozar de privilégios caiu por terra. Por que os homens não devem ajudar nas tarefas da casa se os dois trabalham fora? Sabe-se que aumentam as dificuldades para as mulheres exercerem o trabalho remunerado e assumirem sozinhas as tarefas domésticas e o cuidado com os filhos. A realidade hoje não é mais daquela mulher que se dedicava em tempo integral aos trabalhos domésticos. Dessa forma, na sociedade atual arranjos são feitos na família para viabilizar o trabalho do homem e da mulher.

“De manhã ele leva as crianças para a escola e eles voltam com outra mãe. Eu à tarde levo às atividades... a gente divide bem... mas algumas coisas em casa acabam sobrando para mim. Mas em relação aos homens por aí ele ajuda bem”. (HELENA, entrevista concedida em 08/2006).

“Eu gostaria de dividir um pouco mais com o meu marido a responsabilidade de levar e trazer as minhas filhas das atividades. Porque ir ao sacolão e ao supermercado eu sei que é mais difícil para os homens mesmo”. (SOFIA, entrevista concedida em 11/2006).

“Meu marido quando as crianças eram pequenas nunca dividiu nada comigo. Eu ficava bem cansada e estressada, mas ele é machista. E eu acho que absorvo muito sou centralizadora”. (CAROLINA, entrevista concedida em 09/2006).

“Tem mulheres que reclamam que os seus maridos não ajudam em casa. Se eu disser que meu marido ajuda, elas exclamam: - Nossa como seu marido é “bom”! Mas o que elas fazem se o marido ou o filho deixa a toalha no chão? Elas vão lá e pegam. Lá em casa participar é regra para marido e filhos, todos participam”. (MARIA, entrevista concedida em 10/2006).

Nos depoimentos as opiniões se dividem. Enquanto Carolina nunca dividiu as tarefas com seu marido, Sofia gostaria que seu marido partilhasse mais nas atividades das filhas, no entanto, Maria e Helena estão satisfeitas com a ajuda que recebem dos seus maridos. Porém, no depoimento de Maria fica evidente que o

projeto alimentado para o casamento tem seus alicerces nas idéias de reprodução social³⁶. O importante para as mulheres do grupo em estudo é a transmissão de valores simbólicos e das práticas sociais para as gerações seguintes.

O melhor *lócus* de observação dessas mudanças é a família e a casa. Pois, são através dessas dimensões que se podem analisar as relações entre os sexos e entre as gerações. Na maioria das sociedades essas relações resistiram de maneira impressionante às mudanças. Neste sentido, resistências e mudanças dependem das relações que estão envolvidas familiares, geográficas, econômicas, das relações familiares que eles vivenciaram e que estão vivenciando.

Hoje, vêm-se atividades outrora exclusivamente femininas (cozinhar e lavar a louça, limpar os vidros, varrer, fazer compras) serem realizadas por homens, isso ocorre mais em famílias onde o homem é diplomado e a esposa exerce atividade profissional. Manifestam-se nessas famílias igualmente um maior interesse e uma maior participação dos pais nas atividades escolares e nos cuidados com os filhos, os “novos pais” já não acham indigno trocar, acalentar, dar mamadeira a seu bebê. (LIPOVETSKY, 2000).

Por mais significativas que sejam essas “mudanças” continuam, apesar de tudo, lentas, limitadas e incapazes de aproximar os homens e as mulheres de uma democracia doméstica. As mulheres continuam maciçamente a assumir a maior parte da responsabilidade pela educação dos filhos e pelas tarefas da casa. A “permanência” que aparece é que o trabalho de casa continua em geral fortemente estruturado pela diferença entre os sexos, valor esse herdado do sistema patriarcal. Portanto, praticamente não há tarefas domésticas efetuadas com igualdade pelos dois sexos.

Prevalece a representação de que lavar e passar roupa, limpar banheiros continuam sendo atividades de responsabilidade das mulheres. Mesmo que os homens intervenham mais do que antigamente nas atividades domésticas, a gestão da vida cotidiana cabe, prioritariamente, às mulheres. Se os homens ajudam mais as mulheres, ainda não assumiram de modo algum a responsabilidade principal dos filhos nem a de organizar e executar tarefas. Sua participação é pontual, muito raramente estrutural, é mais a título de auxiliar ou de ajudante que eles contribuem para o trabalho doméstico do que responsável primeiro ou permanente. (LIPOVETSKY, 2000).

³⁶ No grupo em estudo pode-se afirmar que a representação é de que casando dão início à tarefa de contribuição à continuidade que, no caso das camadas médias, assume uma conotação quase histórica.

4.3 A IMPORTÂNCIA DO “ESTUDO”

As mulheres ao sentirem vontade de trabalhar, estimuladas pela nova ordem proposta pelo processo de industrialização, perceberam que precisavam se preparar melhor, estudar, entrar para a universidade e ingressar em cursos antes direcionados ao universo masculino.

Para as mulheres do grupo pesquisado, estudar está ligado à possibilidade de mudança na vida pessoal e melhoria profissional.

“Eu até gostaria de estudar mais, mas pós-graduação e mestrado ficam mais difíceis. Porque qualquer curso envolve mais de 1.000,00 reais e a gente já tem encargo com os filhos. Para mim não me interessa mestrado nem doutorado, eu quero fazer cursos que tragam benefícios para meu consultório, então eu faço congresso”. (HELENA, entrevista concedida em 08/2006).

“Eu acho que se tivesse oportunidade faria mestrado, já tentei mas, não consegui terminar”. (SOFIA, entrevista concedida em 11/2006).

“Eu estou satisfeita, mas tenho o sonho de fazer mestrado”. (CAROLINA, entrevista concedida em 09/2006).

“Eu gostaria de estudar mais, mas Londrina não oferece mestrado dentro da língua inglesa específica então eu optei por estudar em casa, eu faço cursos em São Paulo, mas ainda penso em fazer mestrado”. (MARIA, entrevista concedida em 10/2006).

Os depoimentos nos sugerem a uma interpretação de que estas mulheres foram socializadas para exercer uma profissão. O projeto de vida das mulheres do grupo estudado não está ligado às necessidades de sobrevivência, mas tem um significado mais simbólico: desejo de identidade social, de uma vida mais autônoma não vinculada ao funcionamento da casa e dos seus habitantes. A grande aspiração das mulheres desse grupo é poder se definir por uma identidade pessoal e não mais como parte de um todo formado pela família e pela casa. (SAFFIOTI, 1976).

Porém, carregam consigo marcas de um código identitário de mulher esposa, mãe e dona de casa. Divididas ainda entre o profundamente incorporado com a identidade social de ser uma profissional introduz a necessidade de negociar o sucesso profissional com o equilíbrio familiar e afetivo. Para elas, esta possibilidade pode configurar uma ameaça de desencontro que elas preferem evitar.

Já em 1949 Margaret Mead afirmava: “quanto mais bem-sucedido é um homem em seu trabalho, mais certeza todos tem de que ele será um bom marido; quanto mais bem sucedida for uma mulher, mais receia-se que ela talvez não seja uma esposa bem-sucedida”. (apud OLIVEIRA, 1993, p.84). Vinte anos mais tarde, Martina Horner baseada em estudos referentes às representações e expectativas de cada sexo em relação aos papéis masculino e feminino, constata que uma das causas determinantes da falta de sucesso profissional das mulheres decorre do receio de que o seu êxito comprometa sua feminilidade e as ponha em perigo. (apud OLIVEIRA, 1993).

No entanto, embora ainda divididas entre seus papéis da vida privada e sua atividade profissional, a “mudança” que deve ser destacada aqui é que o século XX se caracteriza por uma forte progressão das matrículas e dos diplomas femininos e quando mais diplomadas, mais são favoráveis à atividade feminina e mais trabalham. Posto isso, não se pode interpretar o novo olhar dirigido ao trabalho feminino como efeito mecânico do desenvolvimento da formação feminina. Deve-se lembrar que, por muito tempo a escolarização secundária e superior das jovens coabitou com o ideal da esposa no lar. Mesmo quando prosseguiram os estudos, as jovens tinham como objetivo casar-se e dedicar-se aos filhos.

Talvez esta observação explique a não inclinação destas mulheres de uma geração ainda em transição não ambicionarem uma maior qualificação que aquela obtida na graduação, tendo em vista que ainda possuem traços patriarcais atravessados pelos traços modernos em sua identidade feminina³⁷.

4.4 PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA, RELIGIOSA E LAZER

Ao sair de casa para trabalhar a mulher percebeu que a realidade vai além dos muros de seu jardim. Compreenderam que há problemas que afetam ruas e bairros e que é pouco importante reclamar deles só com a vizinha do lado.

³⁷ Em **Raízes do Brasil**, Sérgio Buarque de Holanda, (1995) afirma que no Brasil a origem da sedução exercida pelas carreiras liberais vincula-se estreitamente ao nosso apego quase exclusivo aos valores da personalidade. E complementa que no trabalho não buscamos senão a própria satisfação, ele tem o seu fim em nós mesmos e não na obra: um *finis operantis*, não um *finis operis*.

No entanto, no grupo de mulheres de classe média de Londrina foi quase que unânime nos depoimentos a não participação na associação do bairro e participação política. Quanto às reuniões da comunidade acreditam ser importante mais não encontram tempo para participar, pois geralmente estas reuniões são à noite e alegam estar muito cansadas tendo em vista a jornada dupla.

“Não participo, acho importante, mas eu não tenho horário. Minha filha reclamou que eu estava trabalhando muito. Ela chegou e falou: - Mãe eu não quero ser dentista. Eu disse: - Por que? Ela respondeu: - Ah, porque dentista trabalha muito. Aí eu fui diminuindo. Diminui por que? Para outras atividades. O pessoal me chama...mas nunca dá certo”. (HELENA, entrevista concedida em 08/2006).

Interpretando o relato, a hipótese é de que a culpa sentida pelas mães por não se dedicar de forma integral aos cuidados com a casa e os filhos seja, de forma subliminar, percebida pelas filhas que, ao cobrarem a presença materna, reforçam os sentimentos das mães. Cria-se um círculo vicioso que termina por ajudar a incorporação por parte das jovens de que a tarefa primordial da mulher é cuidar dos filhos.

“Não. Mas eu procuro estar sempre informada do que esta acontecendo”. (CAROLINA, entrevista concedida em 09/2006).

“Não. Eu acho importante participar desde que não seja para criar confusão. Porque existe associações que só existe para reclamar. Eu gosto de solução”³⁸. (MARIA, entrevista concedida em 10/2006).

Apenas uma delas disse participar da associação do bairro. A seguir o seu depoimento:

“Participo sim. Na verdade eu não faço parte da diretoria nem nada, mas em algumas situações, principalmente com o meu trabalho como jornalista posso estar ajudando. Nós tivemos recentemente um problema com a empresa que queria se instalar no bairro que é estritamente residencial, de acordo com a lei de saneamento era

³⁸ (HOLANDA, 1995, p.177), afirma que “[...] não ambicionamos o prestígio de país conquistador e detestamos notoriamente as soluções violentas. Desejamos ser o povo mais brando e mais comportado do mundo. Pugnamos constantemente pelos princípios tidos universalmente como os mais moderados e os mais racionais. Fomos das primeiras nações que aboliram a pena de morte em sua legislação, depois de a termos abolido muito antes na prática. Modelamos a norma de nossa conduta entre os povos pela que seguem ou parecem seguir os países mais cultos, e então nos envaidecemos da ótima companhia. Tudo isso são feições bem características do nosso aparelhamento político, que se empenha em desarmar todas as expressões menos harmônicas de nossa sociedade, em negar toda espontaneidade nacional”.

uma universidade que ia gerar uma série de problemas para os moradores daqui. O bairro se mobilizou e eu participei oferecendo meu trabalho, colocando o pessoal da diretoria em contato com os jornalistas, fomos para a imprensa, isso teve uma projeção e a gente conseguiu". (MARINA, entrevista concedida em 12/2006).

Esta apatia³⁹, refletida nos depoimentos nos remete à herança da sociedade patriarcal já salientada neste estudo, na qual a mulher era totalmente desinteressada da vida política, pois isso cabia a seu marido. Pode-se, assim, caracterizar o comportamento das mulheres do grupo em estudo fortemente influenciado por essa herança em atribuir o mundo público aos homens e o mundo privado às mulheres. Analisa-se como apático e alienado o comportamento do grupo de mulheres de classe média de Londrina em estudo, em relação à realidade política e social externa ao seu lar.

No que tange a participação religiosa, é quase unânime entre as entrevistadas a participação mais efetiva, apenas uma afirma não ter religião. Talvez a explicação desta prática religiosa seja pelo fato de se encontrar nas escrituras bíblicas a confirmação da missão da mulher, além do mais a hierarquia no grupo familiar sob os moldes patriarcais se faz segundo o preceito bíblico de que o homem é a cabeça e a mulher o coração. A religião, como se sabe, reafirma os papéis femininos e o modelo de mulher submissa ao homem, dedicada à família e aos trabalhos domésticos. Há de se acrescentar que a religião católica e seus preceitos bíblicos não fornecem nenhuma saída para mulher, a não ser exercer os papéis domésticos.

É da natureza humana encontrar o consolo e refúgio na religião. "O medo da morte, a dor da vida, precisam de Deus e da fé em Deus, sejam quais forem suas manifestações para que as pessoas continuem a viver". (CASTELLS, 2003, p.10). As mulheres do grupo vêm na religião uma forma de se acalmarem e um auxílio na educação dos filhos. Religião para as mulheres do grupo é sinônimo de conforto e apoio, nos dois sentidos, ou seja, dar e receber. As mesmas têm uma preocupação acentuada em relação à questão religiosa, no sentido de qualificar as atitudes de compreensão e solidariedade que vão se desenvolvendo com frequência na idade mais madura.

³⁹ (HOLANDA, 1995, p.177-8) salienta que "[...] 'a separação da política e da vida social', atingiu, em nossa pátria, o máximo de distância, ou seja, formou-se aqui uma classe política artificial e estranha a todos os interesses nacionais. Dessa forma, há um costume tradicional do brasileiro de manter distância da política, a qual por aqui desde sempre apresentam programas e fórmulas que não passam de pretextos para a conservação das posições".

Já foi salientado no interior deste estudo que na era patriarcal, o tipo comum de mulher que prevalecia era a boa, generosa, devota. O mito da criação traz a maldição da mulher em gênesis:

Depois de comer do fruto proibido, Eva foi amaldiçoada: 'Multiplicarei os trabalhos de tuas gerações. Parirás com dor e buscarás com ardor o teu marido, que te dominará'. E a maldição também recai sobre Adão: 'Por haver ouvido a tua mulher, comendo da árvore que te proibi comer, com trabalho comerás da terra por toda a vida. Com o suor de teu rosto comerás o pão até que voltes à terra, pois dela viestes, já que pó eras e pó serás. (BÍBLIA... Gênesis, 1994, cap.3).

A mulher uma vez amaldiçoada no texto bíblico por sua curiosidade e desobediência e o trabalho imposto como uma maldição ao homem poderia ser uma das vias da compreensão do que caracteriza "ser homem" e "ser mulher" nos preceitos bíblicos. A mulher foi marcada como a que será dominada pelo marido e inaugura-se a partir daí a demarcação da diferença sexual e suas contradições. Assim, abrangendo mitos, teorias sociais e sexuais, postulados dogmáticos e científicos, o mundo caminha com progresso e contradições. As mulheres do grupo em estudo são católicas, a visão das mesmas é de que a mulher é elemento que acolhe e a imagem da "Virgem Maria" é o exemplo de mulher a ser seguido.

"Como mulher eu tinha o sonho de casar virgem, de ter 'um amor' na minha vida, por isso até o casamento eu me mantive casta, conforme manda a santa madre igreja. Mas este amor que eu escolhi não deu certo e as circunstâncias levaram ao fim do casamento. Então dali para frente eu me permiti a buscar o amor de uma forma mais livre sem me ater àquilo que a igreja pede". (REGINA, entrevista concedida em 07/2006).

Neste depoimento aparece também, implícita, a idéia de que só a partir do casamento (religioso) as moças teriam direito à prática da sexualidade. A idade em que a grande maioria das entrevistadas desse grupo se casou parece confirmar a hipótese. Educadas como foram entre 1960 e 1980, tinham como quase única a opção legítima para a vida sexual a procriação e o casamento. No relato de Regina, mesmo ela sendo a mais "jovem" das entrevistadas não faz parte das gerações atuais que desfrutam de maior "liberdade sexual". As relações pré-conjugais de hoje possibilitam a postergação do casamento, que não aparece para as novas gerações como a única forma de poderem viver suas sexualidades.

“Na minha religião católica tem presença muito forte de Maria, como mãe e como auxiliadora”. (HELENA, entrevista concedida em 08/2006).

“Eu colocaria a religião antes de tudo para a união da família. Depois que eu comecei a participar mais, minha família mudou, eu estou mais paciente e dando mais importância a afetividade”. (SOFIA, entrevista concedida em 11/2006).

“Eu acho que ela acalma, porque se você considerar que as mulheres têm os mesmos direitos que os homens isso vai gerar uma guerra. Eu acho que a religião me acalma, me mostra um lado da mulher mais doce, que você pode ser competente, mas pode continuar com sua doçura, com o seu papel de mãe, isso faz a diferença da mulher para o homem”. (CAROLINA, entrevista concedida em 09/2006).

“A minha religião influencia bastante. Eu acho que eu aprendi muito na minha concepção de mulher através da religião. Eu acho que a mulher é o fio central, onde a mulher coloca a mão as coisas acontecem, a mulher tem o poder de transformar em melhor, mas também em pior. Eu vejo que se eu ficar uma semana fora de casa todo mundo fica perdido. Eu penso que a mulher é um relógio que ajuda a casa funcionar”. (MARIA, entrevista concedida em 10/2006).

No relato de Maria a mulher aparece como “célula mater”, ou seja, a mulher nestes termos seria considerada como esteio da família, a posição de “mãe de família” é envolvida por um poder que extravasa o campo das relações familiares. As mulheres do grupo estudado julgam-se as grandes responsáveis pela reprodução social, obviamente dentro das especificidades de sua classe social. O trabalho da mulher na esfera privada nos tempos modernos seria, portanto, definido como “boa gerente do lar”, de fazer reinar a ordem e a limpeza, de ser a guardiã da saúde da família, de fazer tudo para que os filhos ascendam na pirâmide social. Longe de exibir ociosidade, ela nunca deve permanecer inativa, pois lhe são confiadas responsabilidades reconhecidamente primordiais em relação ao futuro dos filhos, da família e da nação.

Todavia, a ideologia dominante toma as mulheres como alvo principal nos discursos de exaltação da família, onde são celebradas como “rainha do lar”, com significação quase sagrada. “São discursos que reforçam a manutenção do *“status quo”*, procurando alimentar essa identificação da mulher com sua posição dentro do campo, isto é, a posição de dominada que se vê como dominadora”. (BRIOSCHI; TRIGO, 1989, p.89).

“Eu sou batizada e crismada pela igreja católica por vontade de minha mãe. Mas eu não rezo pra ninguém, pra nenhum santo, eu não acendo vela, eu não vou visitar ninguém em cemitério, eu até agora não sei de onde a gente veio e para onde a gente vai sabe?”. (MARINA, entrevista concedida em 12/2006).

É na religião que as mulheres encontram a confirmação da representação de predestinação de mãe, esposa e dona de casa. Como já explicitado desde a Grécia Antiga até as sociedades ocidentais, a igreja e o patriarcado foram desenhando e redesenhando o ideal de mulher que mais se encaixava a cada época. Dessa forma, os mesmos reforçam as representações das mulheres como devoção, docilidade, afetividade, vocação de mãe/esposa e dona de casa, não existindo por si própria não é considerada um indivíduo autônomo. “Uma mulher pode sempre ser feliz com a condição que não seja um ‘indivíduo’, mas o ser adorável que vive fora dela e para os outros”. (LIPOVETSKY, 2000, p.209).

Todas recorrem à religião com o objetivo de fazer o bem, de melhorar a qualidade do cotidiano. Com isso acreditam ganhar mais segurança na condução das próprias vidas e ter o poder que a fé lhes confere. Percebe-se que é dado grande valor à participação religiosa, embora ela aconteça de forma assistemática e permeada por desejos nem sempre alcançados.

Com exceção de Marina, quando indagadas sobre o que fazem nas horas livres, as entrevistadas que tem filhos dedicam-se à família enquanto que a primeira, aproveita para relaxar entre amigos. Seguem os depoimentos:

“Leitura é uma das coisas. Passear com o meu filho criar uma situação nova. Então acaba que meu tempo livre acaba sendo praticamente voltado para ele. Uma parte em reservo para minha intimidade, minha interiorização”. (REGINA, entrevista concedida em 07/2006).

“Gosto de ficar com as crianças, ir ao clube, ir ao cinema e comer pipoca com eles”. (HELENA, entrevista concedida em 08/2006).

“A gente sai para passear, quando não dá a gente senta e monta um jogo junto”. (MARIA, entrevista concedida em 10/2006).

“Eu saio bastante, vou para barzinho, tenho muitos amigos e todos gostam de sair. A gente se reúne na beira da piscina, a gente canta, gosto de fazer minha ginástica e meu inglês e passear com minha cachorra”. (MARINA, entrevista concedida em 12/2006).

Nos depoimentos percebe-se que embora essas mulheres se sintam realizadas e desenvolvidas na esfera profissional ainda estão muito envolvidas com a maternidade. As três primeiras dizem dedicar suas horas de lazer fundamentalmente aos filhos e desenvolver atividades voltadas aos interesses dos próprios. Portanto, há (re) elaboração do papel materno, mas não o abandono do modelo. A maternidade constitui uma fonte de associação simbólica da mulher ao domínio privado da vida. Desse modo: “como uma cultura poderia não dar um sentido fundamental à função de maternidade, não traduzir em sistema de valores e de modo de vida o fato de pôr filhos no mundo?”. (LIPOVETSKY, 2000, p.299). Portanto, a progressão das instituições que cuidam de crianças, a participação eventual mais ativa dos pais na vida doméstica não deve modificar em profundidade a destinação tradicional das mulheres aos papéis privados da vida.

O depoimento de Marina diferencia-se dos demais, sua maior “liberdade” pode ser atribuída ao fato de não ter filhos. A mesma utiliza seu tempo de forma mais livre que as mulheres que possuem filhos. Contrariamente ao modelo de mulher que prevalecia na sociedade patriarcal (FREYRE, 1992). Hoje as “novas mulheres” valorizam a estética da magreza. “Nunca as mulheres combateram tanto tudo que é flácido, gordo, mole. Já nas basta não ser gorda, é preciso construir um corpo firme, musculoso, tônico, livre de qualquer marca de relaxamento ou de moleza”. (LIPOVETSKY, 2000, p.133). De um lado, o corpo feminino se emancipou amplamente de suas antigas servidões, sejam sexuais e/ou procriadoras, mas do outro, esta submetido a coerções estéticas mais regulares, mais imperativas, mais geradoras de ansiedade do que antigamente.

4.5 ASPIRAÇÕES DE VIDA

Sobre as aspirações da vida adulta as respostas das informantes se dividem.

“Ó eu sempre sonhei em ser jornalista e consegui. Mas eu tenho planos que eu e o “Lu” (marido) colocamos entre 40 e 50 anos que é morar mais perto do mar, mas também queremos passar uns 2 anos fora do país. Eu e o “Lu” somos muitos parecidos, temos os mesmos gostos. Isso facilita para canalizarmos a

nossa energia para esse tipo de coisa. Estou realizada, mas eu tenho vontade de ter menos posse e mais prazer". (MARINA, entrevista concedida em 12/2006).

"Eu queria casar... mas não era qualquer casamento. Eu queria um "homem bom" e é isso que estou vivendo. Tem hora que você quer mandar tudo para "pá", manda nada você recomeça. Eu acho que está tudo bem". (MARIA, entrevista concedida em 10/2006).

A representação é que só a partir dessa união a mulher obtém o espaço material simbólico para viver a condição inerente ao sexo feminino. Portanto, passam a ser 'senhora fulano de tal', e passam a viver o que imaginam ser a sua própria vida. Evidentemente, aí está subentendida a idéia de um 'bom casamento', de uma aliança que, se não imediatamente, pelo menos num futuro próximo possa reproduzir a condição de vida que tem em casa dos pais. (BRIOSCHI; TRIGO, 1989, p.58).

Dessa forma, a escolha do parceiro será feita entre os que têm potencial para propiciar a reprodução social da família. Assim fica assegurada a homologia de classe.

Quanto à expressão "homem bom" no relato de Maria, Luz (1991), afirma:

Certamente há os 'bons maridos', os 'bons pais', os 'bons filhos', isto é, aqueles que correspondem às qualidades de soberania do homem. Mas o homem não precisa ser; 'bom', 'dar de si', para sobreviver. A bondade e a paixão são requisitos femininos de sobrevivência. Só a mulher 'degenerada' é cruel, impiedosa, egoísta. Só ela não vive para dar tudo de si aos outros. Mas ao homem resta um consolo e uma saída: o exercício do poder e a acumulação do saber, de razões. (LUZ, 1991, p.15-16).

"O que a pessoa sonha na vida? Ter uma família, um trabalho, amigos... eu acho que tenho tudo isso, tenho mais do que sonhei"! (CAROLINA, entrevista concedida em 09/2006).

"Eu me considero uma mulher feliz. Os objetivos que coloquei na época da faculdade foram atingidos. Sou uma mulher realizada, embora cansada... mas com certeza realizada". (SOFIA, entrevista concedida em 11/2006).

"Esta muito longe do que eu imaginava. Eu imaginava a coisa mais fácil, mas profissionalmente está muito difícil. Há muitas coisas materiais que você quer e não consegue. Eu acho que quando se é jovem imagina muita coisa... na

minha tentativa furou muita coisa. Tirando o econômico sou feliz, o companheiro é o que queria mesmo e meus filhos são maravilhosos". (HELENA, 08/2006).

"Plenamente inclusive antes do tempo. Quando me separei me propus metas, tinha metas para atingir até 40 anos. Há um ano atingi (com 36 anos). E só caiu a ficha a poucos dias. Porque me senti inquieta aí descobri que estava sem paixões. Quando meu casamento acabou eu disse: - É um capítulo da minha vida que acabou. Quais são as metas agora e fui em frente". (REGINA, entrevista concedida em 07/2006).

Através dos relatos pode-se argumentar que é pelo casamento que elas adquirem o território para gerenciar o espaço simbólico para dar sentido às suas existências, gerando filhos e reproduzindo o grupo social. Tendo em vista que quando solteira, cabe à mulher apenas um papel secundário dentro da família, uma vez que não pode, legitimamente, contribuir para a reprodução. O casamento entendido como uma aliança institucionalizada passa a ser marco na vida das mulheres.

Os depoimentos sobre as aspirações de vida se dividem, Marina quer menos recursos materiais e mais prazer, Helena quer mais retorno financeiro de sua profissão, Carolina, Sofia e Maria estão realizadas por terem sonhado com trabalho, casamento e família e dizem ter conseguido mais do que sonharam. Regina a mais jovem delas é uma mulher que retrata os signos da modernidade, é divorciada, independente e pauta sua vida através de metas para seu desenvolvimento pessoal e material.

Pode-se dizer que essas mulheres vivenciam muitas ambigüidades⁴⁰, suas práticas se pautam por representações de traços patriarcais entrecruzados com traços de modernidade. (OLIVEIRA, 1993). No entanto a ambigüidade só é perceptível àquele que observa de fora, pois a pessoa ambígua não consegue identificar ou discriminar contradições que se traduzem em suas atitudes e comportamentos. "A ambigüidade é um tipo particular de identidade ou de organização do eu que se caracteriza pela existência de múltiplos núcleos não integrados que podem, por conseguinte, coexistir e alterar-se sem implicar confusão ou contradição para o sujeito". (OLIVEIRA, 1993, p.76).

A identidade da mulher brasileira na era patriarcal, em especial as de classe média, foi marcada por características de recato social, docilidade,

⁴⁰ Ambígua: É a pessoa cujo comportamento se presta a diferentes interpretações e provoca, por conseguinte, dúvida, incerteza e confusão. (OLIVEIRA, 1993).

religiosidade, devoção à família, desinteressada e alheia ao mundo, estudo voltado à arrumar um marido, caseira e que chamava seu marido de “senhor”. Por volta de 1960 houve uma contestação generalizada da mulher sem profissão. Em 1963, o livro de Betty Friedan, “A mulher mistificada”, que teve 1,5 milhões de cópias vendidas teve efeito de um choque cultural ao destacar o mal estar da dona de casa dos grandes subúrbios americanos, suas angústias e frustrações. (OLIVEIRA, 1993).

A partir daí a imagem da esposa e da mãe na casa encarnava um sonho coletivo: torna-se sinônimo de pesadelo para as novas mulheres em revolta. Nesse impulso, a opinião pública evoluiu muito no sentido de aprovação do trabalho profissional da mulher. Nos anos 1960 o trabalho das mulheres casadas era identificado como uma atividade imposta por condições materiais difíceis, sendo assim incapaz de fundar uma identidade plena. Portanto, o ideal da “fada do lar” foi gradativamente cedendo seu lugar para uma mulher “multifacetada”, aquela que é menos marcada pelo espírito do devotamento, é mãe, chefe de família, esposa, dona de casa e profissional. Possui um envolvimento mais profundo, mais identitário na vida profissional e mais emancipada em relação aos costumes tradicionais.

É nesta ambigüidade que se situam as mulheres do grupo em estudo, além de estudarem e assumirem uma profissão para estarem de acordo com os signos e exigências da modernidade, administram suas próprias casas depois de casadas. Como já vimos nos depoimentos, elas já se ocupavam dessas funções quando crianças. É possível compreender o exercício da “dupla jornada de trabalho” das mulheres também através da forma ritualizada que elas assumem a preparação para a vida futura. Suas avós e mães diziam: “Quem não sabe fazer não sabe mandar”. Portanto, estar preparada para o casamento não é propriamente uma questão de idade e sim o domínio sobre os afazeres domésticos, pois a mesma vai ter que cuidar de uma casa, dos filhos e marido conforme antigos valores, claro que (re) significados.

Nos depoimentos pode-se inferir que o casamento foi para esta geração de mulheres uma das aspirações de vida, uma vez casadas sentem-se realizadas. Entre as contradições dos antigos e modernos valores essas mulheres tentam responder as diferentes e contraditórias mensagens que elas recebem e incorporaram da sociedade moderna.

4.6 O TRABALHO DOMÉSTICO

É necessário salientar que fatores de permanência e regularidades pautaram desde sempre a existência feminina, “legitimadas em nome das injunções naturais que serviram de explicação à relação de poder e hierarquia em que as mulheres representam o pólo dominado”. (OLIVEIRA, 1993, p.40).

É sobre o pano de fundo dessa dominação que o humano se constrói em oposição à natureza, ao passo que o feminino se constrói pela assimilação das mulheres à natureza. O século XX preparou, porém, uma surpresa a essa imutabilidade, quando as mulheres foram sendo inseridas no mercado de trabalho tal qual os homens. Quando isto ocorre desnuda-se a insolúvel solidariedade entre a natureza e cultura.

Somos contemporâneos de uma revolução, pois foi no século XX que a ciência profanou a imutabilidade do feminino. A descoberta da contracepção introduziu a liberdade cultural onde antes só se conhecia fatalidade natural, permitiu às mulheres, pela primeira vez, separar prazer e procriação. “Essa brecha que se abre na existência feminina abala todo o edifício da relação entre os sexos. As conseqüências sociais e morais da prática generalizada de contracepção vão introduzir no espírito feminino a mais subversiva das convicções: o nosso corpo nos pertence”. (OLIVEIRA, 1993, p.42).

O questionamento de um arcaísmo fundamental como o da hierarquia social não pode ser reconstituído através de esquemas explicativos, ligando causa e efeito. Entrelaçam-se inovações no plano das técnicas e relações de produção, descobertas científicas e mutações tecnológicas, alterações importantes dos quadros de referência sócio-cultural e emergência de novas aspirações, valores e formas de conduta, que induzem a entrada progressiva das mulheres no espaço público. Apareceram fissuras e rupturas onde antes só se viam passividade e conformismo. O modelo incontestado da superioridade branca, ocidental, adulta e viril, caiu por terra. Inicia-se o questionamento do paradigma da hierarquia sexual baseado no costume patriarcal de dominação das mulheres pelos homens.

A contribuição de Oliveira (1993) se faz importante aqui para compreensão desta dificuldade pessoal das mulheres no exercício de uma profissão com as representações sobre o que significa ser mulher e que estão profundamente

incorporadas. Na verdade, foi a entrada das mulheres no mercado de trabalho que gerou a desvalorização da vida no lar, quebrando por vez a antiga identidade feminina, centrada na idéia de que a mulher se realiza nos papéis domésticos. Portanto, no decorrer dos anos 1960 as mulheres investem no espaço público. Mas é justamente na busca da igualdade ao mundo dos homens que elas vão esbarrar em obstáculos que, até hoje, as colocam em crise com sua identidade feminina.

No esforço de se ajustarem ao novo perfil que emerge da ruptura de sua antiga identidade, as mulheres se vêem obrigadas a tentar tornar compatíveis dois estilos de vida, dois registros intelectuais e afetivos, dois modelos de conduta cotidiana. Definidas por uma norma e um modelo que lhe são impostos, elas têm de aceitar o paradoxo do universal e do particular, colocado por uma sociedade que as universaliza como produtoras e as particulariza como mulheres. É nesta possibilidade de opção que abre terreno para o conflito: como optar entre a importância do papel de mãe e dona-de-casa, apoio e base da estrutura familiar e trabalhar fora, buscar uma identidade além dos limites do doméstico e do privado?

Em Brioschi; Trigo (1989), encontra-se uma importante contribuição a essa questão. Salientam as autoras que o conflito surge a partir das exigências para o cumprimento das funções de mãe e dona-de-casa tal como foi incorporado pelas entrevistadas: exigindo uma dedicação integral de seu tempo. Isso é incompatível com o trabalhar fora. Em outras palavras, imbuídas, de uma função feminina que só pode ser desempenhada com a presença constante da mulher no recinto da casa, em que o elemento básico de sucesso no papel é dar exemplo de forma contínua, não há possibilidade de conciliação com outra tarefa que vai exigir, exatamente, que a mulher se ausente de casa por determinados períodos. Desse modo, afirma-se que também no grupo estudado, ocorre a mesma situação constatada pelas autoras citadas como segue:

Uma conjuntura social que trouxe em seu bojo novos valores e outras oportunidades entrou em conflito com o profundamente incorporado, com o *'habitus'* primeiro das entrevistadas. (BRIOSCHI; TRIGO, 1989, p.64).

No primeiro e segundo capítulos deste estudo demonstraram-se as principais reflexões teóricas desenvolvidas na sociologia sobre os papéis designados à mulher e o direcionamento que, desde a infância, é feito para que ela

se coloque em posição inferior ao homem na organização social. Existe uma tendência cultural em se considerar o trabalho doméstico como destino natural da mulher. Em um país como o Brasil onde o desemprego é crônico, não há interesse em modificar este estado das coisas. Pelo contrário, a manutenção do mito da mãe disponível para os filhos e marido em sua casa é importante. No entanto, quando muda o desenvolvimento econômico do país modifica-se a situação. Dessa forma, meios são colocados em andamento para liberar a mulher e incorporá-la na produção. Todavia, na realidade, isso tem significado uma sobrecarga de duplo trabalho e não sua liberação.

Como já dito, busca-se detectar nos depoimentos estes elementos na vida cotidiana do grupo de mulheres estudado e como estas interpretam o seu trabalho doméstico. Há uma preocupação central para essas mulheres: “as dificuldades, as concessões e as conciliações necessárias para que se possa ser cumprido o destino de uma mulher”. (BRIOSCHI; TRIGO, 1989, p.49). Dessa forma, a representação de que a identidade feminina vincula-se às funções de mãe e esposa foi fator comum a todas as entrevistadas e mesmo Marina, que não possui filho, interpreta que se optar por ter filho enquanto mulher será a mais exigida.

O trabalho doméstico distingue-se dos outros trabalhos numa sociedade por ser privado e por confundir-se com o papel da mulher na família. Assim, produtos como roupa lavada, comida, limpeza da casa, cuidado com os filhos não são produzidos para o mercado, por isso são considerados sem valor monetário.

É entre as próprias mulheres que se formam as redes de solidariedade para realização dos afazeres domésticos e cuidados com os filhos, levando em conta que os homens em nossa sociedade de um modo geral, independente de classe social, aparecem nos depoimentos deste estudo como “ajudantes”.

Dentre as mulheres estudadas três possuem empregadas domésticas fixas, uma possui faxineira, uma está sem faxineira no momento e outra faz sozinha as tarefas domésticas. Dedicam em média de 2 a 4 horas diárias aos afazeres domésticos.

“Eu tenho duas empregadas. Uma lava, passa e cozinha, a outra limpa e me ajuda a cuidar do Mateus (filho menor). Mas há coisas que todos fazem lá em casa, tirar a mesa, empilhar, nós todos fazemos, pai, mãe e filhos. Eu não sou

de se a empregada não está eu não faço nada. Adoro cozinhar e acho que todo o trabalho confere dignidade a gente". (MARIA, entrevista concedida em 10/2006).

No depoimento pode-se inferir que mesmo possuindo empregada doméstica a mulher profissional não delega completamente as funções que são incorporadas como suas. Desse modo, quando diz que todos colaboram com os afazeres domésticos ela reproduz a simbologia cultural que na esfera privada se estrutura em torno de relações afetivas, obedece a contratos não escritos de ajuda mútua, não remunerada e não ser pela reciprocidade.

"Se eu trabalho 8 horas, eu acho que umas 5 eu dedico aqui, colocar uma roupa para lavar, recolher uma roupa, uma varrida geral aqui em casa quando estou sem faxineira. Agora almoço e janta sou eu que faço". (MARINA, entrevista concedida em 12/2006).

Pode-se perceber a coexistência dos dois mundos, o da esfera privada e a do espaço público. O tradicional e o moderno entrecruzando-se no cotidiano da mulher. Reflete a imagem "de quem tenta fazer coexistirem em si desejos que se anulam e se superpõem sem integração possível – alguém que se desloca de um desejo a outro, de uma existência a outra, de uma personalidade a outra, em um esforço desesperado de ser tudo ao mesmo tempo". (OLIVEIRA, 1993, p.88).

"Eu sou uma administradora mesmo. Eu não sou uma patroa que deixa por conta. Eu deixo elas bem à vontade, mas tem uma "tabela" em casa e eu falo que a gente trabalha em conjunto. Eu sei onde estão minhas panelas, qual que está faltando o cabo. Porque tem gente que não sabe onde está sua tuperware. Eu delego na minha casa onde guarda a tuperware. Sacolão e supermercado eu que faço. Agora banco eu deixo para meu marido. Pagar é com ele, eu não gosto. Agora administração doméstica sim". (MARIA, entrevista concedida em 10/2006).

O depoimento de Maria reafirma os valores tradicionais incorporados pelas entrevistadas. Para a mesma cabe à mulher tomar conta da casa, dos filhos e do marido e do controle da casa. Para o homem cabem as funções externas como a de pagar as contas do lar. Portanto o discurso sobre a casa é fundamentalmente um discurso feminino, feito pelas mulheres. A casa é um espaço feminino, que confere identidade cultural às mulheres, em contraposição à vida na rua.

O exercício do trabalho remunerado não as libera das tarefas domésticas. Sentem-se como as principais responsáveis pela organização do lar. Os

filhos, os maridos e as empregadas domésticas aparecem como auxiliares das mesmas que, nos depoimentos, chegam a naturalizar o *lócus* doméstico como responsabilidade feminina. Afirmam que gastam em torno de 2 a 4 horas diárias na organização do lar entre dar atenção ao marido, filhos e algumas tarefas que realizam. Tudo que diz respeito à administração do lar é tarefa delas e não das empregadas domésticas, a exemplo do sacolão, supermercado e atividades extracurriculares dos filhos.

Regina relata que combina seus horários com os do filho, por isso não trabalha de manhã e exerce sozinha a tarefa do lar.

“Como eu tenho horários flexíveis, eu posso me dar este luxo”. Então minha jornada no escritório é a mesma que a jornada do Lucas (filho) na escola. Mas muitas vezes acaba acontecendo de chegar a casa dar janta, colocar para tomar banho, dar atenção, por ele para dormir e ir para o computador”. (REGINA, entrevista concedida em 07/2006).

O depoimento de Regina revela uma mulher “multifacetada”, a percepção de que em nenhum momento e em nenhum lugar se está inteira. A situação vivida elas mesmas ajudaram a criar quando reivindicaram o acesso aos papéis masculinos, sem exigir a contrapartida uma mudança equivalente e concomitante que seria o acesso dos homens aos papéis femininos, que se instaurasse de fato a polivalência para os dois sexos. (OLIVEIRA, 1993, p). No seu cotidiano Regina usa a estratégia de trabalhar apenas no horário escolar de seu filho no sentido de conciliar as fontes de conflito entre suas funções privadas e profissionais.

“Olha por eu gostar muito de organização e limpeza, quando eu limpo a casa eu até gosto, eu não gosto de cozinha. Mas a gente sabe que no outro dia está tudo bagunçado de novo. Na verdade o trabalho doméstico de lavar e passar é muito chato. Para mim a casa não me cansa por que tenho meu trabalho. Lá em faço bastante coisa, mas a casa fica equilibrando entre um e outro. Hoje por exemplo, eu lavo tudo na máquina, mas passar eu não passo porque a faxineira passa, no mais são as coisas do dia-a-dia não tenho escolha...tenho que fazer”. (HELENA, entrevista concedida em 08/2006).

Neste depoimento, os afazeres domésticos não são vistos como trabalho, mas como uma função específica das mulheres. A dupla jornada da mulher é considerada natural.

Todas as entrevistadas partilham de uma mesma visão sobre sua participação e atuação na sociedade: sem um espaço para desempenhar as funções que as definem como mulher (mãe, esposa e dona-de-casa) não teriam identidade social, não se sentiriam legítimas diante de si e dos outros. Portanto, a percepção é de que “ser mulher”, ter uma existência plena como mulher é desempenhar durante a vida funções que incorporaram como sendo definidoras da condição feminina. (BRIOSCHI; TRIGO, 1989).

É na família que recebemos o ‘*habitus*’ primeiro, um conjunto de modos que correspondem o que é “ser homem” e o que é “ser mulher”. Em outras palavras,

Desde a mais tenra idade, as crianças são imbuídas de códigos de comportamento socialmente determinados para seu sexo. São criadas para serem homens ou mulheres. É assim que as meninas são levadas a incorporar o que socialmente se convencionou ser o comportamento feminino, a identificar-se como mulher, qualquer que seja sua classe social. (BRIOSCHI; TRIGO, 1989, p.50).

“É engraçado a moça da limpeza é mais despachada. Mas a outra liga no meu celular para dizer que não fez o molho porque não tinha molho de tomate ou não fez o suco porque não tinha limão. Eu digo: - Bate na porta do vizinho e empresta, faz um chá, toma a iniciativa. O que não pode é deixar de fazer. Eu também preciso melhorar, sou muito centralizadora, tudo eu faço, então ela fica insegura. Às vezes eu viajo, mas deixo tudo escrito à geladeira fica parecendo um mural”. (Maria, entrevista concedida em 10/2006).

O depoimento de Maria revela que, embora seja respaldada por auxiliares, essa relação não se dá sem conflito, pois no comando a entrevistada dificulta a autonomia de suas ajudantes. Dessa forma, já que o lado econômico está assegurado, as atenções e preocupações volta-se para o plano simbólico. Afinal, a entrevistada desejaria estar e não estar ao mesmo tempo em casa ou no trabalho.

“A organização doméstica sempre foi tarefa minha. Eu acho muito prazerosa. Adoro cozinhar e me realizo cozinhando”. (CAROLINA, entrevista concedida em 09/2006).

No depoimento de Carolina é possível desnudar a primeira impressão de que as mulheres da classe média em estudo estão imbuídas de uma

nova representação de mulher e de um novo papel a ser desempenhado pelo sexo feminino na sociedade. Uma análise mais aprofundada, porém, deixa entrever que continua a ser significativa nas representações destas mulheres a ambivalência sobre a posição da mulher. Apesar de, em certos aspectos, terem sido atingidas pelas transformações e modernizações ocorridas no plano social, o profundamente incorporado por elas foi que as atividades domésticas parecem estar inscritas em sua natureza.

“Eu fico com a maior parte da administração do lar. Eu acho que as tarefas domésticas precisam ser feitas com tempo senão acaba virando fardo. Eu faço sacolão, supermercado e levo minhas filhas à patinação”. (SOFIA, entrevista concedida em 11/2006).

No depoimento de Sofia é possível perceber valores tradicionais interiorizados. No centro da cultura patriarcal há ênfase ao papel da mulher no que diz respeito à atenção e ao cuidado do outro, à proteção da vida, à valorização da intimidade e do afetivo, à gratuidade das relações. A entrada das mulheres na esfera pública revestiu-se de problemas e dificuldades, especificamente a sobrecarga material advinda da dupla jornada de trabalho. Portanto, parece que ao assumir a dupla jornada de trabalho e a sobrecarga de tarefas materiais, as mulheres tropeçaram na ambigüidade reveladora da dupla mensagem, das injunções contraditórias. (OLIVEIRA, 1993).

4.7 O TRABALHO NA ESFERA PÚBLICA

É importante salientar que, se a infância e juventude das entrevistadas foram vividas em um período em que os valores vigentes em seu grupo social atribuíam à mulher um papel inspirado em cânones tradicionais, elas se tornaram adultas em épocas de grandes mudanças sociais. A partir de 1960, novas alternativas se apresentam para a mulher. A principal é que o destino feminino não está irremediavelmente ligado ao universo doméstico e às funções de mãe e esposa. Ela pode aspirar ao exercício de um papel no âmbito público.

A “mudança” proporcionada pelo trabalho remunerado traz, contudo, o valor de trabalhar fora como uma aspiração, uma necessidade para esta geração.

Foi nesta geração que as mulheres conheceram os métodos anticoncepcionais que lhe deram a possibilidade de planejar o número de filhos. Dessa forma, entre as mulheres pesquisadas nenhuma demonstrou querer que as coisas voltem a ser como antes.

As três últimas décadas foram anos “heróicos” da geração-exemplo que não deixou escapar nada: teve acesso ao estudo, ao trabalho assalariado, à participação política. “Somos, portanto, contemporâneos de uma geração com uma face voltada para casa e outra para a rua, ou seja, as mulheres fazendo um esforço de androgenia”⁴¹. (OLIVEIRA, 1993, p.54). Esforço de sobrevivência em um tempo de ruptura de um código cultural milenar. Esta ruptura teve um preço que as mulheres estão pagando sozinhas, devido à permanência de seus papéis tradicionais na esfera privada. Na verdade, o papel de cada ator social é desempenhado em interação com um outro, baseados numa relação de troca e reciprocidade. Portanto, em se tratando de papéis sociais, quando um papel muda, muda o outro que depende dele para se definir. Contrariando tudo isso o papel feminino mudou sem que o papel masculino fosse fundamentalmente tocado. (OLIVEIRA, 1993).

As mulheres passaram à fronteira do mundo dos homens escamoteando a lado feminino da vida. Enfrentaram a concorrência no espaço público carregando consigo, escondidas, as raízes do espaço privado. Neste sentido,

Concorrência desleal para elas, mas assumida pelas mulheres com coragem. Procuravam assim corresponder ao novo perfil de mulher que emergia da agonia de um paradigma. Obedeciam a uma mensagem dupla e contraditória: “para ser respeitada pense, aja e trabalhe como um homem; mas para ser amada continue sendo mulher. “Seja homem e seja mulher”. (OLIVEIRA, 1993. p.55).

Seguem os depoimentos sobre o trabalho na esfera pública do grupo das mulheres de classe média em Londrina:

“Eu brinco que ele é meu casamento, como um bom marido. Ele me dá tudo que eu preciso e de quem eu tiro toda satisfação. Mesmo que tenha que trabalhar até mais tarde, mesmo que eu tenha que fazer alguma coisa extra. Então

⁴¹ Androgenia: Hermafrodita de aparência sexual indefinida. (OLIVEIRA, 1993).

eu brinco que ele é meu novo marido, me dá plenitude, me dá retorno e eu gosto do que faço". (REGINA, entrevista concedida em 07/2006).

"Ah eu acho que é muito importante para mim, que me faz sentir útil para a sociedade. Eu gosto e me realizo muito". (HELENA, entrevista concedida em 08/2006).

"Acho o meu trabalho uma realização pessoal. O curso que fiz é muito extenso. Eu fiquei 6 anos na faculdade e 5 anos me especializando. Então eu acho que é uma realização pessoal". (SOFIA, entrevista concedida em 11/2006).

"Ele me realiza. Claro que ser mãe é mais importante". (MARIA, entrevista concedida em 10/2006).

"Eu adoro minha profissão". (MARINA, entrevista concedida em 12/2006).

Neste grupo de classe média da cidade de Londrina, o trabalho feminino não está ligado apenas às necessidades de sobrevivência, mas tem um acentuado significado simbólico: desejo de identidade social, de uma vida mais autônoma não vinculada ao funcionamento da casa e dos habitantes. A grande aspiração das mulheres desse grupo é poder se definir por uma identidade pessoal. (BRIOSCHI; TRIGO, 1989).

Estas mulheres não abrem mão da conquista da profissão. Quase todas, com exceção da mais nova do grupo, Regina (36 anos), têm em torno de 20 anos de experiência profissional e via de regra realizam uma "dupla jornada". As mesmas se consideram felizes e não abririam mão do exercício da profissão. Sentem dificuldades em manter os papéis tradicionais impostos pelo sistema patriarcal, ora reclamam de cansaço ora os defendem com veemência. Percebem-se, assim os conflitos e as ambivalências vividas pela coexistência de antigos e tradicionais valores.

Foram muitas as mudanças ocorridas nestas três décadas passadas e sabemos que no mundo moderno as transformações ocorrem num tempo rápido demais devido às inovações tecnológicas. As mudanças econômicas, sociais e culturais não caminham de forma linear. O capitalismo ao se engendrar no mundo ocidental combinou-se com o sistema patriarcal para alijar o sexo feminino. Portanto, o que acontece com as mulheres de 30 a 50 anos – a exemplo do grupo de mulheres em estudo – é que vive um tempo de conflito e crise do significado do que "é ser mulher" nos dias atuais.

Como reconciliar a vida privada com a vida profissional? Como encarar esse duplo encargo de trabalhar fora e ainda ser a principal responsável pela administração do lar? Com o sistema patriarcal ainda vigente, a mulher se vê entre duas funções inconciliáveis. Os homens não estão preparados e muitas vezes ficam inseguros frente a tantas reivindicações das mulheres, pois não querem mais ser mães-empregadas que asseguram o cuidado material aos filhos, esposas-empregadas que cuidam da casa, trabalhadoras-empregadas que executam as tarefas subalternas. O que é “ser mulher” hoje? A impressão que elas deixam é que vivem no meio do caminho, num equilíbrio instável e precário entre dois mundos.

4.8 A DUPLA JORNADA: O TRABALHO REMUNERADO E O TRABALHO DOMÉSTICO

O exercício simultâneo dessas duas atividades naturaliza-se nas falas das entrevistadas. A identificação dessas mulheres com o trabalho doméstico é produto da cultura internalizada por elas a partir de “uma moldura de sociabilidade dotada de constituição historicamente inconsciente”. (SCHOLZ, 1996, p.36).

Vivemos em uma sociedade de formação patriarcal onde o espaço privado significa área de atuação feminina e o espaço público área de atuação masculina. Dessa forma, na estrutura cultural brasileira, a mulher ideal seria uma espécie de recosto social para o homem público. Percebe-se então, que em sociedades com permanência de valores patriarcais há um divórcio entre vida pública e vida privada. A mulher ainda continua sendo convencida de que compete a ela administrar o lar e, ao homem, dominar as coisas públicas. Desse modo, “atribuiu-se à mulher uma definição de ente natural destinada pela natureza a não ser mais do que dona de casa, mãe e esposa, devendo subordinar-se ao homem por sua fraqueza corporal, de raciocínio e de caráter”. (SCHOLZ, 1996, p.25).

Essa socialização feminina que foi se formando ao longo dos tempos levou as mulheres, através de gerações, a internalizarem os papéis domésticos como sua função natural. Assim, contraditoriamente, se, por um lado a mulher de classe média exerce atualmente uma profissão, por outro, vê-se presa ao seu papel tradicional de dona de casa.

O trabalho remunerado da mulher e o acesso às atividades e formações de outrora reservado aos homens faz parte de mudanças de um conjunto mais amplo, que configuram três fenômenos de fundo:

O poder feminino sobre a procriação, a 'desinstitucionalização' da família e a promoção do referencial igualitário no casal. O que equivale a dizer que uma nova fase na história da vida doméstica e econômica das mulheres. O que manifesta concretiza, mais profundamente, uma ruptura histórica na maneira pela qual é construída a identidade feminina, bem como as relações entre os sexos. (LIPOVETSKY, 2000, p.231).

Dessa forma, pode-se inferir que a época atual iniciou uma transformação sem precedentes no modo de socialização e de individualização da mulher, a generalização do livre governo de si. De agora em diante é um novo modelo que comanda o destino social da mulher. Novo modelo que se caracteriza pela sua autonomia em relação à influência tradicional ditada pelo sistema patriarcal.

Até nossos dias, a existência feminina se ordenou em função de caminhos sociais "naturalmente" pré-traçados: casar, ter filhos e exercer tarefas subalternas. Essa época termina sob nossos olhos: com a mulher no exercício de uma profissão, o destino feminino entrou pela primeira vez da imprevisibilidade. O que estudar? Qual profissão escolher? Que plano de carreira adotar? Casar ou viver em concubinato? Divorciar-se ou não? Ter quantos filhos e em qual momento? Trabalhar em tempo integral ou parcial? Como conciliar a vida profissional e vida maternal? Tudo na existência feminina tornou-se escolha, nenhuma atividade está em princípio fechada às mulheres. Nada mais fixa seu lugar imperativamente na ordem social, elas agora tal qual os homens estão entregues ao imperativo moderno de definir e inventar sua própria vida. (LIPOVETSKY, 2000).

No entanto, seria forçoso constatar que os dois gêneros se encontram, no presente, em uma situação "estruturalmente" similar. Não somos testemunhas de um processo da distância assimétrica entre as posições dos homens e das mulheres, mas de um processo de igualdade das condições dos dois gêneros, uma vez que está em curso uma cultura que consagra, tanto para um quanto para outro sexo, o reino do governo de si, da individualidade soberana sem modelo social diretivo. "A liberdade de se auto-dirigir se aplica agora, indistintamente, aos dois gêneros, mas se constrói sempre "em situação", a partir de

normas e de papéis sociais diferenciados, sobre os quais não há nenhuma indicação de que estejam destinados a um futuro desaparecimento”. (LIPOVETSKY, 2000, p.239).

As mulheres do grupo de classe média de Londrina se percebem exercendo a dupla jornada de trabalho. No entanto, não rompem com esta prática, tendo em vista que todas fizeram parte de um processo de socialização com fortes padrões patriarcalistas. Algumas assumem a condição de forma até heróica como no relato a seguir.

“Eu acho que a mulher tem muito mais condição de encarar essa dupla jornada do que o homem. Porque acho que emocionalmente nós temos mais preparo que eles. É como o bebê: ele está engatinhando e de repente fica em pé... Eu acho que a mulher está fazendo isso. Na evolução social nós estávamos engatinhando e de repente ficamos em pé. E o homem sempre fez a mesma coisa ao longo dos séculos. Para o homem é difícil pensar em cuidar de uma casa, fazer supermercado e ainda trabalhar fora. Do nosso mundinho, nós fomos para o mundão. Eles estão do mundão e estão tendo que vir de fora para dentro”. (REGINA, entrevista concedida em 07/2006).

O tom de orgulho e desafio do depoimento acima afirma a idéia de que a mulher tem realizado bem uma tarefa que estava além de seu campo de ação, terreno este que para elas pertencia aos homens. Desse modo, Regina, fala de um devir de inauguração de relações humanas em que a aceitação das diferenças sem desigualdade reconcilie homens e mulheres e ponha fim aos desencontros das mulheres consigo mesmas.

“Eu acho que para a mulher é muito mais difícil. Mesmo para mim que a gente divide um pouco mais. Tem dia que eu estou muito cansada. É complicado, mas ao mesmo tempo eu não queria ficar só em casa. E também não gostaria de só trabalhar fora e deixar tudo por conta deles, eu também não ia me sentir honesta. Não tem como não ter duplo encargo se você trabalha fora. A não ser que você tenha empregada o tempo todo. Eu não sei como você poderia resolver”. (HELENA, entrevista concedida em 08/2006).

No depoimento de Helena pode-se perceber que as mulheres querem mudar de vida, mas temem as conseqüências da mudança. Tem medo de questionar sua auto-imagem tradicional sem a certeza de encontrar outra mais satisfatória por meio de sua inserção no mundo do trabalho. Têm medo de não

estarem mais em condições de desempenhar seu papel de alicerce emotivo e afetivo da família sem a certeza de encontrar compensações em suas atividades profissionais.

“As vezes eu brinco que esta revolução feminina veio trazer problemas, porque na verdade veio somar e não dividir”. (SOFIA, entrevista concedida em 11/2006).

O depoimento de Sofia revela com precisão que as conquistas feministas não atingiram fundamentalmente os papéis tradicionais direcionados aos homens e às mulheres, não havendo esta contrapartida não ocorreu também a partilha das atividades privadas, em consequência o ônus da dupla jornada de trabalho permaneceu com as mulheres. As mulheres que exercem atividade profissional vivenciam como problemática essa coexistência da lógica da vida pública e da privada.

“Já me disseram que a mulher achou que ia ser melhor quando ela foi trabalhar fora, mas ela só se prejudicou, sobrecarregou. Faz tanto tempo que eu faço essa dupla jornada... mas agora o serviço diminuiu porque os filhos cresceram e está menos pesada essa dupla função, então eu acho que foi válido, foi necessário”. (CAROLINA, entrevista concedida em 09/2006).

A fala “sofrida” de Carolina revela que, devido a sua socialização, a representação de papéis femininos como mãe, esposa e dona de casa está inscrita em sua natureza por onde quer que atue. Se o estereótipo da mulher no lar desmoronou por que o lugar preponderante da mesma na esfera familiar perdura? Evocar o princípio da inércia cultural não basta em sociedades pautadas pela busca de novas formas de identidade. Em resposta a essa questão, as mulheres insistem na “má-vontade” dos homens de encarregar-se das tarefas da casa. Portanto, envolvimento feminino na família e descompromisso dos homens apegados as suas “vantagens adquiridas” deveriam ser pensados juntos. (LIPOVETSKY, 2000).

“Eu acho que é uma coisa cultural. Pensa bem eu durmo 6 horas por noite. E trabalho diariamente de 8 a 15 horas. Trabalho 9 horas semanais com as aulas, mas o tempo que estou em casa eu estou lendo ou estou atendendo uma criança na tarefa ou estou vendo com a empregada sobre a limpeza de uma marquilha na porta...é isso”. (MARIA, entrevista concedida em 10/2006).

No depoimento, pode-se inferir que Maria, por ter cinco filhos, sente-se totalmente responsável por suas vidas, sua saúde, sua segurança, sua

inteligência, sua vida emocional e criatividade, até mesmo seu sono. Como é possível vivenciar isso, sem sequer ter o direito a dormir sem interrupções? Mesmo compartilhando situações diferentes, sendo mães ou não, pertencendo a essa ou aquela classe social, as mulheres não escapam aos efeitos formadores de uma mesma coletividade.

“Eu acho natural, porque é a gente que pega essa responsabilidade. É culturalmente nossa coisa de determinar, de fazer, comprar. Eu acho que culturalmente o lar é da responsabilidade da mulher. Não que tenha que ser, mas culturalmente a gente já nasce com isso. Vem com a gente essa coisa da casa, do lar”. (MARINA, entrevista concedida em 12/2006).

Como se observa, os papéis domésticos são naturalizados, inscritos em uma tradição: o “lugar da mulher” é no lar. É possível perceber os valores constitutivos do ‘*habitus*’ como noção de continuidade e de reprodução social. A idéia básica aqui lançada seria a suposição de que Marina seja uma atualização das potencialidades femininas pelas quais as mulheres foram socializadas, que no caso seria a sua mãe. Ficando claro que a representação da condição feminina da mesma só difere superficialmente da de sua mãe. A vida para ela continua sendo balisada pela função doméstica e pelo papel de esposa. Os valores maternos estão profundamente arraigados em sua personalidade.

Entretanto, estas mulheres sabem que são de uma geração de transição e acreditam num devir onde as mulheres irão romper com a dupla jornada.

“Eu acho que nas gerações futuras a divisão vai ser maior... eu sou de uma geração de transição, minha mãe só do lar, eu sou do lar e do trabalho. Nas próximas gerações essa divisão vai ser um pouco melhor, mas eu acho que ainda pesa um pouco para a mulher de minha faixa etária”. (SOFIA, entrevista concedida em 10/2006)

Sofia aponta para um devir de uma esfera privada compartilhada com os homens. A bem da verdade não há caminho de volta para as mulheres; nós não queremos nem a sociedade propõe. Estamos mais bem situadas para reconstruirmos nossos valores e não para fugir deles, mas para repensá-los no sentido de um novo desenho de convívio entre os sexos.

“Dentro de casa é bem marcado. É fácil você ver um homem cozinhando, mas lavando um banheiro é quase impossível. Então existem certas atividades domésticas que eu nunca vi um homem colocando a mão. Ele lava uma

louça, eu acho que o homem está ainda literalmente na cozinha da casa, todo o resto do ambiente fica para a mulher. E na profissão ainda é mais complicada. Porque existem certas profissões que não aceitam a mulher. Então é como o Rio Negro Solimões... estão juntos ali... andando juntos, mas você vê bem certinho a cor de um e a cor de outro". (REGINA, entrevista concedida em 07/2006).

A fala de Regina revela que se as mulheres reclamam contra a dupla jornada de trabalho, recusa ainda, em grande número, a "submersão" dos homens na esfera privada. No horizonte das sociedades modernas não se delineia a comutação dos papéis familiares para os dois gêneros, mas sim o casamento da tradição com a modernidade, com as normas diferenciais de sexo mais rearranjadas e recicladas pelas normas de um mundo de mais autonomia dos sujeitos. (LIPOVETSKY, 2000).

Há aquelas que naturalizam a condição da mulher como dona-de-casa, mãe e esposa. Também há aquelas que se posicionam contra os ideais feministas, como Maria.

"Em primeiro lugar se têm família tem que se dedicar bastante a ela. Tem que parar com esse feminismo virado de querer igualar a mulher ao homem, eu acho que isso só diminui a mulher, porque a gente não precisa ser igual a eles. Eu não tenho que fazer o trabalho de homem porque eu gostaria que mais mulheres pensassem assim. Eu gostaria de ver mais mulheres educando seus filhos bem para serem pessoas que façam diferença no país. Se cada um faz sua parte, a mulher vai ter homens melhores lá na frente. O meu marido é ótimo, mais a mulher é aquela ruelinha do relógio, trabalhando fora ou não a gente dá o tom na sociedade, na família, nós somos muito importantes". (MARIA, entrevista concedida em 10/2006).

Interpretando a fala de Maria, que é incisiva na questão da preeminência da mulher nos papéis familiares, pensa-se que não é apenas em razão aos pesos culturais e das atitudes "irresponsáveis" masculinas, mas também em razão das dimensões de sentido, de poder e de autonomia que acompanham as funções maternas. Nos lares em que os homens se envolvem nas tarefas familiares e há atritos conjugais, é preciso interpretar como uma reação diante do recuo de uma posição preeminente pode significar uma resistência à perda do poder materno, que muitas mulheres não desejam partilhar.

"Eu acho que a mulher deve manter as características de ser dócil, de ser delicada, não ficar lutando com muita bravura. A mulher é muito mais

poderosa do que as pessoas pensam, ela com seu jeitinho faz com que o marido, os filhos e as pessoas que a cercam mudem de atitude, de grauzinho por de grauzinho ela vai conseguindo tudo que deseja. Ela pode sim levar o trabalho doméstico com o trabalho remunerado com tranqüilidade, ter filhos bem educados. Se ela tiver boas horas com qualidade com seus filhos, nessas poucas horas consegue transmitir o que uma mulher com muitas horas não consegue porque esta estressada. É possível você conciliar as duas coisas". (CAROLINA, entrevista concedida em 09/2006).

Percebe-se, nestes relatos, que nas representações femininas está à resistência a duas culturas que coexistem e convivem disfarçadas em uma só. O moderno desestabiliza os papéis imperativos dos dois sexos, mas esse processo se vê contrariado pela exigência social e identitária de diferenciar os papéis e os comportamentos da mulher e do homem. A tradição funciona como uma fronteira de interditos que definem o horizonte de cada um. Desse modo, as representações femininas entram em crise, debatendo-se na ambigüidade e na indefinição. Assim é a experiência cotidiana das mulheres que vivem ora assumindo o mundo público profissional, antes exclusivo dos homens, ora como mulheres no mundo privado da casa. E nesta oscilação que transparece a identidade feminina em crise.

"Eu acho que a mulher se debate um pouco com essa dupla jornada. Porque culturalmente ela assume. Não que isso seja certo e a gente precise se acostumar com isso, porque hoje em dia você vê homens ficando em casa para as mulheres se dedicarem na carreira. Eu acho que o certo mesmo é os dois terem a mesma responsabilidade, um ajudar o outro. Eu acho que a mulher hoje, assume esta responsabilidade de dona de casa, mãe e esposa, mas a questão da casa e de mãe é uma coisa muito natural de ela assumir, porque quando a mulher tem filho ela é mais exigida mesmo não tem como. Ficar com os filhos é uma questão da mãe, é natural. E assumir a questão do lar, de estar a frente, saber o que é preciso, é culturalmente impregnado na gente e que bom se todas conseguirem conciliar isso numa boa. Para que nenhuma das três partes sejam prejudicadas, porque hoje em dia o que a gente vê é que dessas três partes o que fica relegado é a educação dos filhos. É natural, assume porque é natural. Mas ao mesmo tempo se realiza no mercado de trabalho também. E isso é muito bacana. A gente vê juíza mulher, juíza de futebol, bandeirinha, a mulher está ocupando cargos que jamais imaginamos que fosse acontecer. É uma pena que a gente ganhe menos, as pesquisas mostram isso.

Não é uma obrigação da mulher, mas é o perfil da mulher". (MARINA, entrevista concedida em 12/2006).

Marina ao discorrer sobre a dupla jornada de trabalho não deixa de naturalizar a mesma. É no *'habitus'* primário incorporado que ela naturaliza ser mãe, esposa, dona de casa e, por conseguinte exercer a dupla jornada de trabalho. "Quando as mulheres se voltam para o passado e se reconhecem na cultura feminina, não é no feminino como essência que se referem, mas numa experiência feminina". (OLIVEIRA, 1993, p.15). Portanto, esta experiência passada encontra, hoje, novas vivências e exigências e é nesse processo de mutação que a mulher vai ganhando forma nova.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa ao buscar “interpretar” o que é “ser mulher” a partir de entrevistas de um grupo de mulheres de classe média na cidade de Londrina - uma cidade de porte médio no Norte do Estado do Paraná, cumpriu um trajeto que merece ser reconstituído.

A pesquisa partiu da problemática da dupla jornada de trabalho que as mulheres enfrentam no mundo contemporâneo, portanto, tomou como pressuposto que as mulheres de classe média de Londrina vivem a experiência do duplo encargo incorporando as representações dos papéis de mulher atribuídos a ela: “mãe”, “esposa” e “dona de casa”, ditas “tradicionais” e a atuação das mesmas na esfera pública, que na atualidade confere identidade social a essas mulheres.

A focalização de um conjunto de mulheres em um determinado contexto, nas suas práticas e representações em um campo específico das relações sociais, permitiu pontuar as “permanências” e “mudanças” em torno das práticas sociais destas mulheres de classe média de Londrina que vivenciam a contradição da coexistência de valores “tradicionais” e “modernos” em suas vidas.

A interpretação das representações dessas mulheres trouxe para esta investigação uma série de pressupostos: teóricos, metodológicos e também ideológicos. Portanto, “problematizar a partir da crítica da produção científica significa fornecer elementos para conhecer os modos de constituição da ideologia nas práticas e representações dos agentes sociais”. (BRIOSCHI; TRIGO, 1989, p.81).

Três critérios orientaram a escolha das mulheres a serem pesquisadas: pertencer a classe média, exercer uma profissão e ter filhos/as em idade de socialização. A precisa localização no tempo e no espaço desses agentes responde a outro pressuposto de pesquisa, ou seja, compreender o que é “ser mulher” para este grupo de classe média em um contexto urbano particular: Londrina.

Algumas descobertas no decorrer do estudo também devem ser pontuadas, por exemplo, algumas determinações do que é “ser mulher” são transmitidas precocemente, ou seja, é na socialização que se aprende a “ser mulher” e a “ser homem”. Contudo, as meninas durante a infância são objetos de uma socialização mais vigiada e estrita, dificultando assim a independência. É compreensível, portanto, que ambivalências, contradições e conflitos originados pela

descoberta de outro universo, o “espaço público”, seja motivo das dúvidas e hesitações dessas mulheres. Contudo, seus relatos, como já dito, são típicos do período de transição que estão vivendo.

Encontra-se no grupo um número significativo de mulheres que dizem que se orientam por normas da Igreja Católica para manter o controle de suas famílias. Empenham-se na filiação de suas famílias, à igreja, a fim de conseguirem com isso ajuda no controle familiar que talvez sozinhas não consigam.

Percebe-se, também, que em seus novos projetos de vida está implícita uma nova visão de relacionamento conjugal, com novos arranjos, com alterações na divisão de tarefas. Portanto, a mensagem contida em seus relatos é muito mais a de uma adaptação das estruturas familiares às conjunturas sociais do que uma alteração profunda na idéia de família. Cientes dos recursos de que devem dispor para ter condições de promover mudanças, incluem em seus relatos e projetos uma instrumentalização através da escolaridade, para que possam alcançar os resultados desejados.

No que tange a análise do material, foi possível construir uma reflexão sociológica contínua que acompanhou todo o processo de pesquisa, acentuando o método qualitativo. Desse modo, a análises muitas vezes, foram determinadas pelo objeto de estudo.

Ainda que as entrevistas tenham sido limitadas ao grupo de mulheres de classe média, o “marido” foi agente implícito nos relatos, tornando-se desnecessária a sua menção constante. A conjugação entre o dito e não dito mostrou que a figura do marido é parte integrante das representações dessas mulheres, quer seja mencionado ou não.

Embora o foco dos relatos diga respeito à família conjugal, os relacionamentos com a família mais ampla são um ponto de referência para todas. Desse modo, se os maridos são a possibilidade implícita de constituição da família nuclear, as famílias de origem estão presentes nas manifestações do ‘*habitus*’ primário – na expressão dos valores considerados fundamentais e nos conflitos latentes provocados pelas novas conjunturas. (BRIOSCHI; TRIGO, 1989).

Através da análise do material coletado percebe-se que “o conflito situa-se entre o ser apenas para o outro e o ser também para si” (BRIOSCHI; TRIGO, 1989, p.86). Neste sentido, as saídas que consideram válidas para uma maior distribuição de tarefas no campo familiar seria a “negociação diária” e o

“diálogo” pelo fato de terem sido atingidas pelos novos valores, fruto das contestações dos anos de 1960 e 1970.

A relação da mulher com o trabalho na esfera pública, bem como com a esfera doméstica, ocasionando a dupla jornada de trabalho, está presente nas representações das entrevistadas, sendo possível a sua percepção através da interpretação dos seus relatos.

A visão que as mulheres do grupo em estudo têm de determinados aspectos da vida social apresenta-se fragmentada e contraditória, da mesma maneira que a realidade cotidiana. Por isso, foi necessário, através do filtro teórico, organizar e dar sentido aos muitos aspectos expressos nos relatos.

A utilização do conceito de *'habitus'* (BOURDIEU, 1972), permitiu a recuperação do indivíduo dentro da estrutura social e a captação da sociedade nas práticas e representações individuais. Dessa forma,

Assumiu-se o pressuposto de que, ao lidarmos com as relações familiares estávamos diante de estruturas historicamente constituídas. Essas estruturas se modificam pela atuação dos agentes sociais, implicando na formação de novas conjunturas e eventualmente a modificação das próprias estruturas. Nesse sentido, a focalização de um conjunto de indivíduos em determinado momento, nas suas práticas e representações em campo específico das relações sociais, constituiu um trabalho de construção de um determinado aspecto do social. (BRIOSCHI; TRIGO, 1989, p.91).

As análises sobre a dupla jornada das mulheres de classe média da cidade de Londrina permitiram desenhar um devir ainda distante do presente, no que diz respeito à ocupação dos homens nos espaços privados. No entanto, foi possível perceber que é recíproca e complementar a ocupação das mulheres dos espaços públicos. Nota-se, hoje, sobretudo em casais jovens, uma maior partilha no cuidado com os filhos. É também verdade que a organização da sociedade como um todo não caminha no sentido de adotar políticas que permitam aos homens um maior tempo dedicado à vida privada, ao mesmo tempo em que se acentua a pressão no sentido de uma ocupação cada vez maior do tempo das mulheres no espaço público.

Entre mudanças e permanências afirma-se em nossos dias a questão da maternidade como valor fundamental para “ser mulher”, juntamente com o controle da organização da casa, dos cuidados dos filhos e do marido. As

mulheres das classes médias de Londrina mostraram que vivem com orgulho sua capacidade de poder enfrentar o trabalho profissional e as tarefas maternas e domésticas. Desse modo, as mulheres sentem-se duplamente gratificadas por sua capacidade em controlar dois universos, o do trabalho profissional e da esfera privada.

Ao contrário da relação com os filhos as tarefas da casa seriam menos prazerosas, no entanto, foi possível perceber a permanência neste grupo da preservação deste território como seu, pois, como os depoimentos revelam, são elas que impõem seus critérios, maneiras muito suas de agir e de pensar e de fazer valer sua concepção de organização doméstica. Se essa posição das mulheres persiste em nossos dias é porque através dela as mesmas podem marcar suas fronteiras e afirmarem-se como diretoras de todo um conjunto de atividades cotidianas. Nestes termos, há razões para se pensar que a preponderância da mulher na esfera privada não desaparecerá tão cedo. Permanecem, portanto, os papéis de mãe, esposa e dona de casa, não mais da mesma forma que conheceram nossas mães e avós. Assim, parece que o legado, ou seja, a tradição de papéis herdados deixou de ser predominantes na vida dessas mulheres, havendo uma (re) elaboração dos mesmos.

Através dos depoimentos percebe-se também o conflito que há, na atualidade, entre o exercício do trabalho remunerado e do trabalho doméstico. As respostas se dividem, no entanto fica claro “o conflito entre uma atividade e outra”, apontando nitidamente para uma crise das representações patriarcais. As mulheres, hoje, se debatem entre os padrões incorporados e a realidade social de exercer uma profissão e construir uma nova identidade social. Pois, sabe-se bem que hoje os papéis de mãe, esposa e dona de casa que eram valorizados pelo sistema patriarcalista foram (re) significados.

O conflito entre os papéis tradicionais e exercício de uma profissão é um dilema vivido por todas as mulheres que trabalham na esfera pública e possuem uma família. Embora a maioria das entrevistadas possua uma rede formada por empregadas domésticas e faxineiras que facilitam seu dia-a-dia, a dupla jornada de trabalho é cansativa, incompatível e sentida como sofrimento por muitas delas.

De acordo com os depoimentos, permanecem, mesmo diante dos novos imperativos da vida moderna, as antigas representações (interiorizadas) de homem e mulher, apesar da sua inviabilidade objetiva.

É possível interpretar na fala das mulheres que há, no entanto, uma luta silenciosa e sutil que ocorre dentro do campo familiar, visando a mudança das regras que regem as relações internas deste grupo, apontando talvez para um apagamento da partilha entre um espaço masculino e um espaço feminino.

De acordo com Oliveira (1993), as mulheres são diferentes dos homens; se essa diferença foi apresentada até hoje como justificativa de desigualdade, depende das próprias mulheres mudarem esse dado. Como “projeto” a diferença não é uma revalorização da vida privada para as mulheres, mas pelas mulheres para o conjunto da sociedade. Neste sentido, o projeto da diferença difere da armadilha da proposta feminista de outrora, não porque nega o projeto da igualdade, mas porque corrige suas distorções. Não se trata de negar a importância da luta feminista e suas conquistas, pois sem seus questionamentos, sem suas mudanças não se teria a visibilidade que se tem hoje.

A proposta de identificarmos nos depoimentos das mulheres uma possível crise nas representações sobre o que é “ser mulher” na sociedade atual, nos mostrou que o patriarcalismo no seu sentido mais estrito não tem mais como sobreviver nas sociedades modernas, especialmente no grupo pesquisado. A não ser de forma transformada e (re) elaborada no cotidiano das mulheres que vivenciam a contradição da dupla jornada de trabalho.

De acordo com (OLIVEIRA, 1993), as lutas nos anos de 1960 pelo ideal feminista de “igualdade” e “respeito aos direitos” das mulheres foi um mérito histórico por ter denunciado “a insaciável intolerância à alteridade, paixão que nutre nosso pensamento, e que nos levou a ver o nada em tudo que nos reflete, e descrever o diferente como ausência”. (OLIVEIRA, 1993, p.74). Neste contexto, a industrialização e a urbanização somadas aos ideais feministas transformaram “donas de casa não apenas em enfermeiras e professoras, mas também em executivas, advogadas e metalúrgicas. “Cinderela de terno e gravata ou gata borralheira de macacão azul, em nome de modernidade e igualdade”. (OLIVEIRA, 1993, p.55). Na realidade, uma promessa de igualdade que nasce desfocada e, por isso, se transforma em apenas caricatura.

Desse modo, fecha-se a porta de um tempo onde tudo era claro: trajetórias de vida, sonhos e projetos, abre-se a porta de um tempo de dúvidas e incertezas. Para as mulheres um mundo novo a inventar, sem modelo e sem referência.

Ainda, de acordo com Oliveira (1993), a contestação feminina de agora não se baseia mais em projetos de “igualdade”, mas anuncia a “diferença” que longe de significar uma desvantagem, contém um potencial enriquecedor de crítica da cultura. É através de crítica a uma ideologia hegemônica, ou seja, o consenso ideológico da “superioridade masculina” que se pode desenhar, no movimento feminista, o fio que permita às mulheres um novo desenho na trama social.

Desse modo, constata-se entre as mulheres do grupo estudado a combinação de antigas representações patriarcais com seus novos papéis na sociedade. As mesmas que hoje exercem uma profissão na esfera pública combinada com seus papéis domésticos sentem-se, dessa forma, “sobrecarregadas de papéis”, sem nenhuma compensação, sobretudo no nível pessoal e afetivo.

Estas mulheres exigem que os homens sejam, além de companheiro reprodutor, o amigo, o amante, o pai, o auxiliar das tarefas em casa. Além disso, reivindicam liberdade para o exercício de sua vida pública, *mas sem abrir* mão da posse dos filhos e, na maioria das vezes, do controle da vida afetiva do companheiro. Além disso, sentem-se muitas vezes ameaçadas quando seus maridos tentam assumir tarefas do lar e no cuidado com os filhos. Verifica-se na vida de casada de todas as entrevistadas a permanência de antigas representações, apesar de algumas mudanças terem efetivamente se verificado. Mas a maior resistência na transformação dos padrões de representação masculino-feminino ocorre, ainda, na educação que as mulheres – enquanto mães - continuam dando as meninas e aos meninos.

Toda essa crise identificada nos depoimentos do grupo de mulheres pesquisado revela a coexistência de valores antagônicos. Entre ser profissional ou cumprir os papéis de mãe, esposa, protetora do lar e dos filhos, parece que resta à mulher de classe média viver a sobrecarga de papéis, configurando o que se denominou no presente trabalho de “dupla jornada”.

A superação desse impasse parece não passar por modelos teóricos, mas pela adoção de práticas novas por homens e mulheres. Com isso não só se estará assegurando a sobrevivência das relações homem-mulher na sociedade, como também criando novas bases para novas relações entre os sexos, com mais igualdade e solidariedade.

REFERÊNCIAS

ÁVILA, Maria Betânia. **A questão social no novo milênio**: vida cotidiana e o uso do tempo pelas mulheres. Disponível em: <www.ces.uc.pt/LAB2004>. Acessado em: 19 maio 2007.

BASSANEZI, Carla. Mulheres dos anos dourados. In: PRIORE, Mary Del (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 7.ed. São Paulo: Contexto, 2004.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**: fatos e mitos. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

BIASOLI-ALVES, Zélia Maria Mendes. Continuidades e rupturas no papel da mulher brasileira no século xx. **Revista Universidade de São Paulo**, v.16, n.3, p.233-239, set./dez., 2000.

BIBLIA. Português. **Bíblia sagrada**. 27.ed. Petrópolis: Vozes. 1994. Pão Nosso: de cada dia. Gênesis, cap.3, 16-19.

BONELLI, Maria da Glória. **A classe média do “milagre” à recessão**. São Paulo. Ed. IDESP, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

_____. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1972.

BRIOSCHI, Lucila Reis; TRIGO, Maria helena Bueno. **Família**: representação e cotidiano: reflexão sobre um trabalho de campo. São Paulo: Edusp, 1989.

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. **Mulheres, casa e trabalho**: o cotidiano nas camadas médias paulistas. São Paulo: Vértice, 1990.

CANÔAS, Cilene Swain. **O olhar feminino sobre 2010**. São Paulo: Textonovo, 1997.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

CORDEIRO, Marcelo. Encontros com a civilização brasileira. **Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, n.15, p.175-187, 1979.

DA MATA, R. O ofício do etnólogo. In: NUNES, E. O. (Org). **A aventura sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

DA MATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

DEMO, P. **Metodologia científica em ciências sociais**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1986.

DUVEEN, Gerald. Crianças enquanto atores sociais: as representações sociais em desenvolvimento. In: GUARESCHI, Pedrinho A.; JOVCHELOVITCH, Sandra (Orgs.) **Textos em representações sociais**. 5.ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

FERREIRA, Adjane B.; CUSTÓDIO, Tania Valéria de. **A construção do feminino na visão de Gilberto Freyre**. Disponível em: <www.cchla.ufpb.br/caos/02-ferreira-oliveira.html>. Acessado em: nov. 2007.

FISCHER, Isaura R. **A trabalhadora rural**: conscientização na empresa agrícola moderna. Dissertação (Administração Rural e Comunicação Rural) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, 1997.

FRESCA, Tânia Maria. Mudanças recentes na expansão físico-territorial de Londrina. **Geografia**, Londrina, v.11, n.2, p.241-261, jul./dez., 2002.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande; senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 28. ed. Rio de Janeiro: Record, 1992.

_____. **Sobrados e mucambos**: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. 6. ed. Rio de Janeiro: Jose Olimpio; Recife: Câmara dos Deputados: Governo do Estado de Pernambuco: Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes, 1981. (tomo 2).

FROTA, L. M. **Mães antes do tempo**: construção da maternidade em adolescentes de classe média. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2003.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. **Mulher brasileira**: bibliografia anotada. São Paulo, Brasiliense, 1981. v. 2.

GIDDENS, Athony. **A transformação da intimidade**: sexualidade, amor; erotismo nas sociedades modernas. São Paulo: Ed. da Universidade Estadual Paulista, 1993. (Biblioteca básica).

GOLDENBERG, Mirian. Novas famílias nas camadas médias urbanas. **Estudos e pesquisas em psicologia**. Disponível em: <www.miriangoldenberg.com.br>. Acessado em: dez. 2007.

GOLDENBERG, Mirian. Sobre a invenção do casal. **Estudos e pesquisas em psicologia**. Disponível em: <www.miriangoldenberg.com.br>. Acessado em: dez. 2007.

GOLDENBERG, Mirian. O Discurso Sobre o Sexo: diferenças de gênero na juventude carioca. **Estudos e pesquisas em Psicologia**. Disponível em: <www.miriangoldenberg.com.br>. Acessado em: dez. 2007.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Dp;A, 2001.

HOLANDA, Sergio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26.ed. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

IBGE. **Censo demográfico da cidade de Londrina, 2001**. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acessado em: 4 abr. 2008.

KLAUS, Eder: A classe social tem importância no estudo dos movimentos sociais? uma teoria do radicalismo da classe média. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.16, n.46, p.6-27, jun., 2001.

KOFES, Suely. **Mulher, mulheres**: identidade, diferença e desigualdade na relação entre patroas e empregadas domésticas. Campinas, SP: Ed Unicamp, 2001.

_____. Entre nós mulheres, elas as patroas e elas as empregadas. In: _____. **Colcha de retalhos**: estudos sobre a família no Brasil. 2. ed São Paulo. Ed. UNICAMP, 1993. (Coleção Momento).

LIPOVETSKY, Gilles. **A terceira mulher**: permanência e revolução do feminino. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

MARIANO, Silvana A. (Org.). **Vocabulário referido a gênero**. Londrina: Prefeitura Municipal e Secretaria Municipal da Mulher, 2003. Disponível em: <<http://home.londrina.pr.gov.br/planejamento/perfil/perfil-2005-2006.pdf>>. Acessado em: 15 abr. 2008.

LONDRINA. Prefeitura municipal. Secretaria de Planejamento. **Perfil do município de Londrina – 2005/2006 (Ano-Base 2004/2005)**. Disponível em: <<http://home.londrina.pr.gov.br/planejamento/perfil/perfil-2005-2006.pdf>>. Acessado em: 15 abr. 2008.

LOPES, Moisés Alessandro de Souza. “A intoxicação sexual” do novo mundo: sexualidade e permissividade no livro Casa-grande; senzala. **Revista Mediações**, Londrina, v.8, n.2, p.171-189, jul./dez., 2003.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

LUZ, Madel Tânia. Identidade masculino-feminino na sociedade urbana brasileira atual: crise nas representações. In: POIAN, Carmen da. (Org.). **Homem-mulher**: abordagens sociais e psicanalíticas. Rio de Janeiro: Livraria Taurus Editora, 1987. p.71-86.

_____. **O lugar da mulher**: Estudos sobre a condição feminina na sociedade atual. Rio de Janeiro: Graal, 1991.

MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples**: cotidiano e história na modernidade anômala. São Paulo: Hucitec, 2000.

MINAYO, M. C. S.; SANCHES, O. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade. **Cadernos de Saúde Pública**. Rio de Janeiro, v.9, n.3, p.239-262, 1983.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica. In: GUARESCHI, Pedrinho A.; JOVCHELOVITCH, Sandra (Orgs.). **Textos em representações sociais**. 5. ed. Petrópolis, R.J, Vozes, 1999.

MONTEIRO, Tania Maria. Passagem e juventude: um estudo de rituais femininos em camadas de baixa renda. In: _____. **Brasil: Norte e Nordeste**. Pernambuco: Universidade Federal de Pernambuco; Rio de Janeiro: ANPOCS: Inter-American Foundation, 1991. p.141-158.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. **Marxismo e feminismo no Brasil**. Campinas: UNICAMP, 1996.

NEDER, G. Ajustando o foco das lentes: um novo olhar sobre a organização das famílias no Brasil. In: KALOUSTIAN, S. M. (Org.). **Família brasileira: a base de tudo**. São Paulo: Cortez, 6. ed., 2004. p.26-46.

OLIVEIRA, Rosiska Darcy de. **Elogio da diferença: o feminino emergente**. 3.ed., São Paulo: Brasiliense, 1993.

PARKER, Richard G. **Corpos, prazeres e paixões: a cultura sexual no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Best Seller, 1991.

PAULILO, Maria Angela Silveira. **A pesquisa qualitativa e a história de vida**. Disponível em: <http://www.ssrevista.uel.br/c_v2n1_pesquisa.htm>. Acessado em: 27 fev. 2008.

PENA, Maria Valéria Junho. **Mulheres e trabalhadoras: presença feminina na constituição do sistema fabril**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. (Coleção O Mundo, hoje; v.40).

RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In: PRIORE, Mary Del (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

REZENDE, Tatiana. Estudo vê achatamento da classe média. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 28 abr. 2007, Caderno Dinheiro, p. B10.

RIBEIRO, William da Silva. A formação do centro principal de Londrina e o estudo da centralidade urbana. **Geografia**, Londrina, v.12, n.2, p.21-44, jul./dez. 2003.

SAFFIOTI, Heleieth Lara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. Rio de Janeiro: Vozes, 1976.

SARTORI, Elisiane. Reflexões sobre relações de gênero, família e trabalho da mulher: desigualdades, avanços e impasses. **Cadernos Ceru**, São Paulo, v. 2, n.15, p.171-184, 2004.

SCHOLZ, Roswitha. O valor é o homem: teses sobre a socialização pelo valor e a relação entre os sexos. **Novos Estudos**, Cebrap, São Paulo, n.45, p.15-36, jul., 1996.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v.16, n.2, p.5-22, jul./dez. 1990.

SILVA, Kellen de Souza Santos. **Jovens de classe média que trabalham no Shopping Catuaí**: estudo acerca das condições de trabalho no shopping, bem como as causas de estresse no meio destes jovens. (Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Londrina, 2005.

SILVEIRA, Maria Lúcia. Contribuições da Perspectiva de Gênero para o esboço de alternativas emancipatórias da sociedade. In: BAPTISTA, Dulce et al. (Org.). **Cidadania e subjetividade**. São Paulo: Imaginário, 1997. p.161-180.

SOUZA, Hebert. Masculino-Feminino. In: POIAN, Carmen da. (Org.). **Homem-mulher**: abordagens sociais e psicanalíticas. Rio de Janeiro: Taurus, 1987. p.41-44.

TANAKA, Nariá Martinelli. **Entrecruzando valores modernos e tradicionais**: ser mulher de classe média em Londrina. Graduação (Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2007.

VELHO, Gilberto. **Individualismo e cultura**: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. 7. ed. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2004. cap. 4, 7.

VELHO, Gilberto. 1981, apud TANAKA, Nariá Martinelli. **Entrecruzando valores modernos e tradicionais**: ser mulher de classe média em Londrina. Graduação (Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2007.

ANEXOS

ANEXO A

ROTEIRO DE ENTREVISTA

- 1- Qual é a sua idade?
- 2- Qual o seu estado civil?
- 3- Há quanto tempo está na situação acima? (casada, separada, vivendo junto?)
- 4- Que idade tinha quando se casou?
- 5- Quantos filhos tem?
- 6- Como se sente com o número de filhos que tem?
- 7- Que idade tinha quando nasceu seu primeiro filho?
- 8- Qual o seu nível de instrução?
- 9- Você está satisfeita com ele ou gostaria de estudar mais?
- 10- Você conseguiria estudar mais hoje?
- 11- Em que ordem de importância você poria as seguintes coisas em sua vida:
 - a) Casamento;
 - b) Trabalho;
 - c) Estudo;
 - d) Participação política;
 - e) Participação religiosa;
 - f) Família;
 - g) Outra – especificar
- 12- Qual a sua profissão? Você a exerce? Onde trabalha? O que é o seu trabalho para você?
- 13- Qual o seu salário? E sua renda familiar?
- 14- Considerando o trabalho que realiza fora de casa, gosta do que faz?
- 15- Acredita que seu trabalho é importante para os outros? Por quê?
- 16- Há quanto tempo você realiza esta atividade?
- 17- Qual é a sua jornada de trabalho?
- 18- Você é sindicalizada? Acha importante sua participação no sindicato?
- 19- Você participa da associação de seu bairro? Acha importante sua participação?
- 20- Participa de algum partido político? Acha importante participar?
- 21- Qual a influência que sua religião exerce sobre a sua concepção de mulher?
- 22- Quantas pessoas vivem na sua casa?

- 23- Quantas trabalham?
- 24- Quantas estudam?
- 25- Quem sustenta a casa?
- 26- O seu salário é fundamental para a manutenção da família?
- 27- As tarefas domésticas como lavar, passar, cozinhar, arrumar a casa são responsabilidade de quem?
- 28- O cuidar dos filhos: (levar às atividades extra-curriculares, à escola, ao dentista, ao médico, acompanhamento das provas escolares, levar em festas de aniversário, acompanhamento da alimentação e higiene, horário de dormir, levá-los para cama, contar histórias) é responsabilidade de quem?
- 29- Você encontra alguma realização com as tarefas domésticas?
- 30- A administração do lar: (pagar as contas no banco, administrar empregada doméstica e faxineiras, compras em supermercados e sacolão) fica na responsabilidade de quem?
- 31- Você teve licença a maternidade? Qual a sua opinião sobre este tipo de licença?
- 32- Caso você pudesse alterar a divisão de tarefas em sua casa como as arranjaria?
- 33- Você já cuidou exclusivamente de sua casa ou sempre trabalhou fora?
- 34- Sua mãe trabalhava fora?
- 35- Você acha que a mulher deve aprender a fazer o trabalho doméstico antes de se casar? Alguém ensinou a você a realizar o trabalho doméstico? Quem?
- 36- Quando seu filho nasceu você deixou de trabalhar fora? Teve vontade de deixar seu trabalho para cuidar exclusivamente de seu filho?
- 37- Quantas horas por dia você se dedica para as tarefas domésticas?
- 38- Na sua ausência quem se responsabiliza pela casa?
- 39- Na sua ausência quem cuida dos filhos?
- 40- Na sua opinião existe a demarcação de espaços de atuação entre homens e mulheres?
- 41- Como você encara esse duplo encargo da mulher de trabalhar fora e dentro de casa?
- 42- Você ensina suas filhas a realizar o trabalho doméstico? E seus filhos?
- 43- Você tem hábito de ler? Qual o tipo de leitura: revista, jornal, livros científicos, romance, poesia, bíblia, ficção ou auto-ajuda?
- 44- No seu tempo livre o que você faz?

- 45- Acredita que seus desejos, aspirações ou sonhos de vida adulta estão sendo atingidos? Por quê
- 46- Qual a sua origem?
Qual era a profissão de seus pais?
- 47- Qual era a escolaridade deles?
- 48- Quantos irmãos você tem?
- 49- Todos estudaram? Quais os locais que você morou aqui na cidade?
- 50- Quais foram suas profissões anteriores?
- 51- Com quantos anos começou a trabalhar?
- 52- Como você divide o seu tempo de trabalho diário?
- 53- Você gostaria de acrescentar mais alguma coisa enquanto mulher?